



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS DE MARÍLIA

BRUNA MARIA CRISTINA DA SILVA MOTA

**O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS
PUBLICAÇÕES DA REVISTA NOVA ESCOLA (2003-2016).**

**MARÍLIA
2020**

BRUNA MARIA CRISTINA DA SILVA MOTA

**O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS
PUBLICAÇÕES DA REVISTA NOVA ESCOLA (2003-2016).**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília para a obtenção do título de Doutora em Educação (Área de conhecimento: Políticas Educacionais, Gestão de Sistemas e Organizações, Trabalho e Movimentos Sociais).

Orientador: Prof. Dr. Carlos da Fonseca Brandão

MARÍLIA
2020

BRUNA MARIA CRISTINA DA SILVA MOTA

O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS
PUBLICAÇÕES DA REVISTA NOVA ESCOLA (2003-2016).

Tese para obtenção do título de Mestre em Educação, da Faculdade de
Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de
Marília, na área de concentração Políticas Educacionais, Gestão de Sistemas e
Organizações, Trabalho e Movimentos Sociais.

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADOR:

Dr. Carlos da Fonseca Brandão – UNESP/Assis

2º EXAMINADOR:

Dra. Graziela Zambão Abdian – UNESP/Marília

3º EXAMINADOR:

Dra Luciana Aparecida de Araújo – UNESP/Marília

4º EXAMINADOR:

Dra Lucia Helena Oliveira Silva – UNESP/Assis

5º EXAMINADOR:

Dra. Mírian Cristina de Moura Garrido – Universidade de Taubaté

Marília, 28 de fevereiro de 2020.

M917e Mota, Bruna Maria Cristina da Silva
O ensino de história e cultura afro-brasileira nas publicações da revista Nova Escola (2003-2016). / Bruna Maria Cristina da Silva Mota. -- Marília, 2020
170 f. : tabs., fotos

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Carlos da Fonseca Brandão.

1. Educação. 2. Políticas Educacionais. 3. Ensino de História. 4. Ensino de História e Cultura afro-brasileira. 5. Revista Nova Escola. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Aos meus amores... pais, companheiro, familiares e amigos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, sou grata pela oportunidade de cursar uma pós-graduação em uma Universidade Pública, gratuita e de qualidade, algo que já era bastante restrito e agora podemos dizer que infelizmente está caminhando para se tornar privilégio de pouquíssimas pessoas ou até deixar de existir. Gostaria de agradecer meus avós, bisavós e tataravós, maternos, que sentiram na pele e na alma todas as mazelas de ser negro no Brasil. Sou também imensamente grata aos meus pais, Ademir e Francisca, pessoas especiais e lutadoras, que sempre ensinaram a mim e aos meus irmãos o valor imensurável do conhecimento, não tenho palavras para expressar o quão grata sou por tudo que já fizeram e fazem por mim, sempre auxiliando, incentivando com muito carinho, atenção e por nunca deixarem de acreditar em mim. Ao longo desses quatro anos estivemos longe fisicamente e mesmo assim sempre estiveram presentes, inclusive naqueles dias mais difíceis, amo vocês!

Sou grata aos meus queridos irmãos, Amarildo e Rogério por me incentivarem sempre, por meio de conversas e também pelo exemplo, são grandes professores que me inspiram.

Agradeço toda minha família, Ieda, Fernanda, Ana Beatriz, Pedro e Rafael, meus sobrinhos Rhaíssa, Maria, João, Thiago, Lucas, Natan, Gustavo, Nicolý e Caio, que sempre estiveram ao meu lado durante o desenvolvimento dessa pesquisa, sempre com palavras de incentivo, carinho e entusiasmo. Ao tio Ciro pelo auxílio nas correções e traduções, sempre com muito carinho e gentileza. Um agradecimento especial aos meus sogros Mário e Nélli, que me ajudaram muito levando e buscando documentos em Assis, Marília, ouvindo e lendo o que escrevia, sou imensamente grata por todo suporte e incentivo, amo vocês!

Ao professor e orientador Carlos da Fonseca Brandão por toda confiança, auxílio e palavras de incentivo ao longo dessa pesquisa, sanando minhas dúvidas e inquietações, que por sinal não foram poucas ao longo desses quatro anos de trabalho.

Às professoras Lucia Helena Oliveira Silva e Graziela Zambão Abdian, muito obrigada pela participação na banca do meu Exame Geral de Qualificação e agora em minha banca de Defesa, com muitas orientações importantes e valiosas para o desenvolvimento e conclusão desta Tese. Agradeço a professora Luciana Aparecida de Araújo que fez parte da minha formação e da minha banca de Defesa, sempre com contribuições importantes, a professora Mírian Cristina de Moura Garrido que trouxe importantes contribuições na banca de Defesa, por fim agradeço também as professores Jaqueline, Ivanete e o professor Alonso por terem aceitado participar da banca como suplentes.

Aos amigos que se fizeram presentes durante minha trajetória no Programa de Pós-Graduação, Ana Laura, grande companheira acadêmica que se tornou uma grande amiga, Maria Cristina, minha amiga desde a Graduação, que vem me ajudando há anos e todos os amigos que a UNESP me presenteou. Darlene, um presente que a vida profissional me trouxe e que se tornou minha grande amiga, se fazendo presente, me auxiliando nas correções, com palavras de incentivo, conversas e risadas para aliviar a tensão. Aos amigos Érica, Bianca e Natan que vivem as mesmas dúvidas, angústias e conflitos no processo de desenvolvimento de suas pesquisas, em outras áreas, em outras Universidades, mas sempre próximos e com palavras de apoio.

Aos amados amigos de Osasco, São Paulo e Assis, pessoas tão queridas e amadas que sempre estiveram dispostos a ouvir minhas inquietações, dúvidas e não deixavam o desânimo bater. Não posso esquecer-me dos meus queridos alunos, aqueles que todos os dias me incentivam e mostram a importância e força da Educação.

Aos funcionários do Programa de Pós-graduação da UNESP de Marília, todos sempre disponíveis para esclarecimentos relação às disciplinas, documentos, datas, entre outras questões, e todos os outros que fazem parte da UNESP de Marília, agradeço pela grande disponibilidade e por todas as informações passadas. E aos meus queridos colegas do grupo de pesquisa

Coppe (Coletivo de Pesquisadores em Políticas Educacionais), obrigada por toda parceria.

Por fim, agradeço ao Pedro, meu querido e amado companheiro que esteve ao meu lado desde os tempos de Graduação, que vem me acompanhando desde a primeira vez que pensei em Pós-Graduação, ainda como Mestranda, e agora no processo de finalização do Doutorado, muito obrigada. Não sabe como é bom ter alguém como você ao meu lado, alguém que possui o dom de ouvir pacientemente todas as minhas inquietações, reclamações, crises, ideias, e que sempre me incentiva, estimula e apoia com aqueles inúmeros almoços e jantares preparados enquanto eu estava estudando, ou somente com sua presença nos momentos que mais precisei. Muito obrigada, te amo!

Além de ter a imensa alegria de estar na Universidade Pública, tive também a grande honra de discutir o ensino de história e cultura afro-brasileira e o protagonismo da população negra que precisa e deve ser pesquisado, conhecido e estar presente nas escolas e em todos os setores da sociedade.

RESUMO

A presente pesquisa analisa exemplares da Revista Nova Escola entre os anos de 2003 e 2016, a escolha por esse objeto se deu pelo fato do seu grande alcance dentro da rede pública de ensino (ao menos até o ano de 2014 – último ano em que a revista impressa foi entregue nas escolas públicas por meio de parceria da Editora Abril com o MEC), além do fato de ser um produto comercial, uma mídia impressa popular, com preço acessível, que adentra o mundo escolar brasileiro, sendo assim um importante veículo de informação que atinge a realidade escolar. Outro fator que justifica nossa escolha é o fato de que a Revista é objeto de pesquisa para vários estudos de Mestrado e Doutorado no Brasil. Tratando da motivação para tal pesquisa, a reflexão sobre a presença da História e Cultura afro-brasileira e africana na sociedade, no ambiente escolar, apresenta-se como uma inquietação desde a Graduação, e estando também em sala de aula, vivenciando ainda fortes situações de não aceitação da identidade africana, estereótipos trazidos por alunos, pais, professores acerca da religião, da cultura, do corpo, do cabelo, entre outras questões, justamente pela falta de conhecimento sobre o povo africano e do racismo estrutural presente em nossa sociedade. Apesar de todo processo de transformação que vem ocorrendo na historiografia e educação brasileira (reflexo de toda luta da população negra), e as contribuições que podem gerar para a sociedade, podemos perceber mudanças no que diz respeito à presença da história e cultura afro-brasileira no discurso da Revista Nova Escola (material de grande circulação que esteve presente nas escolas públicas brasileiras até o ano de 2014), após a promulgação da Lei n. 10.639/03? Esse questionamento encaminhará a construção desta tese. Temos como objetivo de pesquisa analisar os números da Revista Nova Escola entre os anos de 2003 a 2016¹ e compreender as concepções trazidas no discurso apresentado pela Revista Nova Escola no que tange o ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana (tendo como base um referencial que busca o protagonismo negro em sua própria história), utilizando como metodologia a Análise Crítica do Discurso. Utilizando os preceitos da metodologia adotada, podemos concluir que o material ainda contempla a temática sem evidenciar a história e cultura afro-brasileira e africana como centrais no processo de construção da identidade brasileira, além de trazer discussões que não auxiliam no processo de transformação de estruturas e relações sociais, que ultrapassem o racismo, a exclusão e o preconceito. Em muitos momentos verificamos a permanência da forma de pensar e construir a História do Brasil e da África, a partir do modelo europeu, como sendo algo natural, comum e, além disso, consideramos como um grande problema o ato de passar a responsabilidade de uma mudança efetiva somente para o professor, sem demonstrar a complexidade e importância de um trabalho coletivo, social, que envolva formação inicial e continuada, quebra de paradigmas e padrões, que possam auxiliar na produção de abordagens que não privilegiem a presença do olhar europeu em detrimento dos olhares afro-brasileiro e africano.

¹ Buscamos em todas as edições publicadas entre os anos de 2003 e 2016 qualquer aparição que envolvesse a temática do ensino de história e cultura afro-brasileira e realizamos a análise nas edições específicas.

Palavras-chave: Educação. Ensino de História e Cultura afro-brasileira. Análise Crítica do Discurso. Revista Nova Escola. Ensino de História.

ABSTRACT

The present research analyzes issues of the Nova Escola Magazine between 2003 and 2016. Choosing this object was due to its great scope within the public school system (at least until the year 2014 – the last time the printed magazine was delivered to the public schools by means of a partnership between Editora Abril and the Education and Culture Ministry), besides the fact of being a commercial product, a popular printed media, at an affordable price, that enters the Brazilian school world, thus being an important information vehicle that reaches the school reality. Another factor that justifies our choice is the fact that the Magazine is object of research for several Master and Doctorate studies in Brazil. Regarding the motivation for such research, the reflection on the presence of Afro-Brazilian and African History and Culture in society, in the school environment, presents itself as a restlessness since Graduation, and is also present in the classroom, still experiencing strong situations of non-acceptance of the African identity, stereotypes brought by students, parents, teachers about religion, culture, body, hair, among other issues, precisely because of the lack of knowledge about the African people and the structural racism present in our society. In spite of all the transformation process that took place in Brazilian historiography and education (reflexion of the whole struggle of the black population) and the contributions that can be generated for society,, can we see changes regarding the presence of the Afro-Brazilian history and culture in the speech of the Nova Escola Magazine (material of great circulation that was present in the public schools until 2014), after the promulgation of Law no. 10,639 / 03? This questioning will lead the construction of this thesis. Our research goal is to analyze the issues of the Nova Escola Magazine during the period from 2003 to 2016 and understand the conceptions brought in the speech presented by the Nova Escola Magazine regarding the teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture (having as the foundation a referential that searches for the black protagonism of his own history), using, as a methodology, the Critical Discourse Analysis. Using the precepts of the adopted methodology, we can conclude that the material still contemplates the theme without highlighting Afro-Brazilian and African history and culture as central to the process of building Brazilian identity, besides bringing discussions that do not help in the process of transforming structures and social relations, which overcome racism, exclusion and prejudice. In many moments, we noted the permanence of the way of thinking and building the History of Brazil and Africa, from the European model, as being something natural, common and, in addition, we consider a big problem the act of passing the responsibility for an effective change only to the teacher, without demonstrating the complexity and importance of collective, social work, which involves initial and continuing graduation, breaking paradigms and standards,

which can assist in the production of approaches that do not privilege the presence of the European view at the expense of the Afro-Brazilian and African ones.

Keywords: Teaching Afro-Brazilian History and Culture; Critical Discourse Analysis; Nova Escola Magazine; History teaching

RELAÇÃO DE FIGURAS

Figura 1: Fórum de discussão “Deve ser obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira?”.

Figura 2: Capa da Edição de novembro de 2004.

Figura 3: Foto de abertura da matéria “Educação não tem cor”.

Figura 4: Proposta de resultado para o teste.

Figura 5: Matéria de Paola Gentile - Paineis da diversidade, setembro de 2006.

Figura 6: Sugestão de atividades para a Educação Infantil, publicação de janeiro/fevereiro de 2007.

Figura 7: Bibliografia sugerida na edição de janeiro/fevereiro de 2007.

Figura 8: Capa da edição de setembro de 2008.

Figura 9: Artigo de Luis Carlos Menezes na edição de outubro de 2008.

Figura 10: Sequência Didática sobre a diversidade proposta em junho/julho de 2009.

Figura 11: Artigo de Luis Carlos de Menezes na edição de Dezembro/2009.

Figura 12: Sequência Didática sobre trabalho escravo da edição de abril/2010.

Figura 13: Capa da edição de maio de 2010.

Figura 14: “Quer saber mais?” – Edição de maio/2010.

Figura 15: Extras indicados na edição de outubro/2011

Figura 16: Sequência Didática sobre a escravidão.

Figura 17: Página de abertura da matéria.

Figura 18: Referências bibliográficas do artigo.

Figura 19: Capa da edição de Novembro de 2014.

Figura 20: Sugestão de material que pode ser consultado no site da Revista Nova Escola.

Figura 21: Alunos participando do processo de estudos sobre o Continente Africano, Edição de Novembro de 2014.

Figura 22: Sequência Didática para a disciplina de Arte.

Figura 23: Tradicional prato de arroz e feijão trazendo referências asiática, europeia e indígena.

RELAÇÃO DE TABELAS

Tabela 1: Autores dos exemplares analisados.

Tabela 2: Distribuição de exemplares analisados por ano e meses.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA A PARTIR DA LEI n. 10.639/03.....	25
1.1 Breve discussão do processo de formação da sociedade brasileira.....	25
1.2 Políticas Públicas Educacionais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira.....	31
1.3 A Lei n. 10.639/03 e seus desdobramentos.....	36
CAPÍTULO II. CAMINHOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS: A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO	49
2.1 O processo de inserção da população africana e afrodescendente no Brasil.....	49
2.2 Caminhos metodológicos: A Análise Crítica do Discurso.....	59
CAPÍTULO III. ANÁLISE DO DISCURSO DA REVISTA NOVA ESCOLA CONCEPÇÕES PRESENTES DO ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA.....	67
3.1 A Revista Nova Escola.....	67
3.2 Análise do discurso da Revista Nova Escola.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
REFERÊNCIAS	146
ANEXOS	152
ANEXO 1 – Lei n. 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003	152
ANEXO 2 – Projeto de Lei nº 948/93, autoria de Humberto Costa	153
ANEXO 3 - Projeto de Lei nº 678/88, autoria de Paulo Paim	156
ANEXO 4 - Projeto de Lei do Senado nº 18/95, autoria de Benedita da Silva.....	158
ANEXO 5 - Projeto de Lei do Senado nº 75/97, autoria de Abdias do Nascimento.....	160
ANEXO 6 - Projeto de Lei nº 859//95, autoria de Humberto Costa	164
ANEXO 7 - Projeto de Lei nº 259/99, autoria de Esther Grossi e Bem-Hur Ferreira.....	166

INTRODUÇÃO

A construção dessa tese deu-se em continuação à Dissertação de Mestrado defendida em 2014 nessa mesma instituição que analisou o ensino de História e Cultura Afro-brasileira no currículo oficial do Estado de São Paulo para a Rede Pública de Ensino, chegando a conclusão de que havia presente no material uma preocupação em implementar a Lei n. 10.639/03, que trata da obrigatoriedade da inclusão da temática mencionada acima em todo o currículo escolar, “em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras” (BRASIL, 1996, p.1), mas que a presença de certos estereótipos em relação à população afro-brasileira e africana ainda se fazia presente e que a História proposta, em algumas situações, ainda valorizava o viés europeu de construção da sociedade brasileira. Chegando a esse fato, há também situações cotidianas que vivencio atuando como professora na Educação Básica que acabando trazendo muitas dúvidas e questionamentos, além de todo contexto maior que nos envolve por inúmeros dados que apresentam a imensa desigualdade racial vivenciada nos diversos setores de nossa sociedade, inclusive nos meios midiáticos, consideramos uma preocupação continuar analisando o caminho da efetivação da obrigatoriedade desse conteúdo e o processo de combate ao racismo² estrutural³ presente em nossa sociedade.

Realizamos a escolha de um novo objeto de análise, a Revista Nova Escola. A discussão em torno desse material teve início a partir de uma preocupação do Grupo de Pesquisa do qual faço parte, Coletivo de Pesquisadores em Políticas Educacionais (COPPE), em analisar os

² Ao utilizarmos o termo racismo em nosso trabalho, gostaríamos de deixar claro que é um conceito, equivocado, que parte da premissa que existem diversas raças, cada qual com suas características e também com suas colocações sociais diversas. Biologicamente não há como dizer que o ser humano possua diferenças geográficas, morfológicas ou genéticas que impliquem em raças diferentes, mas em diversos grupos, etnias. Da concepção equivocada de raça que surgiu o conceito de racismo, no sentido que haveria grupos superiores, baseados em diferenças físicas, valores, sem um amparo científico e que essas diferenças justificariam a exploração de uma “raça” ou outra. (BERLEZE e PEREIRA, 2017).

³ ALMEIDA (2019) compreende o racismo como sendo estrutural, pois ele é um elemento que integra a tanto a organização econômica, quanto a política da sociedade. Ele acaba sendo suporte para a reprodução das desigualdades e violências existentes na vida social. Ele não é algo simplório, ele é visto como comum e cotidiano por justamente ser algo que está engendrado nas relações sociais.

exemplares da Revista Nova Escola, pelo fato de ser uma revista do campo educacional e pedagógico, não científica, que em grande parte de sua história esteve ligada ao Governo Federal, via incentivos financeiros, estando presente em todas as escolas brasileiras, sendo assim um corpo de análise de extrema relevância por conta do seu alcance nacional. Ao verificarmos parcerias com Governo Federal, Governos Estaduais e Municipais que demonstram a presença dessa revista nas escolas, julgamos pertinente analisar o discurso que ela propõe sobre a temática do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana.

A Revista Nova Escola surgiu com o intuito de ser um importante suporte aos professores da rede pública e particular de ensino das escolas brasileiras, ao longo de sua história possuiu uma tiragem bastante expressiva⁴, mas desde 2015 ela passou a ter uma menor tiragem na versão impressa, tendo como destaque sua versão on-line e também seu site⁵ que disponibiliza diversos conteúdos gratuitos aos professores e todo o corpo escolar. É importante destacar que desde sua origem, final dos anos de 1990, a revista possuía parceria que bancava grande parte de sua produção, isso se estendeu até 2014, fazendo com que ela sempre estivesse presentes nas escolas públicas brasileiras.⁶

A escolha por esse objeto se deu também pelo fato de seu grande alcance dentro da rede pública de ensino, além de ser um produto comercial, uma mídia impressa popular, com preço acessível, que adentra o mundo escolar brasileiro, sendo assim um importante veículo de informação que atinge a realidade escolar⁷. Outro ponto que justifica nossa escolha é o fato de que a Revista é investigada por diversas pesquisas de Mestrado e Doutorado no Brasil. Em um levantamento na Biblioteca Digital Brasileira de Dissertações e Teses utilizando na busca “Revista Nova Escola” (no campo assunto),

⁴ A revista atingiu a tiragem de 800 mil exemplares no ano de 2008 (RAMOS, 2009).

⁵ Em 2015, a Revista Nova Escola passou a fazer parte da Associação Nova Escola mantida pela Fundação Leman em parceria com outras grandes empresas, não fazendo mais parte da Fundação Victor Civita e da Editora Abril (que hoje pertence ao grupo Somos Educação).

⁶ Discussão desenvolvida no terceiro capítulo.

⁷ Deixamos clara a hipótese de que o professor pode não utilizar esse material em sua rotina de estudos, de preparação de aula, mas é um veículo que chega até a escola, possuindo assim um grande destaque em relação a outro tipo de revista educacional, como as de cunho acadêmico.

obtivemos o retorno de 23 pesquisas⁸ para a busca com “Revista Nova Escola”, 15 Dissertações e 4 Teses (as outras aparições não tratam da Revista Nova Escola)⁹. Entre as temáticas presentes nas pesquisas temos: análises da revista com um foco para a Educação Infantil; análise de títulos e capas; relação da revista com o professor e gestão escolar. Entre pesquisas voltadas especificamente para disciplinas escolares, uma pesquisa analisou a presença da educação matemática na revista, outra verificou os componentes de Educação Física presente na revista, de acordo com os PCN’S e no campo da História encontramos uma Tese de Maria Lucia Morrone (2003)¹⁰ que teve como objetivo analisar as representações e concepções teórico-metodológicas trazidas pela Revista Nova Escola entre os anos de 1986 e 1995, analisando matérias e reportagens que trouxessem questões ligadas à História enquanto campo de conhecimento.

Uma busca também foi realizada no Banco de Dissertações e Teses da Capes e obtivemos o retorno de 31 pesquisas¹¹ (descartamos 7 pesquisas já

⁸ Site utilizado na busca: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em 10/01/2010. Pesquisas obtidas na busca: Títulos, para que os quero? (AGUIAR, 2002); Cartas em revista: estratégias editoriais de difusão e legitimação da Nova Escola. (ROCHA, 2004); A educação infantil representada: uma análise da revista Nova Escola (2005-2007). (ANJOS, 2008); O discurso da nova escola: procedimentos e valores. (CASTRO, 2013); Um estudo das capas da Revista Nova Escola: 1986-2004. (SILVEIRA, 2006); O agir do professor em foco: um estudo de editoriais e cartas do leitor da Revista Nova Escola. (ROSA, 2012); Revista Nova Escola: discursos, representações e prescrições pedagógicas no ensino de História - 1986-1995. (MORRONE, 2003); Nova Escola a revista de quem educa: a fabricação de modelos ideais do ser professor. (RIPA, 2010); O Bullying na escola: uma análise do discurso da mídia impressa pedagógica. (NASCIMENTO, 2015); Análise semiolinguística do contrato de comunicação midiático firmado pela Revista Nova Escola em edições que abordam o ensino de leitura (2010 - 2014). (AZERÊDO, 2017); O papel da Revista Nova Escola na rede discursiva que se desenvolve em torno do agir docente: um jogo de discursos e representações. (DAMETTO, 2010); A prática discursiva da revista Nova Escola sobre o ANEE. (GARBOSSA, 2014); A Revista Nova Escola e a construção de identidades do professor. (BELOTI, 2011); Análise da revista Nova Escola Gestão Escolar: o projeto educacional da Fundação Victor Civita. (AVILA, 2015); A imagem esfacelada do professor: um estudo em textos de revistas. (BUTTER, 2009); Implicações do lúdico na educação escolar: uma análise da Revista Nova Escola (1996-2004). (MARTINEZ, 2006); A educação matemática na revista Nova Escola. (EVANGELISTA, 2008); O discurso de uma revista especializada em educação: um olhar sobre a construção metafórica do professor. (CANCIAN, 2008); Concepções pedagógicas de Educação Física na Revista Nova Escola (1986-2010): da adesão à educação pelo movimento à adequação aos PCNs. (NUNES, 2003); A legitimação das avaliações em larga escala no discurso sobre gestão educacional. (UREL, 2016).

⁹ Analisamos os resumos e as palavras-chave de cada pesquisa encontrada, dentro das buscas realizadas.

¹⁰ A Tese pode ser consultada no seguinte link: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/18768>. Acesso em 10/01/2020.

¹¹ Site consultado: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 10/01/2020. Pesquisas obtidas na busca: Gêneros textuais introdutórios e suporte: uma visão sociocognitiva da revista Nova Escola. (DONATO, 2014); Políticas educacionais e discursos

contabilizadas na outra plataforma de busca), sendo a grande maioria de Mestrado, um total de 27 Dissertações e 4 Teses. Entre as temáticas, temos: a imagem do professor trazida pela revista; matemática escolar; área de biotecnologia, neurociência e ambiente presente na revista; gestão escolar; políticas públicas; avaliação de aprendizagem; discurso presente na revista; educação especial; educação infantil; análise das capas e relação da mídia com a educação. Especificamente no campo da História, tivemos três pesquisas, uma dissertação de Elisangela Silva (2014)¹² trouxe a discussão do papel da revista como um currículo não formal, analisando entre os anos de 1997 e 2006, com o intuito de verificar quais conhecimentos e conteúdos a revista apresenta na seção História; já outra pesquisa, a Tese de Márcia Ramos (2009)¹³ teve como objetivo analisar como a Revista Nova Escola

sobre matemática escolar: um estudo a partir da revista nova escola. (OLIVEIRA, 2006); Relatos de experiência: publicados na revista Nova Escola (2001-2004): modelo de professora Ideal. (ROCHA, 2007); Entre, clones, transgênicos e células-tronco: A Revista Nova Escola ensinando genética e biotecnologia para professores. (SANCHES, 2009); A dialogia entre a Revista Nova Escola e o professor-leitor: Implicações para o trabalho docente. (FILHO, 2007); A gestão como redentora da escola: um estudo sobre a "Nova Escola Gestão Escolar". (NUNES, 2013); Revista Nova Escola: uma análise do discurso especializado. (TEIXEIRA, 2012); A Revista Nova Escola e as tendências em Educação Ambiental. (MEZZARI, 2012); Revista Nova Escola e as Políticas Públicas de Educação Especial: A disseminação de um discurso. (SILVA, 2014); A Revista Nova Escola e o Ensino de História: em circulação uma proposta de currículo não formal (1997 A 2006). (REIS, 2014); A avaliação da aprendizagem na Educação Infantil: uma análise crítico-reflexiva da Revista Nova Escola (2006-2011). (MACIEL, 2013); Imagens em educação: um estudo das capas da Revista Nova Escola, no período de 2010 a 2015. (RODRIGUES, 2016); Políticas Públicas, Currículo e Governamentalidade: Estudo do tema multiculturalismo por meio da Revista Nova Escola. (PAPA, 2016); Educação ambiental em (re)vista: a produção discursiva da revista nova escola. (MORAES, 2014); Neurociência na Revista Nova Escola. (BORTOLI, 2016); A leitura na Revista Nova Escola: Dialogismo e produção de sentido. (ZABALAR, 2009); O negro na Revista Nova Escola. (GOMES, 2003); Representações sobre os docentes em uma reportagem da revista Nova Escola. (SILVA, 2013); A representação da professora na revista Nova Escola. (LAGÔA, 1998); Ethos de Professor: Uma análise da Revista Nova Escola. (VERZOLA, 2011); O Ensino de História na Revista Nova Escola (1986-2002): Cultura midiática, currículo e ação docente. (RAMOS, 2009); Revista Nova Escola e Neurociência: Uma discussão sobre dispositivos biopolíticos. (ROSA, 2017); A Revista Nova Escola: Política Educacional na "NOVA REPÚBLICA". (PEDROSO, 1999); Da revista Nova Escola ao cotidiano: um estudo de representações sociais sobre o ofício docente. (MARQUES, 2010); A forma-ação do discurso da/na Revista Nova Escola. (MATOS, 2008); O Discurso sobre a aula de Matemática: Articulando vozes na Revista Nova Escola. (FERREIRA, 2015); A Revista Nova Escola e o processo de construção de representações sociais sobre o Livro Didático. (TOMIO, 2013); A imagem do professor nas capas da Revista Nova Escola: a circularidade do Sentido. (SANTOS, 2013); Os caminhos da produção bibliográfica em gestão democrática: um estudo sobre a revista Nova Escola. (HEES, 2009); A modelagem de leitores e de leituras no discurso midiático da Revista Nova Escola. (CHARNIZON, 2008); A mídia a serviço da Educação: A revista nova Escola. (SILVA, 2009).

¹² A dissertação encontra-se disponibilizada no seguinte link: <http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2014%20-%20Elisangela.pdf>. Acesso em 10/01/2020.

¹³ Tese utilizada como referência bibliográfica nesse trabalho.

elabora seu modelo curricular e como os professores apropriam-se desse currículo, foram analisadas publicações entre os anos de 1986 e 2002; a última pesquisa no campo histórico trata do Negro na Revista Nova escola e a dissertação é de Dayse Gomes¹⁴. Há um importante volume de pesquisas sobre a Revista, mas nenhuma especificamente analisa o material com a intenção de compreender as concepções trazidas em seu discurso no que tange o ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana. Foi realizada a leitura dos resumos de todos os trabalhos citados.

Tratando da motivação para tal pesquisa, a reflexão sobre a presença da História e Cultura afro-brasileira e africana na sociedade, no ambiente escolar, apresenta-se como uma inquietação desde a Graduação, e estando também em sala de aula, vivenciando ainda fortes situações de não aceitação da identidade africana, outras em que estereótipos são trazidos por alunos, pais, professores acerca da religião, da cultura, do corpo, do cabelo, entre outras questões, justamente pela falta de conhecimento sobre o povo africano e ainda pelo racismo presente em nosso cotidiano¹⁵. Julgamos importante analisar uma revista de grande alcance comercial no Brasil e que esteve presente nas escolas, principalmente na escola pública, local de maior presença da comunidade afrodescendente e que mesmo assim ainda vivencia um contexto de indiferença, no qual sua história e cultura ainda são vistas a luz da Europa.

¹⁴ Não encontramos a versão online da pesquisa, ela foi realizada em 2003 pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, Gomes, Dayse Oliveira. **O negro na Revista Nova Escola.** 01/12/2003 150 f. Mestrado em EDUCAÇÃO.

¹⁵ Em julho/2019 vivenciei uma situação assustadora em sala de aula, um aluno que se destaca em termos de comprometimento, participação, entendimento chegou em sala com o material didático todo riscado e disse que o pai havia deixado um recado ao final, esse recado dizia que seu filho não era obrigado a estudar no bimestre todo a História da África (o material do 3º bimestre só tratava da Antiguidade Africana, com questões sociais, econômicas, culturais, artísticas e religiosas) e que ele não realizaria nenhum exercício proposto, caso um dia quisesse estudar tal temática seria depois de adulto, na Universidade e por escolha própria. Enquanto lia o recado, o pai ligava na coordenação dizendo que procurarei órgãos superiores para que o filho não fosse obrigado a estudar tal conteúdo. Confesso que fiquei em choque, mas conversando com a coordenação expliquei o fato de termos uma legislação que obriga o estudo da História e Cultura Africana e afro-brasileira, enviei por e-mail todas as determinações legais, materiais propostos pelo MEC e disse que apresentaria tudo ao pai, deixando claro que não era uma opção dele que seu filho estudasse ou não tal conteúdo. Por fim, o pai não foi a reunião marcada, se filho continuou participando da aula normalmente e realizando as atividades. Mesmo com esse desfecho, o fato de uma família pensar dessa maneira, não aceitar a História de um povo que se faz presente em nossa sociedade, um povo que é ascendente da maioria da população brasileira, só demonstra a importância de pesquisarmos e discutirmos cada vez mais.

Estando a população africana inserida em um processo de exploração histórico, tendo argumentos, até mesmo científicos, que tentavam justificar uma inferioridade, inexistente, comparada à população branca/europeia, fez com que, inclusive no Brasil, a presença e a história desse povo, ficasse em segundo plano, sem o devido reconhecimento e valorização, o que ainda acontece pelo fato de vivenciarmos ao longo de nossa formação, um discurso de que racismo no Brasil nunca existiu, de que as “raças”¹⁶ constituidoras do povo brasileiro sempre viveram em harmonia, logicamente que cada uma em seu devido lugar, de acordo com padrões cruéis estabelecidos, mas sempre em harmonia, o tão discutido mito da democracia racial¹⁷.

Mesmo com a publicação de vários trabalhos de pesquisa demonstrando a existência de racismo e de grandes desigualdades raciais no Brasil, principalmente a partir da década de 1950 com os resultados do Projeto Unesco, com Florestan Fernandes à frente, e na década de 1970 com os novos estudos sobre as desigualdades raciais, ainda hoje a ideia de democracia racial, baseada na dupla mestiçagem, biológica e cultural, entre as três raças originárias, dificulta a percepção das desigualdades raciais existentes na sociedade, em função das próprias ideias que ostenta de ‘democracia’ e ‘igualdade’ (PEREIRA, 2012, p. 112).

O campo da produção do conhecimento histórico passou e passa por muitas mudanças, a História (ciência) se constituiu como disciplina com método próprio, no final do século XIX, na França, tendo assim como foco pensar essa ciência a partir do europeu, buscando uma verdade absoluta, um distanciamento do pesquisador em relação ao seu objeto (possuindo como

¹⁶ O conceito de raça enquanto aquele que vem no intuito de classificar e diferenciar seres humanos se forma justamente no momento em que os europeus adentram pelos mares no sentido de explorar (Idade Moderna) e se consolida por volta dos séculos XVIII e XIX, com maneiras de justificar a exploração e violência a determinados povos, em detrimento de outros. Além de ser incorporado o fato de que diferenças humanas seriam diferenciadas por características biológicas, o determinismo geográfico, justificando uma nova exploração aos povos colonizados pelos europeus. O século XX marca a discussão para superação de tais determinações e embasamentos científicos, comprovando que não há evidências biológicas e/ou culturais que justifiquem o processo de discriminação entre seres humanos. (ALMEIDA, 2019). Entre diversos autores que discutem a temática, utilizamos Silvio Almeida com o livro *Racismo Estrutural*, edição de 2019.

¹⁷ O mito da democracia racial foi reforçado, principalmente, a partir da obra de *Casa grande e senzala*, de autoria de Gilberto Freyre, pois, em linhas gerais, a mesma apresenta o processo de formação do Brasil fortemente marcado pela cordialidade e pelo romantismo, esquivando-se de abordar, com a devida importância, a violência contra os negros presente no sistema escravista. (FREYRE, 2006).

base as pesquisas da área de ciências naturais – positivismo). Alcançando mudanças nesse campo, a História, no século XX passou a analisar as contradições existentes no processo de formação econômico e social (marxismo) e surgiu também um conceito de ciência histórica que passava a valorizar a subjetividade, o processo, superando o conceito positivista (Escola dos Annales). O contexto de busca de um conhecimento histórico que passou a valorizar povos e tudo que envolve sua constituição e relações se deu com a História Cultural, no final do século XX. Neste contexto também que outros sujeitos passam a ser pensados como também participantes da sociedade brasileira, como os indígenas e os africanos, em seus diversos locais sociais, justamente por uma luta própria em prol desse lugar na sociedade e em sua própria História. Mas, uma grande questão presente em nossa História é o fato de toda violência e exclusão vivenciada pela população afro-brasileira e africana, isso fez com que ficassem fora do projeto de Estado, não podendo nem frequentar as escolas, não sendo reconhecidos como sujeitos de sua própria História e da História do país em que passaram a viver. Assim, a luta dessa população por sua aceitação, reconhecimento sempre se fez presente, desde o período em que foram trazidos ao Brasil e transformados em escravizados (século XVI), unindo-se contra a fome, a violência física e moral, passando pelo processo de abolição, na busca por trabalho, por educação, liberdade, arte, cultura se fazendo presente até hoje.

Apesar de todo processo de transformação que vem ocorrendo na historiografia e educação brasileira (reflexo de toda luta da população negra) e as contribuições que podem gerar para a sociedade, será que também podemos perceber mudanças no que diz respeito à presença da história e cultura afro-brasileira no discurso da Revista Nova Escola (material de grande circulação que esteve presente nas escolas públicas brasileiras até o ano de 2014), após a promulgação da Lei n. 10.639/03? Esse questionamento encaminhará a construção desta tese. Temos como objetivo de pesquisa analisar os números da Revista Nova Escola entre os anos de 2003 a 2016¹⁸ e compreender as concepções trazidas no discurso apresentado pela Revista

¹⁸ Buscamos em todas as edições publicadas entre os anos de 2003 e 2016 qualquer aparição que envolvesse a temática do ensino de história e cultura afro-brasileira e realizamos a análise nas edições específicas.

Nova Escola no que tange o ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana (tendo como base um referencial que busca o protagonismo negro em sua própria história), utilizando como metodologia a Análise Crítica do Discurso.

Organizamos nossa tese em três capítulos, no primeiro capítulo, *Considerações acerca do ensino de história e cultura afro-brasileira e partir da Lei n. 10.639/03*, discutiremos as políticas educacionais presentes na sociedade brasileira que auxiliam no trajeto de combate ao racismo estrutural presente em todos os âmbitos sociais para com os africanos e afro-brasileiros e especificamente o processo de construção que culminou na sanção da Lei n. 10.639/03. Como já colocado, nosso objetivo de pesquisa é compreender o discurso apresentado pela Revista Nova Escola acerca do ensino de História e Cultura afro-brasileira, para isso, é de suma importância demonstrar o que entendemos por ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e também por políticas educacionais. Pensando no processo de construção e reconhecimento, em termos de políticas públicas educacionais, partimos de importantes marcos, a Lei n. 10.639/03, a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e formulação das Diretrizes Nacionais Curriculares para o ensino de história e cultura afro-brasileira, de 2004.

Já o segundo capítulo, *Caminhos teóricos e metodológicos: A Análise Crítica do Discurso* pretende demonstrar a construção dos caminhos teóricos e metodológicos da tese, propondo a princípio a discussão do processo de inserção da população africana e afro-brasileira no Brasil, desde sua chegada como escravizados, até os dias atuais, com a forte presença do racismo engendrado nos diversos aspectos sociais, culturais, religiosos, educacionais, econômicos, entre outros. Esclarecendo a construção do objeto de pesquisa e a forma pela qual realizamos a análise do discurso presente na revista Nova Escola, tendo a preocupação de compreendermos a totalidade do discurso, pensamos em uma metodologia que pudesse dar um suporte para analisar e compreender o contexto histórico e social de produção e compreensão textual, buscando o que está além do texto impresso; para Fairclough (2001, p. 90), “Ao usar o termo “discurso”, proponho considerar o uso da linguagem como

forma prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais”.

Em nosso terceiro capítulo, *Análise do discurso da Revista Nova Escola: Concepções presentes do ensino de história e cultura afro-brasileira* realizamos a análise do material, dedicando seu início à apresentação de importantes aspectos da história da Revista Nova Escola, do seu contexto de criação e de existência dentro do Grupo Abril vinculada a Fundação Victor Civita e atualmente fazendo parte da Associação Nova Escola, sendo mantida, principalmente, pela Fundação Lemman. Após breve apresentação, realizamos a análise de um total de vinte e cinco edições, entre os anos de 2003 a 2016, que contemplam a temática da História e Cultura Afro-brasileira com o intuito de verificar o discurso trazido pela revista acerca da temática.

Nosso recorte temporal deve-se ao fato de a Lei n. 10.639/03 ter sido sancionada em janeiro de 2003, e ao longo desse ano e de anos seguintes, o Brasil vivenciou diversas movimentações provenientes do Estado e também de diversas entidades do Movimento Negro. Assim, o término da análise foi determinado para o ano de 2016, um ano depois em que a marca Nova Escola foi vendida e também no mesmo ano em que Dilma Rousseff sofreu o processo de impeachment, finalizando um ciclo iniciado pelo Partido dos Trabalhadores com o Governo Lula em 2003. A intenção de analisar um ano posterior a venda, é justamente para tentar compreender se houve uma quebra em termos de estruturação e propostas trazidas pela revista ao seu leitor.

Mesmo com as mudanças internas na marca Nova Escola, ela esteve presente por muitos anos nas escolas públicas brasileiras, tornando assim a compreensão e análise presente em seu discurso, dentro da temática do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, de extrema importância para compreendermos possíveis caminhos traçados em nosso país em prol da superação do racismo e do preconceito presente nas relações sociais, pois vivemos em uma sociedade marcada por privilégios a pequenos grupos étnicos e sociais em detrimento da exclusão e exploração do povo negro, e tais atos soam como naturais e acabam camuflando a realidade vivenciada desde a chegada do povo africano em terras brasileiras.

A presente pesquisa pretende contribuir para o processo de discussão e desconstrução de uma sociedade pautada pela exclusão e exploração da

população afro-brasileira, identificando como olhares, termos e conceitos estão enraizados e acabam sendo perpetuados, possibilitando a reflexão constante em ações e atitudes tomadas dentro do campo pessoal, profissional e social.

CAPÍTULO I. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA A PARTIR DA Lei n. 10.639/03.

Nesse capítulo discutiremos as políticas educacionais constituídas na sociedade brasileira que auxiliam no trajeto de combate ao racismo presente em todos os âmbitos da sociedade brasileira para com os africanos e afro-brasileiros. Nossa intenção de pesquisa é compreender o discurso apresentado pela Revista Nova Escola acerca do ensino de História e cultura afro-brasileira e, para isso, é de suma importância demonstrar o que entendemos por esse ensino e também por políticas educacionais. Pensando no processo de construção e reconhecimento, em termos de políticas públicas educacionais, partimos de importantes marcos, a Lei n. 10.639/03, a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e formulação das Diretrizes Nacionais Curriculares para o ensino de história e cultura afro-brasileira, de 2004. Além disso, realizaremos uma breve discussão acerca do conceito de racismo estrutural e toda a complexidade que o envolve.

1.1 Breve discussão acerca do processo de formação da sociedade brasileira.

Antes de iniciarmos a discussão a partir desses marcos, exploraremos o início do processo de formação da sociedade brasileira, evidenciando a presença do povo africano. Desde o início desse processo houve uma significativa diferenciação entre negros e brancos, a princípio não pela diferença de raça, de cultura e de línguas, mas, principalmente, pelo fato dos negros africanos terem chegado em território brasileiro (que ainda era uma das colônias de Portugal) na situação de escravizados, trazidos contra sua própria vontade. Isso, por si só, já os diferenciava dos povos indígenas, que já eram habitantes do Brasil, e dos portugueses, que colonizavam um novo local. Essa configuração fez com que os negros fossem totalmente excluídos da formação social dessa colônia portuguesa, o Brasil.¹⁹

Os primeiros africanos foram trazidos por volta do ano de 1538, por meio do tráfico negreiro, por conta de uma necessidade de mão de obra para a

¹⁹ A imensa população indígena que habitava o território que hoje compreende o Brasil, também não foi incluída no processo de formação de uma colônia, depois um Império e posteriormente de um país, ela também foi colocada a margem e idealizada de acordo com a concepção europeia do que entendiam por “índios”.

produção açucareira, e também pelo fato de que a comercialização de escravizados era muito lucrativa, mesmo assim a escravização da população indígena também se fez presente. A chegada e permanência deles no Brasil foi fortemente marcada pela violência, pela intolerância, pelo desrespeito e pela opressão. Isso fez com que os negros não fossem vistos como seres humanos, mas como meros objetos. As condições de vida proporcionadas eram extremamente precárias, quando desembarcavam no Brasil, vindos da África, imediatamente eram separados de suas famílias. Sua religião e sua cultura eram práticas proibidas pelos portugueses e pela Igreja Católica. Não tinham direito a nada, somente de trabalhar, sem remuneração, recebiam uma má alimentação, tinham pouco descanso e sofriam duros castigos quando suas obrigações e funções não eram realizadas a contento do seu senhor. (RODRIGUES, 2015).

Os africanos carregaram, por séculos, a economia do Brasil colonial e imperial, sendo excluídos no início da industrialização e ao longo da história republicana que foi sendo traçada. Aprimoraram técnicas de plantio, de mineração, foram essenciais para o enriquecimento das elites latifundiárias.

O Preto, escravo à chegada, estava já despojado do seu nome, separado da família e dos congêneres da sua tribo. Era o anonimato da servidão. A dispersão e a rotação rápida destes trabalhadores submetiam-nos a uma tal atomização que eles se tornavam objectos mergulhados na alienação absoluta. Já não tinham qualquer ponto de referência social. As mulheres, que, como na África, trabalhavam nas plantações e em casa, desempenharam, além do seu papel econômico, uma função biológica, social e cultural de primeira plana. Muito pouco numerosas em relação aos homens (a relação era de uma mulher por dois, cinco ou às vezes quinze homens), foram verdadeiramente a mulher e mãe comuns. Mais presas ainda do que os homens ao continente perdido, as suas canções de ninar, os seus contos, as suas danças, foram durante séculos o único laço, muito frágil, mas inquebrável, que estabelecia a ligação com a África. A rotação geográfica e cronológica dos escravos era tal que, sem esta maior estabilidade da mulher, teriam desaparecido muitos dos elementos da herança negro-africana. (KI-ZERBO, 2009, p. 284).

Ao longo da história do Brasil, e diante de tais condições e situações, mesmo depois do fim do regime escravocrata, em termos legais (final do século XIX), os africanos e afrodescendentes sofreram (e ainda sofrem) processos de exclusão, de marginalização, de violência física e moral, tornaram-se “livres”,

mas sem um lugar na sociedade republicana que emergia no final do século XIX, nunca foi uma preocupação do Estado brasileiro pensar em políticas efetivas que pudessem inserir os novos homens livres na nova proposta de Brasil. A partir do período republicano brasileiro, para se contrapor à esses processos que afetavam diretamente os negros e os afrodescendentes, começam a surgir as ideias em defesa da miscigenação e democracia racial existente em nosso país.

A defesa da miscigenação como uma forma benéfica e positiva, tinha (e ainda tem) a verdadeira intenção de se tentar eliminar a presença da herança africana na constituição do povo brasileiro, pois acreditavam que a mistura entre brancos e negros produziria um progressivo “embranquecimento” da população brasileira, e podendo resultar também em uma melhoria biológica do nosso povo. Já a defesa da existência de uma democracia racial no Brasil, procura mostrar uma suposta convivência pacífica e harmoniosa entre os brancos e os negros, e assim negar (ou, no mínimo, minimizar significativamente) que existam processos de exclusão de marginalização dos negros e dos diversos povos indígenas na sociedade brasileira, o chamado mito da democracia racial.

O conceito de democracia racial ainda é um grande nó presente na realidade brasileira, pois através dele pretende-se camuflar os grandes e nocivos enfrentamentos que a população negra brasileira enfrenta desde o século XVI, pois ele incentiva e ajuda a manter a desigualdade para algumas etnias, em detrimento de privilégios de outras e impede que essa situação seja discutida socialmente. (RODRIGUES, 2015).

Dentro dessa conjuntura, de exclusão e preconceito, que, por consequência, os coloca frequentemente em condições de miserabilidade, os negros, historicamente, perceberam que deveriam criar mecanismos que pudessem ajudá-los a sair dessa condição imposta pela sociedade brasileira, que pudessem ser vistos como sujeitos e não como objetos. Porém, no contexto de criação da escola pública como responsabilidade do Estado e para todos, vimos que tais propostas estão fundamentadas em conceitos liberais (e, atualmente, neoliberais), tais como a meritocracia. Assim, ao invés dessa condição de exclusão ser combatida e eliminada, ela acaba sendo, ao contrário, perpetuada, com o agravante de que “agora”, depois de ter acesso à

escola, a culpa pelo seu insucesso, quando ocorre, passa a ser do próprio negro. O que, deliberadamente, não é levado em consideração é que, apesar de se constituir em maioria numérica no conjunto da população brasileira, os negros e os afrodescendentes pertencem, em sua imensa maioria, às classes sociais e economicamente mais desfavorecidas²⁰.

O mito de democracia racial também ajuda a manter a se perpetuar a desigualdade racial entre brancos, negros e pardos, pois, se acreditamos nele, não há preconceito, não há racismo na sociedade brasileira. Se não há preconceito, discriminação racial e racismo, não há que se falar em privilégios para os brancos. Essa situação de, por um lado, extrema desigualdade, por outro lado, crença no mito de uma suposta democracia racial, também impediu, ou no mínimo retardou significativamente, a implantação de políticas públicas que viessem a diminuir a desigualdade racial na educação, na economia e na sociedade em geral (RODRIGUES, 2015)²¹.

O racismo existente na sociedade brasileira é, assim, uma das graves consequências desse modelo que se fincou entre nós. Se as teorias científicas sobre raça, que determinavam existir entre os grupos humanos diferenças essenciais, foram desacreditadas pelas modernas pesquisas em ciências sociais e biologia genética, o racismo que as embasa continuou a reinventar-se em novas práticas e retóricas políticas, sociais e culturais. Longe de ser um tema relegado ao passado, como parte do discurso oficial e do senso comum faz crer, a correlação entre características fenotípicas (como cor de pele ou tipo de cabelo) e atributos subjetivos (como inteligência, capacidades morais ou disposições físicas) ainda é moeda corrente na economia das nossas relações sociais. (SCHWARCZ; NETO, 2016, p. 31-32).

Recentemente na História do Brasil, podemos notar que alguns avanços foram dados na busca por uma igualdade racial, no campo da legislação,

²⁰ Atualmente, de acordo com dados do IBGE (2010), 50,7% da população brasileira se autodeclara preta ou parda (formando a população negra) e dessa parcela, entre homens e mulheres, aproximadamente 81 milhões de pessoas vivem com salários de até ¼ do valor do salário mínimo. Isso significa que a maioria da população brasileira é negra ou parda e compõem o grupo das pessoas mais pobres, a média salarial dos que se declaram branco é de R\$ 2814,00, dos que se declaram pardos, R\$ 1606,00 e dos que se declaram pretos, R\$ 1570,00. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>. Acesso em 20/07/19.

²¹ A lógica neoliberal garante privilégios para os ricos (no caso brasileiro, geralmente, brancos). O restante da sociedade serve para trabalhar, em condições cada vez mais precárias e exploratórias, visando a manutenção dessa mesma exploração. A meritocracia exclui aqueles que não possuem condições de ter acesso a uma educação de qualidade e a escola pública, numa sociedade neoliberal, não precisa ter qualidade, pois é destinada às classes menos favorecidas (Gentili, 2013).

podemos destacar a Lei n. 7437/85, de 20 de dezembro de 1985, conhecida como Lei Caó que atribuía como contravenção a prática de preconceito de raça, cor, sexo ou estado civil; a própria Constituição de 1988, período de redemocratização, com a Lei n. 7716/89, com importantes modificações em 1997, 2010, apresentando punição para discriminação e atos de preconceito por raça, etnia, cor, religião ou procedência nacional em diversas situações, não podendo ser impedimento para nada, trabalho, educação, lazer e etc. Em 2010 também foi aprovada Lei n. 12288/10 que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial e em 2012 a Lei n. 12711/12, a Lei de Cotas. Dentro desse contexto ainda podemos destacar que conquistas como as leis citadas acima, entre muitas outras, são provenientes da luta constante de diversas entidades que compõem o movimento negro²², lutas essas que vão desde a sobrevivência em meio a escravidão, a busca pela libertação dos escravizados até o reconhecimento, a valorização e aceitação de seu povo como africanos e afro-brasileiros.

Mesmo assim ainda vivenciamos um racismo estrutural, enraizado, presente em todas as entranhas da sociedade brasileira e que afeta a população afro-brasileira de maneira extremamente agressiva e cruel, favorecendo para uma seleção dita “natural” dos indivíduos em diversos setores, social, econômico, cultural, educacional. A população brasileira, de acordo com dados do IBGE de 2010, é composta por 191 milhões de pessoas²³, 47,7% se declara branca, 7,6% preta, 43,1% parda, 1,1% amarela e 0,4 % indígena, pensando nesse montante, alguns dados comprovam a gigantesca desigualdade entre as etnias- raciais, dados de 2016 apontam que a taxa de analfabetismo entre brancos é de 4,2%, já entre pretos ou pardos, mais que o dobro, 9,9%; entre crianças de 5 a 7 anos que trabalhavam, 35,8%

²² Compreendemos por movimento negro:

Movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. (DOMINGUES, 2007. P. 101).

²³ Dados atuais apresentam a estimativa de 209,3 milhões de habitantes, mas como nosso último censo ocorreu em 2010, optamos por utilizar tais dados oficiais.

brancas e 63,8% pretas ou pardas, entre muitos outros dados que comprovavam a imensa desigualdade vivida entre a população brasileira.²⁴

O racismo na sociedade é algo muito complexo de ser analisado e compreendido, antes mesmo de adentrarmos ao conceito de racismo estrutural, julgamos importante trazer o que Silvio Almeida (2019) discute, o racismo individual e o racismo institucional. O racismo individual é caracterizado por ações individualizadas de grupos ou indivíduos que agem isoladamente com atos de discriminação, trazendo a concepção de que essas ações não expressariam a sociedade, mas sim pessoas ou grupos específicos e que essas seriam punidas juridicamente por seus atos, mas ao analisar o racismo por essa perspectiva não é considerado como um problema social e sim como casos isolados. O racismo institucional parte do princípio de que instituições compõem a sociedade, que elas são compostas por diversos conflitos e que possuem como função determinar e reproduzir normas, regras, demonstrando que, ao mesmo tempo, fazem parte da sociedade refletindo aspectos trazidos por ela e também a influenciam, tirando a análise do racismo a partir de ações isoladas. O racismo presente nas instituições acaba trazendo padrões já institucionalizados, tidos como naturais por determinados grupos raciais que possuem uma relação de poder sobre outros grupos que não possuem a mesma colocação social e, algumas instituições, para superação dessa questão, passam a realizar ações em prol da superação desse racismo “natural”, como com ações afirmativas, pensando no problema da representatividade e não necessariamente em todo o processo que envolve o racismo. (ALMEIDA, 2019).

Ao tratarmos as duas dimensões discutidas acima, racismo individual e institucional, percebemos que eles sozinhos não dão conta da complexidade do racismo presente em nossa sociedade, para isso discutimos o conceito de racismo estrutural, ele não tem o mesmo sentido que o racismo institucional, pois para que o racismo esteja presente nas instituições, é preciso que ele faça parte dessa mesma estrutura social, pois ela faz parte e mantém a ordem social estabelecida “[...] são apenas a materialização de uma estrutura social

²⁴ Dados disponibilizados pelo IBGE em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>. Acesso em: 20/07/19.

ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. [...] as instituições são racistas porque a sociedade é racista” (ALMEIDA, 2019, p. 33). Ao trazer tal concepção é importante compreendermos que o racismo não é algo criado pela instituição e sim algo estrutural que acaba sendo mantido e reproduzido. O combate ao racismo não é e nem será algo simples, é necessária a existência de punições jurídicas, mas não só isso.

[...] O que queremos enfatizar do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. Ainda que os indivíduos que cometam atos racistas sejam responsabilizados, o olhar estrutural sobre as relações raciais nos leva a concluir que a responsabilização jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdade racial. (ALMEIDA, 2019, p. 38)

É preciso haver um trabalho em prol de mudanças profundas nas relações sociais, políticas, econômicas, nas hegemonias existentes e nas “normalidades” aceitas e enraizadas na sociedade.

1.2 Políticas Públicas Educacionais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira.

Focando especificamente na área educacional, a partir do final do século XX, reivindicações foram, progressivamente, sendo cada vez mais recorrentes no contexto de diversas entidades do movimento negro brasileiro²⁵. Em agosto de 1986, aconteceu a Convenção Nacional do Negro pela Constituinte, mobilizando representantes de mais de 60 entidades do movimento negro. O

²⁵ No ano seguinte da institucionalização legal da abolição da escravidão, 1889, teve início a República no Brasil, mas não foi uma preocupação da época o que estava se passando com a população negra recém “liberta”, estando totalmente fora dessa nova proposta de Brasil, mas ex-escravos, libertos e seus descendentes organizaram diversos grupos e movimentos que unificavam diversos integrantes da população negra pelo Brasil buscando demonstrar a exclusão que vivenciavam cotidianamente em todos os setores da sociedade. É importante colocar que o foco político desses grupos iniciará no final dos anos de 1920 e início dos anos de 1930, tendo uma forte expansão nas décadas de 1940 e 1950 com surgimento de novas instituições, sofrendo uma diminuição a partir de 1964 até meados do final dos anos de 1970, ainda vivendo Ditadura Militar, mas tendo o retorno de diversos movimentos populares. A organização de diferentes instituições do movimento negro brasileiro vivenciou períodos e objetivos diversos ao longo do tempo e da história, mas sempre buscando a valorização e reconhecimento da população negra. (DOMINGUES, 2006). Movimento negro no Brasil é discutido por Petrônio Domingues em artigos e livros (2003; 2006, 2007, 2011, 2013), entre outros pesquisadores brasileiros como, Amílcar Araújo Pereira (2012; 2016).

principal objetivo dessa convenção era o de lutar pela inclusão na nova Constituição brasileira que seria elaborada nos anos de 1987 e 1988, a nossa atual Constituição. Nas questões educacionais, o movimento negro reivindicou respeito a todos os aspectos da cultura brasileira, por meio da inclusão da obrigatoriedade do ensino de história da África e história do negro no Brasil em todas as séries escolares, assim como o combate a todas as formas de manifestação de preconceitos religiosos, raciais e sociais, que porventura viessem a estar presentes em livros e jornais, mas especialmente, nos livros didáticos e paradidáticos (SANTOS, 2005). Essa participação de diversas entidades do movimento negro resultou em uma Constituição que passou a reconhecer que a nação deveria respeitar a formação do povo brasileiro a partir de seus três grandes povos, indígenas, portugueses e africanos.

Outro exemplo da luta dos negros contra a discriminação²⁶ e o preconceito racial²⁷ na seara educacional pôde ser visto, quando, alguns anos mais tarde, em 1995, aconteceu a Marcha Zumbi dos Palmares. Entre outras importantes manifestações que constavam na proposta do movimento negro, destacamos o “Programa Superação do Racismo e da Desigualdade Racial”, que propunha, entre diversas ações, o monitoramento de livros didáticos, processo de formação de professores para trabalhar a diversidade em todos seus sentidos. (SANTOS, 2005). Nesses anos todos, o Movimento Negro sempre lutou, e nos últimos quarenta anos foi alcançado conquistas no campo da política pública educacional, entre elas, a revisão ou até mesmo a retirada de circulação livros de didáticos em que os negros eram vistos e/ou considerados como pertencentes à raças inferiores. Além disso, alguns municípios e estados, sob a pressão do movimento negro (já presente nas discussões que antecederam a Constituição Federal de 1988 e que continuaram posteriormente a sua promulgação), resolveram reformular suas normas de

²⁶ Entendemos que discriminação racial caracteriza-se pelo tratamento de forma diferenciada a pessoas de determinados grupos racialmente identificados. Dentre as diversas nomenclaturas temos a discriminação direta (repulsa intensiva e a determinados grupos ou indivíduos), indireta (seria a discriminação de fato, acontece de forma não intencional), a positiva (possibilidade de tratamento diferenciado a grupos que sofreram e sofrem com discriminação ao longo do tempo, por exemplo, políticas de ação afirmativa) e negativa (a que causa diversos prejuízos gerando desvantagens) (ALMEIDA, 2019).

²⁷ Entendemos que preconceito racial é realizar um juízo de valor de alguém a partir de estereótipos de indivíduos que pertençam a um grupo racializado, podendo gerar ações e práticas discriminatórias. (ALMEIDA, 2019).

ensino; a inclusão de disciplinas sobre a história da África, dos negros no Brasil nos ensinos Fundamental e Médio²⁸.

Na segunda metade da década de 1990, com a entrada em vigor da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB – Lei n. 9.394/96), passou-se a ter destaque, entre outras questões, a questão da pluralidade de etnias existentes no país, evidenciando-se que o ensino de história do Brasil deveria levar em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação social do povo brasileiro, evidenciando a contribuição africana, indígena e europeia. (BRANDÃO, 2015). É importante salientar que na década de 1990 a questão do ensino de História e Cultura africana e afro-brasileira não aparecia de maneira tão específica como a Lei n. 10.639/03 trouxe anos depois.

Aproximadamente um ano depois de sanção da nova LDB, são elaborados e publicados, em 1997, os novos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para a Educação Básica (especialmente para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio), quando, a partir de então, os educadores se defrontaram com as reais questões referentes à diversidade cultural na estrutura curricular. Ainda que os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) devam ser tomados apenas como referência, como parâmetros, na prática, em muitos lugares, eles são a base do currículo escolar da educação básica, principalmente no ensino fundamental.²⁹

No contexto dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e sua proposta de se trabalhar com os chamados *temas transversais*, conteúdos de cidadania e direitos humanos têm sido enfatizados, não só na Educação Básica (ensino fundamental e médio), mas também no Ensino Superior, Vaidergorn (2010) ressalta que tais temas se constituem em temas de difícil tratamento, porém são temas que necessitam ser trabalhados.

Para compreendermos o processo de modificação trazido pela legislação brasileira acerca da multiplicidade étnica nacional enquanto política pública educacional conceituamos política pública, destacando o fato de que existem várias interpretações, como nos coloca Celina Sousa (2006, p. 4)

²⁸ Essa discussão acerca das conquistas no campo educacional foi realizada por Mota (2014).

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Lynn (1980) a define como um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.³ A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam em responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz.

É consenso de que elas possuem em seu processo uma luta de interesses, por quem necessita, quem propõe, quem formula, quem aprova e posteriormente quem irá avaliar, além da questão de que possui por finalidade a produção de resultados ou mudanças na realidade. Os governos, como formuladores, implementadores e avaliadores, possuem uma certa autonomia, sem negar o fato de que há interesses de classes sociais, de grupos específicos ou mesmo interesse próprio (ações que são comuns no Brasil), mas mesmo assim, as políticas públicas são regidas por eles, através da criação de projetos, programas, ações, que muitas vezes precisam de formulações ou reformulações a partir da legislação, como é o caso da Lei n. 10.639/03 e da Lei n. 11.645/08.

Dentre os modelos de políticas públicas existentes³⁰, julgamos importante ressaltarmos, (até mesmo pela realidade brasileira), o seguinte modelo, *Modelos influenciados pelo "novo gerencialismo público" e pelo ajuste fiscal* (itálico da autora), a política pública passou a ter como principal objetivo a eficácia, a eficiência e a credibilidade, a partir de uma política voltada para a desregulamentação, privatização e reformas nos sistemas sociais, fugindo de interesses de grupos ou interesses específicos e buscando uma economia exacerbada em setores de extrema importância social como, saúde, educação, seguridade social, entre outros. (SOUSA, 2006).

Tratando especificamente do processo de uma política pública, após a formulação viria o processo de implementação, mas este, muitas vezes, acaba fazendo parte da uma fase esquecida, por ser uma fase bastante complexa,

³⁰ A autora propõe uma discussão mais específica da temática em seu texto Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Subáreas, de Sousa (2002), que consta na bibliografia desse trabalho.

onde aparecerá questões que muitas vezes não foram pensadas na formulação, ela deveria ser entendida como a transformação da política em ação, por isso sua importância

A implementação se refere a como a política pública está sendo posta em prática, ou seja, à transformação da política em ação. A implementação tem se constituído na subárea ou fase da política pública que menos tem recebido atenção, tanto de trabalhos acadêmicos como dos próprios governos. A subárea é de fundamental importância porque, por ser um estágio intermediário entre a formulação e a avaliação de uma dada política pública, estudos realizados na fase de implementação podem detectar, com antecipação, problemas que podem estar ocorrendo e propor mudanças no desenho e na implementação da política. (SOUSA, 2006, p. 19).

Como última fase de uma política pública estaria a avaliação da mesma, nessa aparece a preocupação em mostrar e comprovar resultados, é uma fase que tem recebido muita atenção, mas como já discutimos acima, se não há uma preocupação com a implementação, acaba sendo lógico que a avaliação tenha resultados, mas resultados limitados. Muitas coisas em determinadas políticas são difíceis de serem mensuradas, isso acaba muitas vezes camuflando resultados e como a implementação muitas vezes é deficitária, isso acaba acontecendo com maior facilidade. A avaliação acaba sendo responsável por definir se a política está sendo implementada, se ela é ideal para a situação comparada a outras, entre outros critérios. (SOUSA, 2006).

É importante ressaltar que a avaliação de políticas possui diversas formas e metodologias, mas não discutirmos essas questões nesse trabalho. Tratando especificamente das políticas públicas educacionais, devemos refletir sobre o fato de que ela é voltada para a escola, mas que a escola está inserida na sociedade, então consequentemente o que acontece nas escolas é reflexo e reflete na sociedade,

Se “políticas públicas” é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. (OLIVEIRA, 2010, *apud* FERREIRA; SANTOS, 2014, p. 148).

Como já citamos acima, a falta de preocupação e de acompanhamento de uma política pública acaba gerando resultados que nem sempre eram esperados no processo de elaboração da política, o que na área da educação, por exemplo, pode gerar graves problemas, como a questão da efetivação da Lei n. 10.639/03, que caso não esteja sendo implementada e acompanhada, não mudará a realidade da perpetuação, em nossa sociedade, da exclusão, do preconceito, do racismo, da falta de conhecimento acerca de um dos principais povos formadores do Brasil e etc.

Conforme Oliva (2009, p. 168),

A perspectiva de mudanças só poderá se concretizar com a contínua e crescente atenção dedicada ao tema, seja nos programas de pós-graduação, nas associações de docentes e pesquisadores, nas ações governamentais e nos bancos escolares. Talvez, assim, daqui a alguns anos as distâncias entre a África e nossos estudantes não seja mais oceânica.

É de extrema importância refletir sobre a efetivação das políticas públicas educacionais, no caso de nossa pesquisa, daquelas voltadas para a mudança na concepção de História do Brasil, deixando evidente a presença dos africanos e afro-brasileiros como protagonistas, como primordiais no processo de construção de todos os setores da sociedade brasileira, tendo presente no currículo e no cotidiano escolar o ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana.

1.3 A Lei n. 10.639/03, seu início e desdobramentos.

Anteriormente a Constituição de 1988, durante seu processo de elaboração e após sua promulgação, diversas entidades que compõem o Movimento Negro estiveram e estão atuando na luta em prol de avanços no campo das leis que possam dar base para o efetivo processo de inserção do negro na sociedade brasileira. O Movimento Negro Unificado³¹ vinha apresentando ações desde os anos de 1980 questionando currículos escolares brasileiros e lutando pela inclusão da história e cultura africana e do negro

³¹ Em 1978, por um histórico de grupos formados no Brasil em prol da causa da população negra brasileira e também por influências externas de luta por direitos da população negra no Continente americano e africano, unindo a discussão de raça e classe social, foi fundado o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) e em seu primeiro congresso teve o nome simplificado para Movimento Negro Unificado (MNU), seu principal objetivo era unificar a luta de diversos outros grupos e movimentos antirracistas brasileiros, tendo como base a valorização da história e cultura negra. (DOMINGUES, 2007).

brasileiro e com o processo de abertura política, discussões que estavam no âmbito Municipal, acabaram ganhando espaço no âmbito nacional. Conceição (2011) realizou uma pesquisa de Mestrado que buscou discutir o processo de reivindicações até a sanção da Lei n. 10.639/03 e apresenta como início da discussão para a lei acontecimentos municipais

[...] o MNU promoveu, em 1982, uma Convenção em Minas Gerais, e foi nesse encontro nacional que apareceram, pela primeira vez, as indicações para que passassem a constar dos currículos escolares a história e a cultura africana e do negro brasileiro, como reivindicação do Movimento Negro. Na mesma direção, rastreando a história do processo dessa construção, encontramos o provável início desse processo em um momento fundamental que antecede a própria elaboração legislativa, qual seja o das indicações do “VII Encontro de negro do Norte/Nordeste”, no ano de 1988, em Recife, Pernambuco, cujo o tema era “O Negro e a Educação” (CONCEIÇÃO, 2011, p. 54-55).

O ano de 1988 acabou sendo um marco no processo de reflexão sobre a história e cultura africana e afro-brasileira, as diversas entidades que compõem o Movimento Negro viram nesse momento oportunidade de discutir sobre os cem anos da abolição, inclusive problematizando essa data que representava mais um do processo de opressão do que efetivamente liberdade, lembrando que a população negra não tem muito a comemorar, desmistificando a grande falácia de que o Brasil vive em uma grande harmonia racial. Mas, também foi o ano de promulgação da Constituição Federal de 1988,

O próprio texto da chamada “Constituição cidadã” de 1988 já refletia algumas das reivindicações de diferentes grupos sociais que até então não eram contemplados na construção dos currículos escolares de história, como se pode observar no parágrafo 1º do Art. 242 da Constituição, o qual já determinava que “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro”. Para muitas lideranças do movimento social negro, a luta pela “reavaliação do papel do negro na História do Brasil” passava naquele momento diretamente pela intervenção no processo de construção das políticas curriculares, especialmente na construção dos currículos de história (PEREIRA, 2012, 115).

Ainda no ano de 1988, Paulo Paim,³² registra três Projetos de Lei, sob nº 607/88, nº 677/88 e 678/88, envolvendo temáticas relacionadas a educação e a

³² Deputado federal pelo Partidos dos Trabalhadores (PT)

questão racial, com destaque para a proposição 678/88³³ que aborda a introdução da História da África e do Negro brasileiro como disciplinas no currículo escolar (a criação desse projeto recebeu influencia dos dois projetos anteriores 607/88 e 677/88, além também da relação de Paim com Benedita da Silva³⁴, Carlos Alberto Oliveira³⁵ e Edmilson Valentim³⁶ e o início de sua aproximação com o Movimento Negro). O deputado argumentava que era preciso superar uma História do Brasil que não reconhece e não valoriza a presença do africano e do negro brasileiro e queria que sua proposta poderia tornar-se uma lei federal.

No dia 15 de setembro, em sessão da CEC, foi aprovado por unanimidade o PL no 678-A/88, tendo apenas a referida emenda do próprio autor da proposição. Nesse mesmo dia, o PL foi enviado ao Senado Federal e lá permaneceu por oito anos, parado, sem ser lido ou apreciado pelos nobres senadores da República, até ser arquivado em 23 de janeiro de 1996. (CONCEIÇÃO, 2011, p. 61).

Antes do arquivamento do projeto de Paim (1996, como demonstrado na citação anterior), no ano de 1995, a senadora Benedita da Silva propôs o segundo projeto ao Congresso Nacional ligado ao processo de introdução da história e cultura da África e do negro brasileiro no currículo escolar brasileiro, o registro de seu projeto possui o número 18/95³⁷, diferente da proposta de Paim, ela queria incluir a história e cultura africana ao Ensino Fundamental, Médio e no Superior somente para o curso de História, já Paim queria que fosse incluído em todos os cursos de Ensino Superior e Pós-Graduação, com a justificativa de que a inclusão estava baseada na importância das culturas e tradições africanas em todo processo de formação da sociedade brasileira, estando ligada aos fundamentos defendidos pelo Movimento Negro. Seu projeto passou por todo processo de tramitação interno e ao final, foi arquivado em 29 de janeiro de 1999, quando Benedita assume como vice- governadora no Rio de Janeiro. (CONCEIÇÃO, 2011).

³³ A proposição consta no anexo 3 desse trabalho.

³⁴ Senadora do Rio de Janeiro pelo Partido dos Trabalhadores.

³⁵ Autor do projeto de Lei que depois tornou-se a Lei n. 7.716/88, Lei Caó.

³⁶ Deputado federal pelo Partido Comunista do Brasil – PCdoB

³⁷ Consta no anexo 4.

Abdias do Nascimento³⁸ propõe em 1997 o projeto nº 75/97, que buscava tratar de políticas compensatórias para a população negra, além da questão da história africana e do ensino. O projeto foi arquivado em janeiro de 1999, pelo fato de Abdias não ter retornado como Senador.

Ainda no ano de 1995, Humberto Costa³⁹, muito próximo de diversos grupos do Movimento Negro, propõe o Projeto de Lei nº 859/95⁴⁰, reescrevendo um projeto que havia sido apresentado na Assembleia Legislativa Pernambucana (Projeto de Lei nº 948/03⁴¹) que tratava da introdução, no currículo brasileiro, da história da África e da cultura africana e afro-brasileira. Pensando nos dois projetos, a justificativa utilizada era muito semelhante, trazendo os problemas relacionados a questão racial no Brasil que também implica na questão de classe, com a relação ao Projeto,

A comparação entre os dois projetos de lei de Humberto Costa – o que foi apresentado na Assembleia Legislativa de Pernambuco e o proposto na Câmara Federal –, indica que o projeto original ganhou algumas alterações e se tornou menos abrangente em termos de reivindicações do Movimento Negro. Abriu-se mão, por exemplo, da indicação de porcentagens fixas na organização do currículo [...] Também foram excluídas menções à participação do Movimento Negro nas comissões e na elaboração de material didáticos e outros, indicando a negociação e o entendimento entre o parlamentar e o Movimento. A exclusão desses itens mais polêmicos daria maior chance de aprovação ao projeto. (CONCEIÇÃO, 2011, p. 65).

Algumas alterações foram realizadas no projeto quando ele chegou a Comissão de Educação, Cultura e Desporto (CECD), o termo disciplina foi mudado para conteúdo e foi acrescentada, além das disciplinas de História Brasileira e Educação Artística (como havia no projeto inicial), a de Literatura Brasileira. As alterações receberam aprovação positiva de Humberto Costa e do Movimento Negro de Pernambuco, justamente pelo fato de que com elas, seria mais fácil o processo de aprovação e consequentemente alteração da LDB. Em junho de 1997 o projeto foi para a Comissão de Constituição e Justiça

³⁸ Abdias do Nascimento atuou como deputado federal e como senador, pelo PDT do Rio de Janeiro, se destacava como um dos líderes do Movimento Negro, participou de diversas ações do movimento, fundação da Frente Negra Brasileira, criação e organização do Teatro Experimental Negro, colaborou com ressurgimento do Movimento Negro em 1978, participou da organização e da fundação do Movimento Negro Unificado. (CONCEIÇÃO, 2011).

³⁹ Deputado federal eleito pelo estado de Pernambuco, pelo Partido dos Trabalhadores.

⁴⁰ Projeto consta no anexo 6.

⁴¹ Consta no anexo 2.

(CCJ) que também aprovou o projeto, mas em 1999 Humberto não assumiu um novo mandato e o projeto foi arquivado, mas não deixou de ser importante na luta pela inserção dos conteúdos no currículo escolar e ainda destacar reivindicações dos diversos movimentos negros.⁴²

No ano de 1999, Ben-Hur Ferreira assume como deputado federal, tendo apoio de Edson Cardoso e ambos tendo atuações dentro do Movimento Negro colocaram como prioridade a busca por projetos ligados a causa negra que estivessem arquivados, encontraram o Projeto de Humberto da Costa, nº 859/95 e a participação da deputada Esther Grossi e ambos firmaram uma parceria e assinaram juntos o novo Projeto de Lei, agora de número 259/99⁴³, tendo poucas alterações, inserindo um parágrafo no artigo 1º e na justificativa remeteram o autor inicial do projeto, Humberto Costa. O projeto foi passando por comissões, entre os anos de 2000 e 2001, e também por alguns relatores recebendo poucas alterações, tendo sua última aprovação no Senado em dezembro de 2002 (CONCEIÇÃO, 2011).

Assim, no dia 09 de janeiro de 2003, foi sancionada a Lei n. 10.639/03⁴⁴, no início do mandato de Luis Inácio Lula da Silva, fazendo parte de um grande processo de lutas que implicaram em alterações no campo da legislação social e educacional desde os anos de 1970⁴⁵,

Foi com base no texto constitucional que o deputado Paulo Paim apresentou à Câmara Federal a proposição de lei que seria o embrião da lei 10.639, projeto encaminhado ao Senado,

⁴² Em sua dissertação, Conceição (2011) traça toda a tramitação do projeto, colocando que ele passou pela Coordenação de Comissões Permanentes (CCP) e pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto (CECD) e nessa comissão Esther Grossi assumiu o projeto e ficou com ele em seu gabinete até abril de 1997, realizando uma emenda substitutiva alterando o termo disciplina para conteúdo e acrescentou, além das disciplinas de História Brasileira e Educação Artística (como havia no projeto inicial), Literatura Brasileira.

⁴³ Projeto consta disponível no Anexo 7.

⁴⁴ O MEC possui um site específico que trata da questão étnico-racial no Brasil, feito em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Fundação Cultural Palmares e Juventude Viva, possibilitando um importante veículo de consulta e suporte, pois apresenta toda a parte de legislação, ações afirmativas, notícias, ações, programas, entre outros pontos importantes para a educação para as relações étnico-raciais. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/>. Acesso em: 10/08/2019.

⁴⁵ Podemos considerar que tal movimento possui como origem o início da história da população africana no Brasil e todos os desdobramentos diversos que se deram ao longo de centenas de anos, mas que foi intensificado em termos de atuação política, voltada para a questão educacional, na década de 1970 (PEREIRA, 2012, chama tudo que vem depois desse ano de “movimento negro contemporâneo”), década de criação do Movimento Negro Unificado (MNU), depois de muitos outros movimentos dentro do âmbito cultural, social e agora político (início da República brasileira é importante destacar a fundação da Frente Negra Brasileira, 1931 e do Teatro Negro Experimental, 1944, por lideranças negras, nas duas instituições já possuíam escolas voltadas para a população negra).

mas arquivado em 1995, certamente por questões políticas e burocráticas, consideradas – na ocasião – mais importantes que o contexto das relações étnico-raciais na educação. Somente com o esforço de alguns políticos, mas respondendo também à pressão do movimento negro, a referida lei recebe seu primeiro grande impulso, com a aprovação, em março de 1999, do Projeto de Lei nº 259, formulado pelos então deputados Ben-Hur Ferreira e Esther Grossi: estabelecendo a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da rede de ensino, da temática *História e Cultura Afro-Brasileira*. (PEREIRA; SILVA, 2012, p. 6).

A lei foi aprovada em 1999, mas promulgada somente em 2003, por Luis Inácio Lula da Silva⁴⁶ (uma de suas promessas de campanha era sua promulgação), ela recebeu veto⁴⁷ de dois artigos, um que tratava de uma porcentagem fixa com relação ao conteúdo programático das disciplinas de História do Brasil e Educação Artística destinada à temática afro-brasileira e africana e outro que falava do processo de formação de professores, garantindo que estariam fora do interesse do Estado em prol da Educação nacional. (PEREIRA; SILVA, 2012)

É importante destacar a participação do Brasil na Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatadas de Intolerância que aconteceu em Durban, na África, no ano de 2001, foi mais um fator a impulsionar o Brasil a assumir uma postura efetiva em cumprir determinações estabelecidas por órgãos dos Direitos Humanos.

A Lei n. 10.639/03⁴⁸ (posteriormente alterada pela Lei n. 11. 645/08) alterara a LDB (Lei n. 9.394/96), ao incluir os artigos 26-A e 79-B.⁴⁹

⁴⁶ No Programa de Governo do então candidato a presidência da República, Luis Inácio Lula da Silva de 2002, “Brasil sem racismo” já apresentava propostas e ações em prol da diminuição das desigualdades sociais e raciais, com diversos programas de inclusão. (CAMPOS, DAFLON, JUNIOR, 2012). Havia uma parceria entre o Movimento Negro Unificado e o Partido dos Trabalhadores, desde sua origem, nos anos de 1980.

⁴⁷ O primeiro veto pode ter relação com o fato de ser um artigo já bastante debatido e que pode ter sido um dos fatores responsáveis pelo arquivamento de outras propostas de lei dentro da temática, já o segundo veto caminha para o fato de que o Estado não havia priorizado tal questão, por pensar em termos de financiamento e investimento, o que é um grande problema, pois como discutir um conteúdo sem que o professor tenha formação para isso.

⁴⁸ Lei disponibilizada no anexo 1. A Lei nº 10.639/03 não fazia referência ao ensino dos conteúdos sobre a história e a cultura dos povos indígenas brasileiros, mas apenas à obrigatoriedade do ensino dos conteúdos sobre a história e a cultura dos negros e afro-brasileiros. Cinco anos depois, a Lei nº 11645/08 veio acrescentar a obrigatoriedade do ensino de conteúdos indígenas no “âmbito de todo o currículo escolar” e, assim, corrigir esse “esquecimento” anterior.

⁴⁹ O artigo 26-A tornou obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira e indígena para o Ensino Fundamental e Médio, em todo o currículo escolar, em especial nas áreas de

Um grande marco nesse contexto foi a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 21 de março 2003, que tinha como intuito trabalhar para a superação do processo de exclusão, do racismo e todo preconceito vivenciado na sociedade brasileira. Como uma das ações da SEPPIR⁵⁰, em 2004, foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, as quais devem ser cumpridas (como diretrizes) por todos os sistemas de ensino (federal, estaduais e municipais) e por todas as escolas de Educação Básica (nos níveis da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos), sejam públicas ou privadas.

As diretrizes demonstram uma preocupação em evidenciar o *déficit* histórico que o Brasil possui para com a população negra (e também indígena), sua história, cultura, religião, costumes e etc. Em razão desse *déficit* histórico, as diretrizes servem para nortear os trabalhos das escolas, sistemas de ensino, professores, alunos e comunidade, de forma que a obrigatoriedade legal se transforme em realidade efetiva. Ao longo das Diretrizes, são exploradas questões como as políticas de reparação, reconhecimento, ações afirmativas⁵¹, propostas para a educação étnico-racial, mostrando a importância das condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas para que não só o processo de ensino e aprendizagem aconteça, mas, principalmente, que esse processo seja livre de preconceitos e equívocos sobre a história e acultura afro-brasileira, africana e indígena.

É também ressaltada nas Diretrizes a importância de serem utilizados materiais didáticos que tenham preocupação com uma bibliografia

educação artística, literatura e histórias brasileiras, evidenciando que os conteúdos deverão destacar a História da África, dos africanos, dos afro-brasileiros e também dos indígenas, resgatando a contribuição desses povos no processo de formação do Brasil, nas áreas social, política, econômica. Já o artigo 79-B incluiu no calendário brasileiro o dia 20 de novembro como o “Dia Nacional da Consciência Negra”.

⁵⁰ Em março do ano seguinte (2004), por meio de Parecer do Conselho Nacional de Educação (Parecer CNE/CP 03-2004), o qual foi transformado na Resolução 1, de 17 de junho de 2004, foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

⁵¹ Entendemos que ações afirmativas são medidas que visam para valorizar e beneficiar grupos sociais que foram e ainda são prejudicados por meio de exclusão, falta de valorização e reconhecimento, podendo ter uma ação de prevenção, mas também de reparação. Possui como objetivo o combate a discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero, aumento a participação das minorias em diversos setores da sociedade. (GEMAA, 2019).

afro-brasileira que cumpra integralmente a legislação, especificamente a LDB, assim como a utilização de outros materiais que possam auxiliar como mapas, fotografias, obras de arte, entre outros (BRASIL, 2004). Além disso, as Diretrizes buscam pensar em um suporte que chegue nas redes escolares, propondo a

Realização, pelos sistemas de ensino federal, estadual e municipal, de atividades periódicas, com a participação das redes das escolas públicas e privadas, de exposição, avaliação e divulgação dos êxitos e dificuldades do ensino e aprendizagem de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da Educação das Relações Étnico-Raciais; assim como comunicação detalhada dos resultados obtidos ao Ministério da Educação, à Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, ao Conselho Nacional de Educação, e aos respectivos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, para que encaminhem providências, quando for o caso. (BRASIL, 2004, p. 25).

Outro destaque é a importância que as Diretrizes dão ao investimento na formação de professores (formação inicial e continuada), de forma que a mesma possibilite aos professores contatos com novos autores, teoria e visões acerca da história da África e da história de cultura afro-brasileira. Há também o incentivo para que as escolas e os sistemas de ensino se associem à núcleos de pesquisas, universidades e movimentos sociais, e, ao fazerem isso, realizem ações educativas com o objetivo de combater permanentemente o racismo e a discriminação racial.

Também no ano de 2004, é criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi)⁵², dentro da estrutura do Ministério da Educação (MEC), com o intuito de contribuir para a valorização das diferenças e da diversidade, e produzir documentos e materiais de apoio aos sistemas de ensino (federal, estaduais e municipais) e às escolas de Educação Básica. Em 2006, é publicado o documento “Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais”, o qual tem o objetivo de

⁵² Essa secretaria foi extinta por meio do Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019, disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57633286. Acesso em: 20/07/19.

reconhecer a diversidade étnico-racial, em correlação com faixa etária e com situações específicas de cada nível de ensino⁵³.

Em 2009⁵⁴, é lançado o “Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana – Lei 10639/2003”, uma parceria da Secadi/MEC com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), o Conselho Nacional de Secretários da Educação (CONSED), o União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de São Paulo (UNDIME), cuja finalidade precípua foi “a institucionalização da implementação da Educação das Relações Étnico-raciais” (BRASIL, 2009)⁵⁵.

O texto do **Plano Nacional** foi construído como um documento pedagógico com o intuito de orientar e balizar os sistemas de ensino e as instituições correlatas na implementação das Leis 10639/2003 e 11645/2008. A introdução traça um breve histórico do caminho percorrido até aqui pela temática etnicorracial na educação e as ações executadas para atendimento da pauta; a primeira parte é constituída pelas atribuições específicas a cada um dos atores para a operacionalização colaborativa na implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, e a segunda parte por orientações gerais referentes aos níveis e modalidades de ensino. A terceira parte foi construída com recomendações para as áreas de remanescentes de quilombos, pois entendemos que os negros brasileiros que aí residem são público específico e demandam ações diferenciadas para implementação da Lei e a conquista plena do direito de aprender. (BRASIL, 2009, p. 12, negrito do autor).

No ano de 2012, por meio da Lei Lei 12.711/12 foi determinada a criação de cotas para ingresso nas Universidades Públicas para a população negra e em 2014, por meio da Lei 12.990/14 passou a ser destinada 20% de vagas oferecidas em concursos públicos a população negra.

Diante dessas ações, consideramos que é possível perceber um progressivo e crescente interesse do Estado brasileiro (em suas diferentes instâncias, logicamente “impulsionados” pela pressão realizada por diversas

⁵³ Esse é um exemplo de publicação da Secadi/MEC, direcionada às escolas, para subsidiar o trabalho de gestores e educadores, no sentido de cumprir a legislação, especificamente a Lei nº 10.639/03, já que, naquele momento (2006), ainda não existia a Lei nº 11.645/08.

⁵⁴ Nesse momento a Lei n. 11.645/08, que altera a 10.639/03 já estava em vigor.

⁵⁵ Em sua elaboração, esse documento também contou com a ajuda de intelectuais e militantes do movimento negro e de luta contra o racismo.

entidades do movimento negro), assim como de alguns setores da nossa sociedade, em reconhecer e valorizar o multiculturalismo existente entre nós, mesmo que seja apenas como uma forma de responder às reivindicações, lutas e demandas do movimento negro. Esse reconhecimento pode ser objetivamente visualizado, por exemplo, na adoção, por parte do Estado brasileiro, de políticas de ações afirmativas, as quais, por sua vez, objetivam diminuir as imensas desigualdades de oportunidades (educacionais e profissionais) entre os brancos, negros, afrodescendentes e indígenas em nosso país⁵⁶.

A partir da realidade discutida, nossas inquietações surgem dessa problemática existente entre ainda vivermos em uma sociedade preconceituosa, racista, que acentua desigualdades, mas que ao mesmo tempo avança ao menos no âmbito das políticas públicas educacionais que buscam a equidade entre os povos formadores do Brasil.

Consideramos de suma importância investigar a materialização dessas discussões no ambiente escolar e social, ou seja, como a concepção de uma nova forma de ensino de história e cultura afro-brasileira vem sendo trabalhada na Revista Nova Escola, material de importante circulação nas escolas públicas brasileiras..

No intuito de buscar essa compreensão, a luz das políticas educacionais das últimas décadas, pretendemos identificar e analisar os volumes da Revista Nova Escola desde 2003, ano de sanção da Lei n. 10.639/03 até dezembro de 2016, ano em que a revista passa a ser somente online, além do fato de deixar de fazer parte do Grupo Abril e pensando no contexto político externo, término do governo de Dilma Roussef.

Como a própria Lei n. 10.639/03 coloca o conteúdo de história e cultura africana e afro-brasileira, deveria ser trabalhado em todo currículo escolar, assim pretendemos verificar para quais disciplinas a Revista propõe ações e estratégias (pois a legislação evidencia a preocupação de estar presente em todo o currículo, em especial nas áreas de educação artística, literatura e histórias brasileiras), mas analisaremos em termos de conteúdo somente para o ensino de História.

⁵⁶ Especificamente sobre a adoção de políticas de ação afirmativa (cotas) para acesso à universidade pública brasileira, ver Brandão (2005).

Com o intuito de reforçarmos a importância de pensarmos a presença da história e cultura afro-brasileira e africana, levando em conta de que um dos grandes fatores que levam essa temática a ficar esquecida na sociedade brasileira, é a falta de materiais didáticos que deixem de priorizar a história por um viés positivista que, consequentemente, foca nos grandes heróis, nos considerados vencedores (tendo uma forte presença eurocêntrica), sempre enfatizando, o povo africano e os indígenas como coitados, perdedores, simplórios e etc. Infelizmente, além de trazer consequências intelectuais, pois prioriza um conhecimento restrito que pode incentivar o pensamento racista, acabada trazendo consequências também para a população com reflexos negativos no processo escolar, no ambiente de trabalho, e em outros âmbitos da vida social.

Tendo como foco de análise os conteúdos propostos para a disciplina de História, é importante fazermos uma breve análise sobre as continuidades e mudanças vivenciadas por ela ao longo da História do Brasil. Bittencourt (2011) destaca que a escola elementar ou a escola primária, por volta de 1827, começou a utilizar a disciplina de História para uma formação moral e cívica. No decorrer dos séculos XIX e XX, essa formação moral e cívica ainda foi praticada e, com a entrada do regime político republicano, os marginalizados socialmente passaram a ser integrados no processo educacional, mas com o cuidado de não incluí-los como participantes da história nacional, pois só deveriam ter acesso ao ensino para que pudesse haver a preservação da hierarquia, da ordem, podendo levar o Brasil ao tão sonhado progresso⁵⁷. (BITTENCOURT, 2011).

Dentro desse contexto de início de inclusão de povos excluídos do conceito de republicanismo brasileiro, como pobres, negros, indígenas, a história do continente africano também passa despercebida por muitos, em espaço escolar e também social, quando lembrada, em muitas situações, vem cheia de estereótipos, preconceitos, de discursos de ódio, pena, que não possuem conhecimento da grandeza desse Continente e da sua imensa diversidade religiosa, cultural, linguística, entre outras. É comum o foco somente na região onde se encontrava o Antigo Egito, como um exemplo de

⁵⁷ Progresso aqui se entende como a modernização do Brasil, segundo parâmetros dos países europeus. (Bittencourt, 2011)

avanço, sem levar em consideração que outras regiões africanas possuíam grandes reinos ao longo da história que tiveram contato direto com o fornecimento de escravos ao Brasil, mais conhecida como África Negra, a região da África Subsaariana, que se divide entre Ocidental, Centro-Ocidental e Oriental.

A valorização da história africana é imprescindível para a valorização e reconhecimento da história afro-brasileira. Entendemos que a história e cultura afro-brasileira e africana não existe para que a história de outros povos e nações fique em segundo plano, mas sim para mostrar que o povo africano e afro-brasileiro é também constituidor do Brasil e estava nesse segundo patamar, totalmente esquecidos com seus costumes, histórias, religiões, festas, cultura, moda e etc.

Acreditamos que a escola, os professores e os alunos precisam assumir uma postura diferente em relação ao ensino dessa história, tratando-a com naturalidade dentro da rotina escolar, procurando conhecer algo que estava escondido, camuflado, mas que sempre existiu.

Materiais didáticos destacam a atuação dos europeus, dos portugueses especificamente e esquecem a história dos diversos povos indígenas que já habitavam o território brasileiro e também da história dos negros trazidos, à força, da África, colocando-os como meros coadjuvantes, como se estivesse lá a espera dos europeus para serem escravizados “[...] o negro africano e as populações indígenas, compreendidas não em suas especificidades etno-culturais eram os cooperadores da obra colonizadora/civilizatória conduzida pelo branco português/europeu e cristão” (NADAI, 2000, p. 25).

Mesmo com os avanços no campo educacional, ocasionados por pressões sociais, por mudanças nos aspectos legais, ainda assim, a África e toda sua história é vista por muitos como um lugar vazio que passou a existir no momento da chegada dos europeus, esquecendo que nesse continente havia desenvolvimento político, social, econômico; possuíam conhecimentos de técnicas de mineração e de metalurgia, da matemática, arquitetura, medicina, engenharia, astronomia e também tinham sua religiosidade desenvolvida. Dentro dessa perspectiva, Mattos (2003, p.11), coloca que,

Como não apresentavam as mesmas instituições políticas, não possuíam padrões de comportamento e visões de mundo

semelhantes aos dos europeus, a conclusão só podia ser uma: a de uma sociedade não civilizada e sem história.

Nesse sentido, as Leis n. 10.639/03 e n. 11.645/08 foram conquistas do Movimento Negro, que ao colocarem em nossa Lei de Diretrizes e Bases a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana (e indígena) nos currículos escolares de Ensino Fundamental e de Ensino Médio das escolas públicas e das escolas privadas, possibilitaram um importante auxílio para o processo de visibilidade histórica desses povos e, assim, auxiliaram também no longo caminho de combate ao preconceito e à discriminação racial permanentemente presente na sociedade brasileira.

Analisaremos o discurso presente na revista, verificando as proposições trazidas, a incidência do assunto nas publicações, qual o suporte teórico utilizado, os autores das reportagens/ artigos/ planos de aula, se utiliza documentos oficiais, se reafirma ou combate estereótipos sociais, entre outras questões que propõem para verificar de que maneira eles contemplam o ensino de história e cultura afro-brasileira.

CAPÍTULO II - CAMINHOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS: A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

O presente capítulo pretende demonstrar a construção dos caminhos teórico-metodológicos da Tese, propondo a princípio a discussão do processo de inserção da população afro-brasileira e africana no Brasil, desde sua chegada como escravizados, até os dias atuais, com a forte presença do racismo engendrado nos diversos aspectos sociais, culturais, religiosos, educacionais, econômicos, entre outros. Também apresentamos um breve levantamento de ações provenientes do Governo Federal entre os anos de 2003 e 2016. A segunda parte do capítulo trará a discussão do processo de construção da metodologia adotada, Análise Crítica do Discurso.

2.1. O processo de inserção da população africana e afrodescendente no Brasil.

A vinda forçada dos africanos para o Brasil, a partir do século XVI, é marcada por uma violência física e psicológica imensurável e desde então a população africana e afrodescendente luta por sua inserção na sociedade brasileira, uma inserção efetiva, que busque reparar toda a exploração e exclusão sofrida ao longo do tempo e que possa garantir-lhe todos os direitos fundamentais, como a vida, saúde, alimentação, educação, moradia e segurança;

Ao refletirmos sobre essa inserção efetiva, sabemos que ela também precisa acontecer no campo histórico e cultural, pois, infelizmente, a história e cultura afro-brasileira e africana, ainda é um assunto marginalizado, ou visto como algo em segundo plano pela sociedade ou até, ainda, visto por muitos como sendo menor, inferior, que não merece ser contemplado como conteúdo escolar. Ao mesmo tempo, diversas pesquisas, livros, produções audiovisuais e sites atuais, que citamos ao longo da Tese, evidenciam que ela é central no processo de constituição da sociedade, da religião, cultura, culinária, linguagem, hábitos, da rica diversidade presente em nosso país. O campo do conhecimento histórico passou e passa por importantes mudanças, desde quando ela (a História) se constituiu como disciplina com método próprio, no final do século XIX, na França, com destaque para Charles Seignobos. (FERREIRA, 2002)

Desde o século XIX, quando o ensino de História foi incorporado nos programas escolares e ainda nos dias atuais, é recorrente em nossos materiais didáticos e também em nossa cultura escolar⁵⁸ o aspecto eurocêntrico da história, tanto da história geral, quanto da história do Brasil, que sempre é explicada a partir da sequência cronológica europeia, dando destaque à história dos vencedores e dos grandes heróis, sendo disseminados seus costumes, tradições, religiões “[...] privilegiava-se o ensino da história universal seguindo o esquema quadripartite: história Antiga, história da Idade Média, história Moderna e história Contemporânea.” (FONSECA, 2008, p. 51).

É importante colocar que os conteúdos escolares possuem total relação com as correntes historiográficas que influenciam a concepção de história. No século XIX, a tendência que predominava era a do historicismo, que concebia a história como narrativa de fatos passados; já a partir do século XX, temos a História Social, que se divide entre Escola dos Annales (Nova História) e a corrente marxista. Já no final do século XX entra em cena a História Cultural que pretendia dar espaço principalmente à história dos esquecidos e atualmente também temos a tendência para a História do Tempo Presente, cada tendência possui suas especificidades (BITTENCOURT, 2011).

A História Cultural se difere de outros campos e de outras correntes historiográficas por não mais se centrar na busca pela verdade absoluta baseada na fonte documental, competente ao Historicismo (ou História Positivista), nem nas análises do tempo em longa duração ou na História das mentalidades, campos da Escola dos Annales, além de causar uma quebra com o Materialismo Histórico da vertente marxista, a qual privilegia as relações econômicas e a luta de classes. (BIGELI, 2018, p. 64).

Com essa nova possibilidade de pensar, interpretar e escrever a História, o povo africano e afrodescendente, pela união e luta de seu povo, foi conquistando espaço dentro da construção da História do Brasil, até então eles eram representados pelo olhar do europeu, toda sua trajetória era contada a partir do colonizador, sem que pudessem ser vistos a partir de suas histórias, impressões, hábitos, vivências e etc. Além disso, não frequentavam o ambiente escolar, não havia uma preocupação do Estado em garantir o acesso de toda a população à escola, isso começou a ser uma preocupação somente a partir

⁵⁸ “Entende-se cultura escolar pelo [...] conjunto de saberes elaborados ao redor da própria prática do ensino” (SILVA; FONSECA, 2007, p. 8)

dos anos de 1920, tendo como marco importante a quarta década do século XX, com o movimento dos pioneiros. Até então além de não estarem presentes nos conteúdos a serem estudados, não estavam presentes no ambiente físico escolar (RAMOS, 2018).

A História do Brasil sempre foi vista de forma secundária e inferior perante a História Mundial, ou melhor, a História Ocidental e Europeia. Nas décadas de 1960 e 1970, o que se destacava na História Nacional era o patriotismo, o civismo, mas sempre voltado para a história da classe dominante, deixando totalmente de lado a história dos índios e negros. Assim destaca Moraes (2009, p. 207):

A História do Brasil não começa com o passado indígena – como no caso da História ensinada nas escolas do México, que se inicia no passado pré-colombiano, com os mexicanos (astecas) – mas, sim, com a chegada dos portugueses.

Refletindo sobre o papel da escola, muitas vezes, o contato que as pessoas terão com a História e, conseqüentemente, com seus conceitos, acontecerá na escola, por meio do professor e do material didático utilizado, do Projeto Político Pedagógico (PPP), a partir daí o aluno vai ter uma concepção do que é ser negro, branco, brasileiro, o que vem a ser preconceito, racismo, nacionalismo, entre outros.

Dentro desse contexto de mudança no campo historiográfico, a sociedade brasileira também passava por mudanças, com forte presença da população afrodescendente: luta pela abolição, busca por trabalho e educação, movimentos negros se colocando socialmente, criando jornais (o Alfinete, 1918), organizações (FNB, 1931; TEN, 1944; MNU, 1978) buscando o fim da exclusão racial vivenciada cotidianamente. (MOTA, 2014).

Apesar dessa luta ser antiga, desde a chegada da população africana em terras brasileiras, a presença de grupos marginalizados e excluídos em termos étnicos, sociais, culturais, históricos e econômicos ainda se faz presente na realidade educacional brasileira; alcançamos altos índices de acesso, de diminuição no analfabetismo, desde os anos de 1990, mas a questão da representatividade, da permanência, da estrutura curricular e de ensino ainda é um grande nó pensado e repensado na estrutura educacional pública brasileira, principalmente para a população negra. Temos por volta de 57 milhões de crianças e adolescentes no Brasil e, crianças entre 7 e 14 fora

da escola, 62% são negras e somente 35% são brancas; infelizmente o resultado dessa combinação de fatores demonstra que a maioria que está fora da escola é pobre, negro, indígena e quilombola e só endossa a problemática da desigualdade étnica brasileira.⁵⁹

Justamente essa ausência de conhecimento acerca de toda a história e cultura afro-brasileira e africana, além de teorias de cunho racial, tidas como ciência, no século XIX e XX, que tentavam justificar a superioridade dos europeus para com o restante do mundo, além dos interesses econômicos para com o continente africano ao longo dos tempos, fez com que uma grande estrutura se formasse na sociedade, o racismo, sua construção ao longo dos séculos deixou e ainda deixa marcas muito profundas, justamente pelo fato de que há defensores de que ele nunca existiu, ou que não existe mais, que sempre vivemos uma democracia racial (conceito que demonstra a coexistência de maneira muito cordial entre as três “raças” que deram origem ao povo brasileiro, africanos, indígenas e europeus), o que não passa de um grande mito criado no processo de construção do Brasil republicano, que infelizmente se perpetua.

D’Ávila (2006, p. 355) apresenta dados justamente do início período republicano, evidenciando que a busca pela formação do povo brasileiro com a herança genética dos brancos era uma grande preocupação, a política eugenista estava enalacrada e podemos dizer que com outra roupagem, ainda está na sociedade brasileira, “A eugenia perdeu a legitimidade científica após o final da Segunda Guerra Mundial, mas as instituições, práticas e pressuposições a que ela deu origem – na verdade, seu espírito – sobrevivem”. Justamente por não compreenderem a importância da população afro-brasileira e africana na constituição da nação brasileira, tudo que trouxeram e fizeram, fingem não perceber o racismo estrutural, toda a violência física e moral presente em todos os campos sociais, nas escolas, no trabalho, nos bairros, no cotidiano da população afrodescendente.

Ao pensarmos no século XXI e na influência exercida pela mídia impressa, televisiva, online (nos últimos anos especificamente, as redes

⁵⁹ Dados disponíveis nos seguintes sites: <https://www.unicef.org/brazil/situacao-das-criancas-e-dos-adolescentes-no-brasil> e <https://noticiapreta.com.br/62-das-criancas-fora-da-escola-sao-negras/>. Acesso em 20/07/2019.

sociais) no cotidiano social, nas relações humanas, na construção da História, possibilitaram novas perspectivas, ideias, posicionamentos e problemas. Muitas pessoas passaram a sentir mais proximidade com vários temas dentro do conhecimento histórico, isso possui um fator positivo que é o interesse por essa área do conhecimento, mas também aspectos negativos pelo fato de que uma simples informação possa ser utilizada como conhecimento histórico e para muitos, como uma verdade absoluta.

Usuários de diversos aplicativos, como facebook, instagram, twitter, whatsapp, que publicam imagens, discursos, replicam textos, acabam mostrando um posicionamento de repúdio à luta da população negra, das minorias e também às políticas que buscam a reparação de toda a exclusão vivenciada ao longo da história. Utilizam argumentos de que as políticas afirmativas são as responsáveis por incentivar o racismo, a segregação, o “vitimismo”, entre outros, além do fato de muitos sentirem que as redes sociais trazem uma liberdade na qual todos podem falar o que querem, sem ter uma preocupação com respeito ao próximo, da história, da cultura, da diversidade e do processo de construção do conhecimento. Contrariamente a esse tipo de usuário, temos também muitos que buscam levar história, cultura, valorização da população negra, indígena e de outros grupos que sofrem com o processo de exclusão, com indicações de leituras, de produções audiovisuais, divulgando cursos, autores e etc.⁶⁰ (BERLEZE; PEREIRA, 2017).

Essas mudanças presentes na sociedade atual refletem no processo de elaboração e implementação de políticas públicas sociais e na escola, na forma de pensar dos entes que a compõem, influenciando posicionamentos e relações. Após a promulgação da Constituição de 1988, e depois da LDB de 1996, avanços se deram no campo educacional. Passou a ser uma preocupação do Estado um novo olhar acerca da história da formação do povo brasileiro, iniciando o processo de valorização da história e cultura afro-brasileira e africana. Todas essas ações foram resultado da luta de muitos intelectuais e movimentos sociais, ao longo do tempo, nesse caso específico à

⁶⁰ Além dos autores citados, outras pesquisas e inúmeras páginas se preocupam em analisar a presença do racismo nas redes sociais, colocarei alguns exemplos: <http://www.brasil.gov.br/consciencianegra/noticias/casos-de-racismo-na-internet-e-redes-sociais-devem-ser-denunciados>; <https://www.geledes.org.br/midias-sociais-e-racismo/>; <https://almapreta.com/editorias/realidade/meuracistasecreto-pessoas-compartilham-casos-cotidianos-de-racismo-nas-redes-sociais>.

luta histórica do movimento negro. Essa estrutura educacional pensada a partir desses importantes marcos possui como central uma preocupação com o currículo, com os materiais didáticos, com a equipe pedagógica, com os alunos e o que eles trazem de suas vivências e também complementos curriculares, livros, revistas, sites oferecidos pelo Estado ou trazidos pelos próprios professores.

Todo o contexto discutido vem ao encontro de uma das preocupações trazidas em nosso trabalho, de que a legislação educacional, especificamente a promulgação da Lei n. 10.639/03 e seus desdobramentos, são fatores importantes no reconhecimento da história e cultura afro-brasileira, começando pela mudança na escola, no currículo, nos materiais didáticos, na forma como se propõe o ensino da História do Brasil sem que haja somente o olhar para o europeu, e desse povo como superior ao restante dos constituintes do Brasil, indígenas e africanos (MOTA, 2014).

Estando a escola inserida na sociedade e estabelecendo diversas relações com a mesma, destacamos a influência da mídia impressa e virtual de grande alcance e relevância, tanto para os profissionais da educação, quanto para os alunos e toda a comunidade escolar. Pensando em termos de alcance de uma revista educacional brasileira, elegemos a Revista Nova Escola. Nosso foco ao tratar dessa revista foi justamente pelo fato de existir uma parceria entre o Governo Federal, Estaduais e o Grupo Abril que fez com que a Nova Escola chegasse até as escolas da rede pública de ensino de todo país⁶¹, além do fato de que revistas acadêmicas acabam não adentrando o ambiente escolar, por diversos fatores, fazendo com que muitas vezes fiquem dentro da própria academia.

Temos uma grande estrutura educacional presente em um país tão diverso quanto o Brasil com diferentes realidades, algumas em que os professores possuem autonomia para escolher, ler e usar qualquer tipo de complemento ao currículo, mas em outras não há essa liberdade, mas o fato da Revista Nova Escola, que até o ano de 2015 (via parceria entre Estado e Editora Abril), era entregue às escolas públicas faz com que sua leitura e possível uso seja mais comum do que outra da área educacional.

⁶¹ Tratamos dessa parceria em nosso terceiro capítulo, quando apresentaremos a revista e realizaremos a análise do material.

A luz da nossa análise, julgamos importante apresentarmos um breve contexto político, a nível federal, vivenciado no Brasil entre os anos de 2003 e 2016, para termos um elemento de compreensão da dimensão “prática social” das edições analisadas. Como já mencionamos no capítulo anterior, o Brasil em seu processo de redemocratização passou a ter um novo olhar acerca da população africana e indígena, como já dissemos em outros momentos, o início se deu com a Constituição de 1988.

A partir da segunda metade da década de 1990 acelera-se um processo de mudanças acerca das questões raciais, marcado fortemente por uma aproximação entre o Movimento Negro e o Estado brasileiro. A partir deste momento que as reivindicações por ações mais concretas para o enfrentamento das desigualdades raciais começam a ser cobradas. Dois acontecimentos um de âmbito nacional e outro, internacional são destacados consensualmente pelos estudiosos do tema como momentos importantes desse processo: a Marcha Zumbi de Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, em 1995, ano de comemoração do tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, e a Conferência de Durban, em 2001. (LIMA, 2010, p. 79).

A Marcha teve como intuito chamar a atenção pública e também governamental para a desigualdade racial vivenciada no Brasil, além de entregar reivindicações em diversas áreas, religião, cultura, educação, entre outras. Nesse mesmo momento foi criado, por meio de decreto, o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI), que significou uma importante ação em prol da aproximação do movimento negro com o Estado, com o principal intuito de promover políticas de valorização da população negra. No ano seguinte a marcha, em 1996, foi lançado Programa Nacional de Direitos Humanos, que em linhas gerais tinha como função a criação de estratégias pelo governo para diminuição da desigualdade racial presente no Brasil, estabelecendo metas a serem alcançadas a curto, médio e longo prazo. (LIMA, 2010).

Já citada anteriormente, a Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatadas de Intolerância que aconteceu em Durban, na África, no ano de 2001, contou com uma grande participação do Brasil e também impulsionou ações afirmativas em prol da população africana e afro-brasileira em diversos setores.

No dia 13 de maio de 2002, apesar de o PNDH I ainda estar com suas metas em curso, o governo federal lançou o PNDH II. Neste novo Programa, foram acrescentadas as seguintes metas: apoiar o *reconhecimento*, por parte do Estado brasileiro, de que a escravidão e o tráfico transatlântico de escravos constituíram violações graves e sistemáticas dos direitos humanos, que hoje seriam considerados crimes contra a humanidade; apoiar o *reconhecimento*, por parte do Estado brasileiro, da marginalização econômica, social e política a que foram submetidos os afrodescendentes em decorrência da escravidão; estudar a viabilidade da criação de fundos de reparação social destinados a financiar políticas de ação afirmativa e de promoção da igualdade de oportunidades. Nesta mesma data, por meio de decreto presidencial, o governo lança o Programa Nacional de Ações Afirmativas sob a coordenação da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, mas não institui ações mais específicas. (LIMA, 2010, p. 81).

Diversas iniciativas de ações afirmativas tiveram início ainda no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), mas com o governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), tal debate ganha maior força e representatividade. Ações como a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), já mencionada anteriormente, e a presença de integrantes do movimento negro em diversos setores e cargos fizeram com que a questão racial fosse institucionalizada. Ainda durante o governo Lula, no âmbito educacional, a sanção da Lei n. 10.639/03; a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) em 2004⁶², tendo ações específicas em prol do acesso da população afro-brasileira e também indígena; mudanças no Programa de Financiamento Estudantil (FIES) que passou a incluir o quesito cor/ raça no índice de classificação para obtenção de financiamento. Ainda durante o governo Lula, diversas ações no campo das Universidades Públicas estaduais e federais também ocorreram e muitas por ações internas, a maioria dos programas (77%) foram instituídos por decisões internas e 23% por ações governamentais. (CAMPOS, DAFLON, JUNIOR, 2012).

O governo federal também criou incentivos para universidades públicas aderirem a programas de promoção de igualdade de

⁶² O Programa Universidade para Todos (**ProUni**) foi criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Disponível em: [portal.mec.gov.br > busca > searchword=ProUni](http://portal.mec.gov.br/busca/searchword=ProUni). Acesso em: 09/01/2020.

oportunidades. Um bom exemplo é o Programa Nacional de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que inclui mecanismos para o estabelecimento de políticas de ação afirmativa. (CAMPOS, DAFLON, JUNIOR, 2012, p. 405).

Ainda no governo Lula, em 2010, foi aprovada a Lei Federal nº 12.288, de 20/07/2010, conhecida como Estatuto da Igualdade Racial, que oficialmente reconheceu o Brasil como um país multirracial, colocando como responsabilidade do Estado reconhecer as desigualdades raciais e promover ações afirmativas no campo da educação, saúde, lazer, cultura, segurança, moradia, entre outros setores e ações⁶³. Tais conquistas foram e são de extrema importância, mostram a força da luta histórica do movimento negro, mas ainda hoje a questão de inserção efetiva da população negra é um grande problema na sociedade brasileira, que mostra a necessidade de mudanças estruturais, na base social, educacional e econômica, o racismo ainda grita e expõe a população negra a violências morais e físicas cotidianamente. Ainda ficou fora desse âmbito legal prazos e porcentagens para práticas de cotas raciais, por exemplo.

Em destaque durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2016), no final de 2012 o Supremo Tribunal Federal julgou como constitucional as cotas⁶⁴ e em agosto desse mesmo ano, a presidente sancionou a Lei n. 12.711/2012, que instituiu a reserva de 50% das vagas para pessoas que se autodeclaram pretos, pardos e indígenas⁶⁵ em quantidade proporcional ao número de habitantes que se enquadram nesse quesito. (MEC, 2012).

Ainda durante o governo de Dilma Rousseff, no ano de 2013, aconteceu a terceira edição da Conferência de Promoção da Igualdade Racial (as duas primeiras ocorreram em 2005 e 2009, ainda no governo Lula), que celebrou dez anos de criação da Seppir e da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, fazendo inclusive um balanço desses dez anos, além de

⁶³ Estatuto da Igualdade Racial – Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm. Acesso em 20/12/2019.

⁶⁴ A discussão de cotas era uma pauta do movimento negro há bastante tempo, a Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira no Brasil a adotar as cotas raciais no vestibular de 2004, depois dela diversas outras instituições de ensino adotaram políticas de ação afirmativa. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/index.html> e <https://www.politize.com.br/cotas-raciais-no-brasil-o-que-sao/>. Acesso em: 09/01/2020.

⁶⁵ A referida lei sofreu uma alteração de 2016, acrescentando agora pessoas portadoras de deficiência física. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/lei_12711_29_08_2012.pdf. Acesso em: 09/01/2020.

trazer para discussão a construção de um Brasil sem racismo. No dia nove de junho de 2014, a presidenta sanciona a Lei n. 12.990/14 que reserva aos negros 20% de vagas para cargos no funcionalismo público (empresas públicas e empresas administradas pela União) via concursos. Ao longo de seu governo, assim como Lula, Dilma priorizou o diálogo direto com entidades do Movimento Negro e com a sociedade civil, estando em sua agenda políticas de ações afirmativas, com o intuito de promover a inserção da população afro-brasileira nos diferentes setores da sociedade, além da valorização de sua história, cultura, formas de viver e etc.

Após delimitarmos a revista como nosso objeto de pesquisa e trazermos brevemente o contexto político da época, julgamos importante delimitar de que maneira organizaremos os números a serem analisados, para isso, partimos da Lei n. 10.639/03, sancionada em 09 de janeiro de 2003 até dezembro de 2016, ano em que a revista passa a ser somente online, além do fato de deixar de fazer parte do Grupo Abril sendo agora Associação Nova Escola, tendo como principal mantenedor a Fundação Lemman, e pensando no contexto político externo, término do governo de Dilma Rousseff. Levantamos as revistas que foram publicadas entre o início do ano de 2003 e final de 2016, elencamos reportagens, planos de aula, entre outras seções da revista que tratassem de alguma maneira do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, para verificarmos, a princípio, se a temática aparece na revista e posteriormente a analisar o discurso presente.

É importante considerarmos que o professor, mesmo tendo acesso ao material didático disponibilizado pela escola pode organizar sua aula de acordo com seus posicionamentos teóricos, históricos, culturais, o que vai muito além do material, sendo assim de grande importância refletir sobre o processo de formação de professores no Brasil, mas nos atemos somente à análise do material dessa revista de grande circulação no Brasil e nas escolas públicas brasileiras. Assim, nosso foco será analisar o discurso trazido pela revista, evidenciando o conteúdo disponibilizado acerca do ensino de história e cultura afro-brasileira, tendo como princípio uma proposta de ensino que veja o povo africano e afrodescendente como constituidor da sociedade brasileira, sem aparecer como mero coadjuvante e sim como central nesse processo, assim

como os diversos grupos indígenas e os europeus, além de utilizarmos as diretrizes trazidas para a inserção desse conteúdo no currículo escolar.

2.2. Caminhos metodológicos: A Análise Crítica do Discurso.

Esclarecendo a construção do objeto de pesquisa e a forma pela qual realizamos a análise do discurso presente na revista Nova Escola, tendo a preocupação de compreendermos a totalidade do discurso, pensamos em uma metodologia que possa dar um suporte para analisar e compreender o contexto histórico e social de produção e compreensão textual, buscando o que está além do texto impresso.

A princípio, havíamos optado pela da Análise de Discurso (AD) e ao longo da pesquisa julgamos pertinente a proposta de Norman Fairclough, a Análise Crítica do Discurso (ACD), justamente por querermos compreender toda a complexidade que envolve o discurso trazido pela revista aos profissionais da educação a luz da Lei n. 10.639/03.

Essa proposta de análise começou a ser pensada e utilizada por vários pesquisadores espalhados em diversas instituições brasileiras. O autor que utilizaremos, Fairclough, já pensava em uma análise crítica desde a década de 1980 do século XX e ele foi o responsável por cunhar o termo *Análise de Discurso Crítica*⁶⁶.

A grande tarefa da ADC é a construção de um aparelho teórico integrado, a partir do qual seja possível desenvolver uma *descrição*, *explicação* e *interpretação* dos modos como os discursos dominantes influenciam o conhecimento, os saberes, as atitudes e as ideologias socialmente partilhadas. (MELO, 2011 p. 1339) (grifos do autor).

Optamos por esse embasamento pelo fato de analisarmos uma revista e compreendermos que seu discurso não é isento de ideologia, assim, pensamos em uma metodologia que possa dar um suporte para analisar e compreender o contexto histórico e social de produção e compreensão textual, buscando o que está além do texto impresso. Para Fairclough (2001, p. 90), “Ao usar o termo ‘discurso’, proponho considerar o uso da linguagem como forma prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais”.

⁶⁶ Essa proposta é recente no Brasil; o livro de Fairclough foi publicado em 1992, “*Discourse and social change*” e traduzido para o português pela primeira vez em 2001, por Izabel Magalhães com o título “Discurso e mudança social” pela editora da UnB.

A constituição de todas as dimensões da estrutura social é concebida com a contribuição do discurso, moldando, restringindo, formando.

O discurso implica ser tanto um modo de ação sobre o mundo quanto um modo de representação do mundo, além de se constituir de uma relação entre prática social e a estrutura social, sendo esta última uma condição e efeito da primeira. O discurso é composto por uma tridimensionalidade, sendo considerado simultaneamente como um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social. (SILVA, 2016, p. 82).

O grande eixo dessa metodologia é justamente essa tridimensionalidade do discurso, não deixando de ser um texto, mas sendo também uma prática discursiva e ambos não estão dissociados de uma prática social. Antes de adentrarmos na tridimensionalidade e definirmos nossos instrumentos de análise, tratando especificamente do discurso, Fairclough (2001) apresenta três aspectos dos efeitos construtivos do discurso – construção das identidades sociais, construção das relações sociais entre as pessoas e a construção de sistemas de conhecimento e crenças,

Esses três efeitos correspondem respectivamente a três funções da linguagem e a dimensões de sentido que coexistem e interagem em todo o discurso - o que denominarei nas funções da linguagem 'identitária', 'relacional' e 'ideacional'. A função identitária relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso, a função relacional a como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas, a função ideacional aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, identidades e relações. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92).

Ao trazer as funções identitárias, relacionais e ideacionais, o autor trabalha com as possíveis limitações principalmente ligadas as conexões possíveis na função relacional, no âmbito particular e também na relação com o todo. O foco maior da discussão dessa metodologia é refletir sobre mudança discursiva e social, verificando as estruturas sociais interiorizadas no processo dos membros que produzem o discurso e também os aspectos externos a isso, ao que os membros podem recorrer.

É importante compreender que Fairclough (2001) percebe a relação entre o discurso e a estrutura social por uma perspectiva dialética, eventos contraditórios e em luta, como uma relação complexa e variável com as estruturas que podem contribuir para amparar posicionamentos e ideias já

estabelecidas socialmente, como também pode atuar no processo de transformação social. Um importante aspecto ligado a prática discursiva, é que ela pode ter a função de contribuir para reproduzir aspectos já existentes na sociedade, como também é capaz de transformar, esse é um grande ponto que utilizaremos em nossa análise.

O autor constrói a ideia de que o discurso possui semelhança com outras práticas sociais, como práticas econômicas, culturais, políticas e ideológicas, tendo como preocupação da metodologia a prática política e ideológica, pois acredita que o discurso não provém somente de ideias aleatórias, mas de algo que está enraizado nas estruturas sociais:

O discurso como prática política estabelece, mantém, e transforma, as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existe as relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. (FAIRCLHOUG, 2001, p. 94).

O discurso então apresenta semelhanças com a prática social e suas variações e podemos considerar que a prática discursiva estaria inserida nesse âmbito maior, que é a prática social. A análise de um discurso particular como uma prática discursiva focaliza alguns processos específicos que auxiliam na compreensão,

A prática discursiva, [...] envolve processos de produção, distribuição e consumo textual, e a natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais. Por exemplo, os textos são produzidos de formas particulares em contextos sociais específicos: um artigo de jornal é produzido mediante rotinas complexas de natureza coletiva por um grupo cujos membros estão envolvidos variavelmente em seus diferentes estágios de produção – no acesso a fontes, tais como nas reportagens das agências de notícia, na transformação dessas fontes (frequentemente elas próprias já são textos) na primeira versão de uma reportagem, na decisão sobre o local do jornal em que entra a reportagem e na edição da reportagem [...] (FAIRCLOUGH, 2001, p. 107)

Nosso foco de análise é justamente um discurso voltado para um consumo específico, dentro do âmbito educacional, para professores, trazendo assim um contexto próprio, tendo diversos membros participando de sua produção, antes mesmo do processo de escrita e levando a diversos tipos de interpretações e usos, o que não deixa de demonstrar a importância da

intenção, da ideologia que está presente no texto, em sua prática discursiva e social.

Dentro da análise da prática discursiva iremos destacar a intertextualidade, o que basicamente demonstra a relação de um determinado texto com outros já produzidos, podendo ser utilizados como complementos, críticas, trazendo semelhanças ou contradizendo. Em termos de produção, mostrando a historicidade dos textos; em termos de distribuição, as mudanças que podem sofrer dependendo do tipo de texto e em termos de consumo, destacando todos os outros textos que os intérpretes trazem no processo de interpretação. A intertextualidade ainda pode ser dividida entre intertextualidade manifesta, que evidencia o uso de outros textos específicos em um texto e a constitutiva ou interdiscursividade, na qual o texto demonstra a presença de vários outros elementos trazidos de outros textos e discursos. (FAIRCLHOUGH, 2001).

A análise da prática discursiva não possui como intuito olhar somente para o texto, reconhecendo os aspectos relacionais internos para sua produção, mas busca a intertextualidade, o que pode estar além do escrito e falado, o uso de determinados recursos, termos, enunciados, a presença de diversos valores dos sujeitos em todo processo de constituição e produção, “[...] é a natureza da prática social que determina os macroprocessos da prática discursiva e são os microprocessos que moldam o texto.” (FAIRCLHOUGH, 2001, p. 115).

Quando tratado de prática discursiva e seus processos, há um destaque para a produção textual, evidenciando que o texto⁶⁷ possui uma influencia além da prática discursiva, podendo causar modificações de atitudes, crenças, práticas, sendo assim mais um fator importante para utilizarmos essa metodologia em nossa análise.

Ao tratar da análise textual, importante no processo total da análise do discurso, Fairclough (2001, p. 103) apresenta que essa análise “[...] pode ser organizada nos seguintes itens: ‘vocabulário’, ‘gramática’, ‘coesão’ e ‘estrutura textual’”. Todos esses itens são essenciais para o processo de análise, levando em conta que um texto pode proporcionar diversas interpretações e em

⁶⁷ Fairclough (2001) compreende por texto como sendo uma linguagem falada e escrita.

complemento a esses itens, ele propõe ainda outros três fundamentais que fazem parte da análise textual e até poderíamos acreditar que seria um componente da prática discursiva,

[...] a ‘força’ dos enunciados, isto é, os tipos de atos de fala (promessas, pedidos, ameaças e etc) por eles constituídos; a ‘coerência’ dos textos e a ‘intertextualidade’ dos textos. Reunidos, esses sete itens constituem um quadro para a análise textual que abrange aspectos de sua produção e interpretação como também as propriedades formais do texto. (FAIRCHLOUGH, 2001, p. 104).

Como analisamos uma Revista pedagógica, que também é comercial, voltada para professores, a Nova Escola possui algumas especificidades: a presença da parceria com órgãos públicos; a produção realizada dentro de uma grande editora privada, tendo seu corpo diretivo e editorial específico formado por jornalistas, contando, em alguns números, com a presença de sujeitos externos, que não são jornalistas e são da área educacional. Esses convidados externos, formados por professores, pesquisadores, que participam como entrevistados ou responsáveis por elaborar ou complementar as matérias, artigos, acabam trazendo de maneira resumida e limitada, o que realizam em suas funções como autores de trabalhos, livros ou com atuações em sala de aula, demonstrando assim que na Revista há produção de um tipo específico de texto, diferente do que produzem em outros espaços, “Ao construir seus enunciados, suas frases, orações ou até mesmo ao utilizar determinado termo ao invés de outro, as pessoas estão fazendo escolhas que refletem suas identidades, relações, conhecimentos [...]” (SILVA, 2016, p. 87).

A tridimensionalidade proposta pela ACD possibilita uma análise que engloba a descrição (análise textual) e a interpretação (análise discursiva e social). Em nossa pesquisa utilizaremos alguns pontos específicos propostos pela ACD, para a análise textual. Focaremos nos itens: vocabulário (análise de termos, metáforas, mudanças, alterações na escrita) e estrutura textual (é a organização geral do texto, a estrutura específica de determinado texto); já para a análise discursiva a intertextualidade constitutiva (o tipo de discurso produzido e influências presentes, como do lugar que se produz, inspirações de outras ordens) e manifesta (influência específica de textos externos no discurso), cadeias intertextuais (processo de distribuição do texto e transformações que ele pode sofrer) e coerência (processo de consumo do

texto, como os sujeitos utilizarão o discurso) e para a análise da prática social elencamos a matriz social do discurso (estruturas sociais e relações hegemônicas que estão presentes na prática discursiva que podem contribuir para um processo de reprodução ou transformação) e as ordens de discurso (totalidade de práticas discursivas dentro das relações estabelecidas).

Pensando na prática social e na sua complexidade, o autor considera dois conceitos como centrais: a ideologia e a hegemonia.

Entendo que as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. (FAIRCLHOUGH, 2001, p. 117).

Assim, as ideologias estão localizadas tanto nas estruturas, no processo de produção, distribuição e consumo, podendo manter ou reestruturar relações de poder, mas a diferença que a metodologia apresenta é que o sujeito pode estar permeado por suas ideologias, mas também pode agir no sentido de realizar suas próprias práticas, trazendo mais uma vez a questão da dialética, mostrando “[...] o equilíbrio entre o sujeito ‘efeito’ ideológico e o sujeito agente ativo é uma variável que depende das condições sociais, tal como a estabilidade relativa das relações de dominação”. (FAIRCLHOUGH, 2001, p. 121).

Tratando do conceito de hegemonia, Fairclough (2001, p. 122) considera

Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas, como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingindo senão parcial e temporariamente, como um equilíbrio instável.[...] é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. [...] é um foco constante de luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. A luta hegemônica localiza-se em uma frente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, família), com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios.

Assim, para a ACD, a prática discursiva, o processo de produção, distribuição, consumo e até a interpretação dos textos fariam parte do processo de luta hegemônica, que contribui para transformação na ordem de discurso existente, mas também nas relações sociais existentes, sendo uma possível forma de analisar a prática social a qual o discurso pertence (se contradizem, reproduzem ou reestruturam hegemonias existentes) ou também de analisar a própria prática discursiva, identificando a mesma luta hegemonia, se contradiz, reproduz ou reestrutura hegemonias existentes.

Essa metodologia nos auxiliou no processo de compreensão da construção do discurso materializado na Revista Nova Escola acerca da temática da história e cultura afro-brasileira. Mais uma vez destacamos a importância de compreendermos que a Revista Nova Escola é produzida para chegar até às escolas, consequentemente nos professores, tendo como grande foco o pedagógico. Ao chegar, possivelmente haverá leitura, interpretação e influência do que está proposto ali, e também de tudo que cerca o leitor, evidenciando mais uma vez a importância de compreender esse discurso como uma construção social, pois acarretará novas relações provenientes da leitura e uso do que foi trazido pela revista. Essa proposta de análise coloca que

Os analistas críticos do discurso estão centrados na análise da reprodução do sexismo e do racismo, da legitimação do poder, da manipulação do consentimento e do papel da política e da mídia na produção discursiva da relação de dominação entre grupos. Essas preocupações e um conjunto de outros objetivos explicitamente políticos servem para distinguir a ACD dos outros tipos de análise de discurso. (MELO, 2011, p. 1338).

A Revista Nova Escola sempre se colocou como sendo pedagógica, mas nunca deixou de ser uma publicação comercial, em alguns momentos com mais tiragem, em outros com menos. Ela apresenta especificidades na forma de tratar uma temática, entre as diversas seções presentes em suas edições, como Sala de Aula, Matéria de Capa, Artigos, Reportagens, sabendo que em cada uma delas, há uma intenção em contemplar um tema ou não, evidenciando que a estrutura textual diz respeito à própria organização global do texto.

Nossa pretensão ao utilizar a ACD, por mais que tenhamos elencado os itens de análise, é buscar a compreensão das relações sociais presentes no processo de produção do texto, de toda a prática discursiva presente no

discurso da revista, e também da prática social, uma concepção dinâmica e que sempre está em movimento. Fairclough (2001, p. 100) propõe uma organização que leva em conta a concepção tridimensional do discurso, para ele, “três tradições analíticas, cada uma das quais é indispensável na análise de discurso”. Tendo a preocupação de ser uma metodologia, que ao mesmo tempo é, descritiva, interpretativa e explicativa, que reflete acerca da dialética presente em todo esse processo, busca compreender se ela reproduz, mantém ou transforma a exclusão, o racismo estrutural presente na sociedade brasileira.

CAPÍTULO III. ANÁLISE DO DISCURSO DA REVISTA NOVA ESCOLA: CONCEPÇÕES PRESENTES DO ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA.

Esse capítulo apresentará alguns aspectos da história da Revista Nova Escola, do seu contexto de criação e de existência dentro do Grupo Abril, especificamente da Fundação Victor Civita e atualmente fazendo parte da Associação Nova Escola⁶⁸, sendo mantida, principalmente, pela Fundação Lemman⁶⁹. Após apresentação da história do objeto⁷⁰, realizamos a Análise Crítica do Discurso das edições que contemplam a temática da História e Cultura Afro-brasileira e da proposta feita às escolas e aos professores.

3.1 A Revista Nova Escola.

A Revista Nova Escola, foi uma iniciativa da Fundação Victor Civita. Seu primeiro exemplar foi lançado em 1986 pela Editora Abril⁷¹. Seu foco foi totalmente voltado para professores. Em abril de 2009 a Revista Nova Escola se divide em duas revistas, dando origem a Revista Gestão Escolar voltada especificamente aos gestores escolares.

Desde sua origem, a Fundação Victor Civita, por meio de seu braço editorial, a Editora Abril (atual Somos Educação), já demonstrou grande interesse em interferir no conteúdo da educação pública. Com este fito, em março de 1986 este grupo lançou a Revista Nova Escola, com várias intencionalidades das quais destacamos, integrar os professores às mudanças

⁶⁸ Definição encontrada no site da associação: “A Associação Nova Escola é uma start-up de educação mantida pela Fundação Lemann e a marca mais reconhecida por professores de Educação Básica no Brasil. Nossa missão é fortalecer o educador para transformar o Brasil. Para isso, desenvolvemos produtos e serviços de excelência que valorizam os professores, facilitam seu dia-a-dia e apoiam sua carreira. A associação publica as revistas e sites NOVA ESCOLA e GESTÃO ESCOLAR.” (NOVA ESCOLA, 2019). Disponível em: <https://novaescola.org.br/quem-somos>. Acesso em: 20/07/19

⁶⁹ É uma organização familiar sem fins lucrativos fundada em 2002 por Jorge Paulo Lemann, propondo-se a trabalhar para que todas as crianças brasileiras tenham uma Educação de qualidade e para criar uma rede de pessoas talentosas que se dediquem a resolver os principais problemas sociais brasileiros. (NOVA ESCOLA, 2019)

⁷⁰ No mês de outubro de 2019 a Nova Escola anunciou que deixaria de publicar revistas impressas e ficaria somente na plataforma digital, continuando com as revistas mensais e outros materiais, destacando em seu site que a empresa não possui fins lucrativos. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/18443/edicao-326>. Acesso em 12/01/2020.

⁷¹ Editora que foi criada em 1950 com o lançamento da versão em português da revista em quadrinhos “O Pato Donald”, por Victor Civita, tendo como preocupação sempre atender a demanda de informação da sociedade brasileira. Publicou obras de referência em fascículos, revistas em quadrinhos e muitas outras revistas semanais e mensais sobre os mais diferentes assuntos do cotidiano da sociedade brasileira.

que estavam acontecendo no país. Dessa forma, a FVC foi, historicamente, ampliando seu potencial formativo para professores e gestores que atuam nas escolas públicas. (RUIZ; PERONI; 2017, p. 150) .

A Revista Nova Escola dominou o setor de revistas pedagógicas comerciais nos anos de 1990 e 2000, sempre em parceria com o Governo Federal e também com governos municipais e estaduais, estando presente nas escolas públicas brasileiras. É importante considerar a grande rede de relacionamento político que envolve vários sujeitos presentes na Fundação Victor Civita, os quais também fazem parte do “Movimento Todos pela Educação”, demonstrando a participação do campo empresarial em pensar a educação pública brasileira e como toda essa rede chega ao processo de construção da revista, na ideologia propagada e no discurso presente (RUIZ; PERONI; 2017). Até o ano de 2014 ela foi comercializada através de parcerias com o Governo Federal, especificamente com o MEC, fazendo com que sua distribuição fosse gratuita em escolas públicas brasileiras. Sendo assim, ela pôde ser considerada um importante veículo de informação que chegava aos professores de escolas públicas⁷², justificando a análise de seus exemplares para verificar o suporte que ela pode oferecer para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas.

A revista já nasceu grande. Um acordo com o Governo Federal possibilitou que a publicação fosse desenvolvida e distribuída mensalmente, de forma gratuita, para as cerca de 220 mil escolas públicas do país. Foi assim até 2010, quando o Ministério da Educação (MEC) começou a realizar licitações públicas, que mantiveram a entrega de NOVA ESCOLA por quatro anos consecutivos. Já em 2015, a venda em bancas e em pontos comerciais foi encerrada e a entrega das edições passou a ser exclusiva para os assinantes. (NOVA ESCOLA, 2017, p. 1)⁷³.

⁷² A revista chegou a atingir uma tiragem de 801.800 mil exemplares no ano de 2008, atualmente, como não faz mais parte do Grupo Abril, não conseguimos a disponibilização de dados mais atuais, além do fato de que seu foco, desde 2015 é a partir de seu site, com o incentivo a assinatura digital, mas ainda existe a possibilidade da revista impressa, desde que seja via assinatura mensal. (NOVA ESCOLA, 2019). Disponível em: http://promo.novaescola.org.br/revista-impressa/?utm_source=sac&utm_medium=email&utm_campaign=Revista_Digital&seguidores=ne&utm_content=FAQ. Acesso em: 01/08/2019.

⁷³ Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/4944/por-que-nova-escola-existe>. Acesso em 20/07/19.

A Revista Nova Escola possui características diferentes dos periódicos educacionais acadêmicos, pelo fato de que a maioria das reportagens e planos de aulas são escritos por jornalistas, possuem linguagem mais cotidiana, além de trazer propostas didáticas prontas, os chamados planos de aula e por não ser uma revista científica. Há uma preocupação em trazer questões, podemos até dizer que simplificadas, no intuito de auxiliar diretamente o professor, deixando sempre em evidência que os problemas educacionais são passíveis de resolução pelo professor em sala de aula, mostrando uma visão mais operacional dos problemas pedagógicos. (BUENO, 2007). Já as revistas acadêmicas buscam discussões com embasamento teórico, incitando a reflexão, trazendo artigos de pesquisadores da área, levando em conta questões amplas que influenciam na temática discutida, evidenciando sempre os tempos históricos, os sujeitos, os espaços que estão sendo discutidos.

. A Revista Nova Escola coloca desde seu início, em 1986, que seu objetivo é “ajudar na tarefa do educar”. Na edição de lançamento da revista, Victor Civita apresentou os objetivos de inspiração para a revista:

Fornecer à professora informações necessárias a um melhor desempenho de seu trabalho; valorizá-la; resgatar seu prestígio e liderança junto à comunidade; integrá-la ao processo de mudança que ora se verifica no país; e propiciar uma troca de experiências e conhecimentos entre todas as professoras brasileiras de 1º grau.⁷⁴ (NOVA ESCOLA, 1986, *apud* Fundação Victor Civita, 2018, p. 1).

Ao analisarmos a Revista Nova Escola, compreendemos que faz parte de um campo maior que é a mídia impressa, hoje também atua como mídia online, especificamente no segmento de revistas, e por isso busca atender um determinado público, necessitando para esse fim realizar publicações de interesse do seu público de alcance.

Assim, a Revista Nova Escola seguia um mercado editorial específico, priorizando uma área de interesse, que é o das revistas pedagógicas ou educacionais. Ela foi e é pensada, de acordo com a própria revista, para atender os professores, para chegar às escolas brasileiras, oferecendo uma linguagem mais simples, que facilite o entendimento, tendo inclusive o intuito

⁷⁴ Destacamos esse objetivo inicial da revista, mas é importante destacar que muitos termos utilizados na época eram legítimos para a estrutura educacional do período, anos de 1986.

de ser utilizada para resolver problemáticas presentes no cotidiano educacional.

A imprensa periódica educacional descreve os pensamentos, teorias e ideias do presente que legitimam a memória a ser revista no futuro; serve como instrumento para mapear, analisar e refletir sobre a cultura escolar, bem como permite compreender práticas e formas de condutas de grupos e setores da educação. Por fim, é ainda útil como instrumento norteador do professor nas suas tarefas diárias. (CASTRO; PECEGUEIRO, 2012, p. 7).

Ela se apresenta com a função de guiar a ação do professor, oferecendo dicas de temáticas a serem trabalhadas, planos de aula, maneiras de se portar, conversar ou não sobre determinado assunto com os alunos, com os pais, com a equipe gestora.

Martins (2001), ao realizar um estudo detalhado sobre a atividade da imprensa brasileira em São Paulo, na virada do século XIX para o XX, constatou que, no que se refere à trajetória dos periódicos pedagógicos, destacam-se três momentos: no primeiro, temos publicações de iniciativa particular, feitas por “idealistas da área”; no segundo, destacam-se aquelas produzidas pelas associações do setor educacional, subsidiadas pelo Estado; e no terceiro, predominam os periódicos de cunho empresarial. (MARTINS, 2001, *apud* SILVEIRA, 2006, p. 7).

Em sua tese de Doutorado, Ramos (2009) analisa o ensino de História entre os anos de 1986 e 2002 e apresenta dados pertinentes acerca da revista trazidos também por outros autores, esse trecho trata um pouco mais da relação entre o Grupo Abril e o governo brasileiro para o processo de publicação da revista,

Durante os primeiros cinco anos de sua circulação, o Ministério da Educação arcava com 70% do custo de *Nova Escola*. A partir de 1991, durante o governo de Fernando Collor de Mello, o convênio entre o MEC e a Fundação Victor Civita não foi renovado, o que resultou na redução drástica da tiragem, de 370 mil para 04 mil, demonstrando a importância do subsídio estatal para que a revista pudesse permanecer “viva”. A retomada do convênio aconteceu apenas no final do ano de 1992, com o envio de um exemplar para cada escola urbana (COSTA, 2000, p.74), circunstância em que a revista consegue recuperar e superar sua antiga tiragem, estendendo sua distribuição até ocupar o segundo lugar no *ranking* nacional. Na época em que o governo de Fernando Henrique Cardoso procurava implantar os Parâmetros Curriculares Nacionais,

utilizando para isso o apoio midiático, a tiragem de *Nova Escola* sobe expressivamente. (RAMOS, 2009, p. 51).

Esse período de retomada do convênio com o Governo Federal acontece no contexto de possível melhoria econômica vivenciada no país, no início dos anos 90, que é acompanhada também pelo início de um projeto de Educação neoliberal pensado e implementado na época. A Nova Escola fazia parte desse contexto, pois por muitos anos, grande parte do tempo de sua existência, foi via convênio com Governo Federal e também casos de convênio com Governos estaduais para que seus exemplares chegassem às escolas públicas, tendo na verdade um grande foco na escola pública, o que justamente faz parte de todo o contexto político do início de sua publicação, de cunho neoliberal que via com bons olhos a parceria público-privada em prol da melhoria da educação brasileira. Seus anos de tiragens expressivas vão acabar no contexto de finalização dessa parceria, no final de 2014, sendo também um período de crise do Grupo Abril, provocando assim a venda da Nova Escola em 2015.

3.2 Análise do discurso da Revista Nova Escola.

Nosso foco de análise é especificamente a Revista Nova Escola mensal, entre os anos de 2003 a 2016. Refletindo sobre a metodologia adotada, especificamente sobre as ordens de discurso e o processo da prática social, que apresenta a influência de relações, além da forte presença de parceria público/privada para a produção e consumo da revista durante anos, julgamos pertinente organizar os números por blocos de anos ligados aos mandatos do cargo executivo a nível federal (lembrando também do marco inicial que foi a sanção da lei em janeiro de 2003 e a criação da SEPPIR), tendo o primeiro mandato de Luis Inácio Lula da Silva entre os anos de 2003 e 2006, seu segundo mandato entre os anos de 2007 e 2010, primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff entre os anos de 2011 e 2014 e seu segundo mandato interrompido pelo processo de impeachment entre os anos de 2015 e 2016 (até 31/08/2016) e os primeiros meses do governo de Michel Temer.

Iniciando a análise ano a ano, somente das revistas que contemplaram a temática da História e Cultura africana e afro-brasileira, no ano de 2003, foram

publicados 10 exemplares, com edições organizadas em quatro grandes partes, tendo poucas alterações ao longo dos meses: Capa (reportagem de destaque na edição); Sala de aula (reportagens de diversas temáticas no intuito de auxiliar o professor em sala de aula); Você, professor (reportagens com dicas para pensar a profissão professor, sua atuação em sala de aula e nas outras áreas da escola); Seu aluno (reportagens que pensam problemáticas ligadas aos alunos); Em dia (consta fixo os itens Fala, Mestre! e Grandes Pensadores e outras reportagens atuais); Seções (Caro professor, Sala dos professores, Fórum, Com a palavra, Ensinar bem é..., Livros & Cia e Aquele abraço).

Na edição de maio de 2003, no Fórum, foi proposto o seguinte questionamento: Deve ser obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira? e logo abaixo uma pequena explanação acerca da legislação federal que entrou em vigor no início de 2003, questionando se a utilização de uma lei seria a melhor opção para levar tal questão para sala de aula. Esse questionamento é utilizado já com uma intenção de reposta, pois apresenta três sujeitos para responder com duas possibilidades de respostas, deixando claro que um dos posicionamentos terá um número maior de defensores.

Para o debate convidaram três pessoas que compõem diferentes esferas do campo educacional, Antonio Chizzoti (coordenador do curso de pós-graduação em Educação/Currículo da PUC-SP); Maria José Feres (secretária de Educação Fundamental do Ministério da Educação) e Jecinaldo Cabral (membro da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira). Antonio Chizzoti colocou que não deveria ser obrigatório, pois um conteúdo tão importante não deveria ser imposto, além de já aparecer nas diretrizes curriculares e por achar que a escola acabaria ficando com o currículo inchado; Jecinaldo Cabral também acredita que não deveria ser obrigatório, pelo fato do Brasil possuir várias minorias étnicas e, nesse caso, se contemplaria somente essa e vê como problema a falta de formação de professores e de materiais de apoio que repensem as minorias. Maria José Feres defendeu que a obrigatoriedade deveria acontecer, pois ela viria para somar o que as diretrizes já apresentam, além do fato de demonstrar que se o tema fosse tão óbvio, não teríamos a presença do racismo no Brasil. (NOVA ESCOLA, 2003).

Ao analisarmos essa publicação observamos alguns termos que merecem destaque e demonstram o que a revista pretende, primeiramente ela usa “indígena”, “currículo”, “obrigatoriedade” no intuito de problematizar e até mesmo questionar a legislação que tornaria obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira. Há uma organização textual presente para evidenciar que dois importantes sujeitos não concordam com a obrigatoriedade, inclusive a ordem que as falas foram organizadas, primeiro as duas contrárias e posteriormente a fala que concorda. Conseguimos perceber a intertextualidade constitutiva e toda a prática social presente na fala dos sujeitos, eles trazem, ao discutir a obrigatoriedade suas crenças, valores, posicionamentos. Antonio (pesquisador da área de currículo escolar) defende que o currículo já possui muitos conteúdos; Jecinaldo (representante de uma organização indígena) argumenta que essa obrigatoriedade não contemplaria outras minorias, já Maria José (secretaria de Educação) se coloca em uma posição que concorda com a obrigatoriedade relacionando-a a outras políticas educacionais, já que ela é uma representante do Estado.

Figura 1 – Fórum de discussão “Deve ser obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira?”.



Fonte: Nova Escola. A Revista do Professor. Maio de 2003.

Ao trazer a questão da legislação em um Fórum, realizando um questionamento acerca da obrigatoriedade da temática, apresentando inclusive dois posicionamentos contrários, a revista tenta mostrar que seu posicionamento é isento de valores, mas ao trazer sujeitos com formações e funções bem diversas, pode representar um ideal de concordância com o posicionamento em prol da não obrigatoriedade, mas tentando evidenciar que esse é o discurso dos sujeitos convidados ao fórum e não exclusivamente da Revista, deixando clara a intertextualidade constitutiva e também a manifesta, pois apresenta um discurso próprio com a indagação, utiliza de discursos externos como dos convidados.

Nenhuma outra edição trabalhou especificamente a temática da História e Cultura Afro-Brasileira e isso foi algo a observar, pois a lei foi sancionada no início de 2003, a criação da SEPPIR no mesmo ano. O fato de a revista não ter discutido tal questão pode estar relacionada justamente ao que a literatura apresenta, uma hegemonia acerca da questão, que ela só é lembrada em dias e eventos específicos, que não está na realidade do currículo e nem do cotidiano escolar.

Em 2004, a revista possuía a seguinte organização: Sala de aula (Leitura, Tecnologia, Geografia, Festa na Escola, Língua estrangeira, faça você mesmo, ciências e escrevendo com... pontos importantes a serem discutidos em sala de aula); Você, professor (Fala, mestre!, aposentadoria., grandes pensadores e prêmio Victor Civita 2004 e as Seções (Caro professor, cartas, on-line, agenda, cursos, mural, fórum, com a palavra, Língua Portuguesa, livro e cia, aquele abraço).

A edição de novembro de 2004 apresenta como matéria de capa a seguinte manchete “A Questão racial na escola” – como abordar o assunto em sala de aula; os erros mais comuns e como evitá-los e um teste para descobrir se a sua escola combate o preconceito, apresentando juntamente com a manchete, uma foto de criança negra brincando com bolha de sabão. Desde a sanção da Lei n. 10.639/03, foi a primeira vez que a temática aparece como matéria de capa.

Figura 2 – Capa da Edição de novembro de 2004.



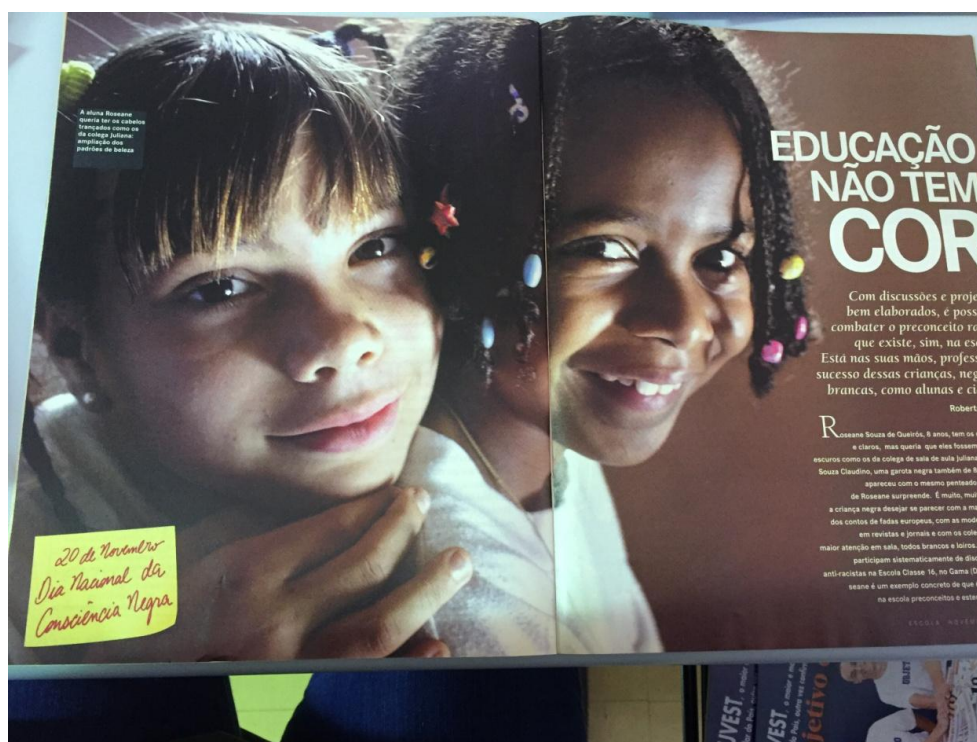
Fonte: Nova Escola. A Revista do Professor. Novembro de 2004.

Logo no sumário da Revista, temos outra foto de uma criança negra e logo abaixo a seguinte indicação: página 46 – Novembro: mês da consciência negra – Educação não tem cor, Para combater preconceitos e promover a igualdade, que tal ampliar e enriquecer a discussão sobre a cultura afro, criando projetos que valorizem esse tema?. Tal questionamento nos demonstra o posicionamento da revista de que há uma necessidade de enriquecimento de conhecimento acerca da cultura afro para que ela possa estar presente na escola.

Na página 46 é apresentada a imagem de duas meninas, Roseane e Juliana e, ao lado da foto, a revista publica que Roseane gostaria de ter as mesmas tranças que sua amiga Juliana, mostrando possíveis mudanças nos padrões de beleza. Do lado direito da imagem, a reportagem recebe o seguinte título “Educação não tem cor”, o início da matéria procura chamar atenção para o fato de que o professor é central no processo de combate ao preconceito racial que existe na escola e sugere a relação existente entre Roseane e Juliana como um exemplo de que discussões e projetos antirracistas podem

combater preconceitos e estereótipos enraizados, como na Escola Classe 16, no Gama (DF).

Figura 3 – Foto de abertura da matéria “Educação não tem cor”.



Fonte: Nova Escola. A Revista do Professor. Novembro de 2004.

Ao longo da matéria, escrita por Roberta Bencini⁷⁵, a autora, representando a revista, apresenta alguns dados que expressam a grande desigualdade existente com a população negra, entre conteúdos escolares que deixam em segundo plano a História da África e Afro-brasileira; tempo de permanência na escola, comparando a média de escolaridade entre negros e brancos, concluindo que

a escolaridade média de um negro com 25 anos gira em torno de 6,1 anos. Um branco da mesma idade tem cerca de 8,4 anos de estudo. Dessa maneira, é possível concluir que crianças negras, como Juliana, enfrentam muitos obstáculos para permanecer na escola. E, sem dúvida, está nas mãos dos professores o futuro delas como alunas e cidadãs, defensoras de seus direitos. (NOVA ESCOLA, 2004, p. 48).

Podemos perceber que em vários momentos o discurso enfatiza especificamente a figura do professor como sendo aquele responsável pela superação do racismo e preconceito, assim, é apresentada a obrigatoriedade

⁷⁵ Roberta Bencini, jornalista, escrevia como funcionária da revista, tendo outras matérias de sua autoria, estando na Editora Abril entre os anos de 1998 e 2008. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/roberta-bencini-bencini-b013a676>. Acesso em: 10/08/2019.

trazida pela Lei n. 10.639/03 e também sugestões de projetos pedagógicos que podem inspirar outros professores. Como primeiro exemplo, é contada a história da professora das meninas Roseane e Juliana, Marizeth Ribeiro da Costa de Miranda, de 39 anos e seu processo de superação por vivenciar situações de racismo em sua rotina escolar, “[...] um passeio de coleira pelos corredores da escola (um colega quis reproduzir uma imagem de escravos mostrada no livro de História) [...]”.(NOVA ESCOLA, 2004, p. 48).

Além de outras situações terríveis de racismo e preconceito vivenciadas ao longo de sua trajetória e que justamente optou por sua profissão para trabalhar com seus alunos a superação do racismo, o que a revista mostra como exemplo de que sua atuação está funcionando, é o diálogo entre as suas alunas (o mesmo que aparece no início da matéria).

Ao trazer a história de Marizeth, a matéria evidencia que é importante o relato de vida dos professores negros e apresenta dados de uma pesquisa realizada por uma pesquisadora da Universidade Federal de Minas Gerais, Patricia Santana, mostrando que as histórias dos professores negros possuem muitos aspectos comuns, xingamentos, apelidos e diversos tipos de discriminações, tendo como particularidades a forma como reagiram a tudo isso e como foram percebendo a condição imposta ao povo negro no Brasil.

A história da professora Creuza também é mostrada na reportagem, ela também vivenciou inúmeras situações de preconceito, até depois de se tornar professora e sempre buscou realizar uma dinâmica no início do ano com seus alunos, colocando bonecas brancas e negras no centro da sala e depois observava quais bonecas as crianças procuram brincar e quase sempre pode constatar que as bonecas negras são as que mais sobram.

As histórias das duas professoras são apresentadas como um processo de superação e também como exemplo de professoras que trabalham a questão racial na escola e na sala de aula e que atitudes como a delas podem fazer com que o racismo presente na sociedade e na escola possa ser superado.

Nessa edição podemos perceber itens da análise textual, discursiva e social, para pensarmos o discurso presente (que é justamente composto por todos esses itens), termos trazidos na capa e ao longo da matéria demonstram a preocupação da revista em trazer a temática para discussão, “racial”,

“preconceito”, “negro”, “racismo”, organizando o texto de uma forma que dê um destaque à temática e o aproxime do seu público, os professores, mas também organiza tudo de uma maneira que centre no professor a responsabilização por essa mudança, trazendo histórias de professoras (lembrando que o foco da revista são os professores) que superaram a questão racial em sua vida. Ainda assim, pensando na matriz social do discurso, ele acaba reproduzindo hegemonias, como a de contemplar tal questão no mês de novembro (mês da consciência negra).

Ainda nessa publicação de novembro, a revista apresenta um histórico das lutas e conquistas recentes da população negra, entre os anos de 1948, até os anos 2000, fechando com a Lei n. 10.630/03. Ao fazer essa linha do tempo, o discurso busca demonstrar a intertextualidade manifesta, trazendo claramente outros textos na fala do sujeito autor do artigo. Ao tratar da lei, destaca sua importância no contexto de combate ao racismo (dimensão da prática social), vendo-a como um passo importante no currículo escolar, tirando a superioridade da cultura europeia, além de explicar tudo que a legislação propõe e ações em prol da divulgação de materiais, livros didáticos, livros literários, organização de processos de formação para que os professores possam colocar em prática o que está previsto na legislação e salienta ações específicas da secretaria de Educação de SP.

Nesse artigo aparece também a fala de Cidinha da Silva (Geledés)⁷⁶, tratando da ausência da temática nos livros didáticos dos anos 1970, por exemplo, e uma tabelinha, bastante simples, mostrando ações certas e erradas acerca da cultura negra em sala de aula. Além disso, é discutida a questão da identidade da criança negra, trazendo isso como ponto primordial, argumentando que desde a infância o trabalho de uma educação antirracista deve se fazer presente. (NOVA ESCOLA, 2004). Ao trazer uma mulher negra para falar da ausência da temática em livros didáticos, a Revista pretende embasar que sua posição é de extrema importância e relevância social, não que ela se perceba como um currículo, ela sabe que não é, mas ao trazer

⁷⁶ Geledés foi o nome escolhido para o Instituto da Mulher Negra, fundado em 30 de abril de 1988, e hoje a maior e mais importante entidade dedicada às mulheres negras no país. Conteúdo disponível no seguinte site: <https://www.geledes.org.br/>. Acesso em: 15/11/2019.

sujeitos de destaque na temática, ela reforça sua importância como suporte ao professor.

Para encerrar a matéria de capa, é proposto um teste para saber se sua escola combate a discriminação e de acordo com a pontuação alcançada, ela pode ser classificada e a situação vivenciada é comentada de maneira superficial. Ao final disponibilizam sites com a finalidade de que possam saber mais sobre o tema, sugerem um livro como sendo a bibliografia e também na parte on-line, sugerem 40 títulos de livros de literatura infantil e juvenil ofertados pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo para embasar a discussão racial na sala de aula. Segue abaixo imagens com as questões propostas no texto, o resultado que pode ser alcançado e o comentário de cada um.

A revista propõe 13 questionamentos, que englobam temáticas como a história e cultura negra, ações da escola e do professor e currículo escolar, utilizando termos como “diversidade racial”, “cultura negra”, “questão racial”, “racismo”, “discriminação”, termos que buscam demonstrar a preocupação da revista com a matéria, no que tange ao combate à discriminação.

Figura 4 – Proposta de resultado para o teste.

CONFIRA O RESULTADO

1.	a. 1	b. 2	c. 0
2.	a. 2	b. 0	c. 1
3.	a. 0	b. 2	c. 1
4.	a. 0	b. 2	c. 1
5.	a. 0	b. 2	c. 1
6.	a. 1	b. 2	c. 1
7.	a. 0	b. 2	c. 0
8.	a. 1	b. 0	c. 2
9.	a. 2	b. 0	c. 1
10.	a. 2	b. 0	c. 0
11.	a. 1	b. 2	c. 0
12.	a. 2	b. 1	c. 0
13.	a. 0	b. 1	c. 2

ATÉ 6 PONTOS
Sua escola está na fase da invisibilidade
O tema ainda é tabu. Os alunos estão perdendo a oportunidade de formação de valores essenciais para uma convivência harmônica em sociedade. Que pena!

DE 7 A 18 PONTOS
Sua escola está na fase da negação
O assunto racial está começando a ser discutido. É preciso que a maioria dos professores admita a existência do racismo na sociedade e no ambiente escolar. É que a verdadeira história de resistência do povo negro sirva de exemplo de luta pela cidadania a todos os alunos.

DE 19 A 25 PONTOS
Sua escola está na fase de reconhecimento
Muito bem! Vocês estão no caminho certo! Reconhecem a necessidade urgente de transformar a escola em um espaço de combate ao racismo e a discriminação.

26 PONTOS
Sua escola está na fase do avanço
Parabéns! Vocês não temem o trabalho sobre as diferenças raciais e apresentam uma postura ética e humanista. A equipe está no caminho do aperfeiçoamento da prática pedagógica. E assim busca não fomentar o preconceito e a discriminação.

Adaptado do Almanaque Pedagógico Afrobrasileiro, Rosa Margarida de Carvalho Rocha, Ed. Mazza

tereótipos da África. Os alunos pesquisaram curiosidades do continente africano até chegar à arte, como a cultura de Benim, na Nigéria, produtora de máscaras religiosas. Papelão, tinta e cola renderam modelos coloridos e divertidos para afastar os maus espíritos. Para a compreensão da realidade atual do negro no Brasil, a turma conheceu como era o cotidiano

Atividade de leitura de imagens: a professora Simone analisa com alunos o passado e presente dos negros



das crianças na época da escravidão, analisando imagens. As obras de Jean-Baptiste Debret (1768-1848), que foram comparadas às fotografias publicadas em jornais atuais, dão um panorama crítico da situação do passado e do presente. "Ainda há muito sofrimento e violência contra a criança negra, mas o contraponto do projeto estava na alegria e na majestade da cultura africana", explica a professora. Tudo como deve ser. Sem constrangimentos nem mitos equivocados.

Quer saber mais?
Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert), R. Duarte de Azevedo, 737, 02036-022, São Paulo, SP, tel. (11) 6978-8333, internet: www.ceert.org.br
Escola Classe 16, 04 área especial, setor Sul, 72415-060, Gama, DF, tel. (61) 556-2553
Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. João Alves dos Santos, Estr. dos Amarais, 635, 13067-170, Campinas, SP, tel. (19) 3281-2694
Fundação Bradesco, R. Haddock Lobo, 253, 20260-131, Rio de Janeiro, RJ, tel. (21) 2503-1664

Bibliografia
Almanaque Pedagógico Afrobrasileiro, Rosa Margarida de Carvalho Rocha, 167 págs., Ed. Mazza, tel. (31) 3481-0591, 29 reais

Exclusivo on-line
 Confira os 40 títulos de literatura infantil e juvenil que a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo selecionou para embasar o trabalho sobre diferenças e preconceito racial em sala de aula

ESCOLA NOVEMBRO 2004 53

Fonte: Nova Escola. A Revista do Professor. Novembro de 2004.

No processo de finalização da matéria, ao propor o teste mencionado acima, podemos refletir sobre a coerência, o processo de consumo do texto (dentro da análise discursiva), ela é voltada para um consumo dentro do ambiente escolar, especificamente pelo professor, mas ao propor, finalizando uma matéria de capa, a solução de um problema bastante complexo, como a questão racial na escola, demonstra uma prática discursiva bastante controversa, pois o teste não leva em conta todos os elementos que constituem os sujeitos que poderão realizá-lo, como local, gênero, etnia, classe social, entre outros aspectos, mostrando um resultado que seria adequado a todos e

também não leva em conta todos os aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais que levam ao processo desse grande problema que é a discriminação racial. Mas, ao mesmo tempo demonstra uma preocupação em sugerir diversos documentos acerca da temática, muitos materiais que podem servir de suporte para a discussão racial.

Um ponto importante ainda dessa publicação é a presença de um vocabulário voltado para a responsabilização do professor, como sendo aquele que poderá transformar a realidade ou não, deixando de lado diversos fatores que contribuem para a transformação ou perpetuação de uma sociedade racista. Ao finalizar a matéria de capa com um teste para reconhecimento de escolas que combatem ou não a discriminação e que após o resultado apresenta um discurso bastante raso comparado ao que se propõe a matéria, por exemplo, quando comenta o pior resultado, daquela escola que não combate o racismo, escrevem o seguinte: “O tema ainda é tabu. Os alunos estão perdendo a oportunidade de formação de valores essenciais para uma convivência harmônica em sociedade. Que pena!” (NOVA ESCOLA, 2004, p. 53), ao mesmo tempo em que parabenizam aquelas que alcançam o melhor resultado, enfatizando que ela não fomenta o preconceito e a discriminação, mais uma vez, tratando de maneira simplória, não levando em conta as ordens de discurso que permeia os que consomem a Revista. Não houve menção da publicação das Diretrizes Nacionais Curriculares para o ensino de história e cultura afro-brasileira no ano de 2004.

No ano de 2005, não encontramos exemplares que propõem discussão da temática.

Em 2006, na única edição que possui proximidade com a temática analisada, a revista mudou um pouco sua disposição, passou a ser dividida em três grandes áreas, além da Capa: Seções (Caro Educador; Sala de Aula; Nova Escola on-line; Fala, Mestre; Visita ao Museu; Grandes Pensadores; Na Dúvida; Estante Livros; Pense Nisso), Reportagens (Arte Política; Escrevendo com...; Fazer e Brincar; Eleições; Prêmio Victor Civita; Matemática; Parceria Escola-Ensino Superior), Educação Infantil (Artes; Jogo; Receitas e Brincadeiras; Atividade; Linguagem) e como matéria de capa “Tecnologia ao alcance de Todos”.

Como já mencionado, há somente um exemplar, que foi publicado no mês de setembro e apresenta uma reportagem que se propõe a discutir a temática, dentro da grande área Reportagens, especificamente em Arte Política. A reportagem em questão discute a diversidade, com o intuito de sugerir um trabalho para turmas de 5ª a 8ª série para trabalhar a tolerância, foi escrita por Paola Gentile⁷⁷.

A reportagem apresenta 45 artistas de várias partes do mundo que trabalham a diversidade, liderados por um israelense, Raphie Etgar, “[...] mobilizou artistas plásticos de outros países e convidou-os a fazer painéis que mostrassem a importância da diversidade étnica e cultural e da convivência social baseada na paz e no respeito às diferenças” (NOVA ESCOLA, 2006, p. 38). A exposição recebeu o nome de *Coexistente*, veio para o Brasil e contava com um painel da brasileira Fátima Miranda que exprimia a riqueza étnica e cultural brasileira. Não aparece nada muito específico ligado a História e Cultura Afro-brasileira e africana, além do painel de Fátima Miranda. Ao final da matéria, não há indicação de bibliografia para o tema diversidade, consta somente a indicação da exposição.

⁷⁷ Paola Gentile atua como funcionária da Editora Abril desde 2000, atuando na revista Nova Escola e também na Gestão Escolar, até o momento de venda das marcas, continuando ainda na Editora Abril, possui formação em Direito e Comunicação Social (Jornalismo). Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/paola-gentile-a3187541?originalSubdomain=br>. Acesso em 10/08/2019.

Figura 5 – Matéria de Paola Gentile - Paineis da diversidade, setembro de 2006.



Fonte: Nova Escola. A Revista do Professor. Setembro de 2006.

Como mencionado, a matéria não enfatiza a diversidade específica dentro de um povo ou etnia, trabalha de forma geral, somente o painel que consta na página 38 demonstra a grande diversidade presente no território brasileiro. Acreditamos que seria de grande validade que ao trazer tal questão, a Revista propusesse uma reflexão efetiva sobre a diversidade, seria um importante espaço de transformação de relações hegemônicas, trazendo um embasamento que pudesse incitar a reformulação de olhares acerca da diversidade, como sendo algo positivo, algo que engrandece a história e não algo que precisa ser controlado, ou escondido. Podendo até fazer um importante link com a grande diversidade presente no Continente africano, presente em vários aspectos na diversidade brasileira, Hernandez (2008, p. 25, aspas da autora) nos apresenta um importante dado,

[...] apenas a partir de 1960, sob a influência dos nacionalismos independentistas e no âmbito da busca da identidade do continente e de cada um dos Estados-nação recém-formados, foi reconhecida a necessidade de conceber um novo método de abordagem adequado para negar a homogeneidade das “tribos africanas”. Dito de outra forma, passou a haver o objetivo de identificar as especificidades históricas de um

continente que é um verdadeiro mosaico de heterogeneidades, uma totalidade caracterizada pela complexa diversidade cultural de seus povos.

Ainda assim, ao falar em África, ainda temos aqueles que acreditam que não é um continente e sim um país, e quando se dão conta, olham para regiões específicas, como África do Sul, e veem o restante como insignificante.

Ao fechar o ciclo das publicações que ocorreram no primeiro mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva, há marcos importantes, a sanção da lei no início da 2003 e a criação da SEPPIR, a publicação das Diretrizes, mas somente 3 edições trouxeram discussões acerca da temática. Percebemos que a revista foi inserindo aos poucos, com objetivo de orientar ações de professores em prol da implementação da legislação, sugere atitudes, formas de pensar e agir e em alguns momentos leituras acerca da temática, apresentando uma estrutura textual bastante semelhante ao longo dos anos. Há sempre a presença do termo “diversidade” no vocabulário das edições e uma preocupação em transformar a forma como concebem tal temática, trazendo para o discurso hegemonias presentes na literatura, na legislação de que o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana deve estar presente nas escolas, como parte do currículo cotidiano, mas em muitos momentos ela não demonstra, como ao trazer a temática no mês de novembro, ou tratá-la como algo simples de resolver, cabendo ao professor tal resolução.

Já em 2007, somente uma edição propõe discussão dentro da temática, a publicada em janeiro/fevereiro. A revista sugere já na capa, em seu canto direito a importância de começar a pensar desde a educação infantil maneiras de se combater o preconceito. A estrutura textual de organização da revista não sofreu muitas modificações, somente em Seções, não apareceu mais Sala de Aula (mas aparece Cartas) e Grandes Pensadores e em Reportagens, pois o número de tópicos caiu um pouco, comparado ao ano anterior (Reportagens em 2006 apresentava sete matérias, em 2007 somente quatro), em Educação Infantil as coisas se mantiveram semelhantes. A matéria que aparece como parte da capa está localizada em Educação Infantil, levando o título “Diversidade – Não ao preconceito”, sugerindo que é justamente nas primeiras séries que se recebe a lição fundamental de respeitar as diferenças, ela foi

escrita por Débora Menezes⁷⁸. Logo na primeira página aparece uma imagem com algumas meninas, brancas e negras, tocando os cabelos umas das outras, no intuito de exemplificar a percepção de diversidade. Inicia-se a reportagem apresentando o significado da palavra preconceito e posteriormente com o caso de uma professora, Rita de Cassia Silva Santos, que vivenciou várias situações onde demonstram a presença do preconceito, relatou que em uma aula ela levou para sala bonecos e fotografias com vários tons de pele, entre outras características físicas distintas, uma aluna de três anos pegou uma das fotografias que tinha uma menina negra e disse que ela era feia, quando indagada, respondeu que era feia, pois era igual a ela (a aluna). Pensando em maneiras de valorizar a identidade racial das crianças ela criou um projeto utilizando contos africanos e realizando atividades que mobilizaram toda a escola e as famílias,

Ela criou o projeto Grió, palavra de origem africana que significa “contador de histórias”, para valorizar a identidade racial das crianças [...] De início ela promoveu rodas de conversa, localizou a África num globo terrestre e apresentou Vovô Zezinho e Maria Chiquinha, um casal de bonecos pretos que virou mascote da turma. Rita escolheu sete contos que exploram a africanidade e associou cada um deles a atividade diferente. (NOVA ESCOLA, 2007, p. 71).

O caso apresentado enfatiza a proposta da matéria ao dizer que é preciso trabalhar pelo fim do preconceito desde a educação infantil, trazendo a fala de um sociólogo, Valter Silvério do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos UFSCar, pois ele argumenta sobre a importância da relação que a criança estabelece com a escola. Logo depois a revista apresenta dados que mostram que os negros são 45,5% da população, e que possuem nível de escolaridade menor que o de brancos, pesquisadores afirmam que o tratamento diferenciado para com a criança negra dentro da sala de aula é um dos fatores que contribuem para seu baixo rendimento, pois ainda é possível perceber que existem escolas, as quais reproduzem a discriminação racial.

⁷⁸ Débora Menezes atuou como repórter free-lancer na Editora Abril, especificamente na revista Nova Escola entre os anos de 2006 e 2009, tendo formação em Comunicação Social (Jornalismo), Especialização em Educação e Mestrado em Jornalismo. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/524746/debora-menezes>. Acesso em: 10/08/2019.

Ainda dentro dessa preocupação, do combate ao preconceito desde a educação infantil, a revista cita a pesquisadora Lucimar Rosa Dias⁷⁹ que em sua atuação profissional e também em sua pesquisa de Doutorado⁸⁰ (com foco em creches) conclui que o combate à discriminação em sala de aula beneficia todas as crianças, mesmo na educação infantil. Ao lado dessas citações, a autora da matéria disponibilizou um glossário com os termos preconceito, discriminação e racismo, elaborado pelo Programa São Paulo – Educando pela Diferença para a Igualdade (Neab/UFSCar).

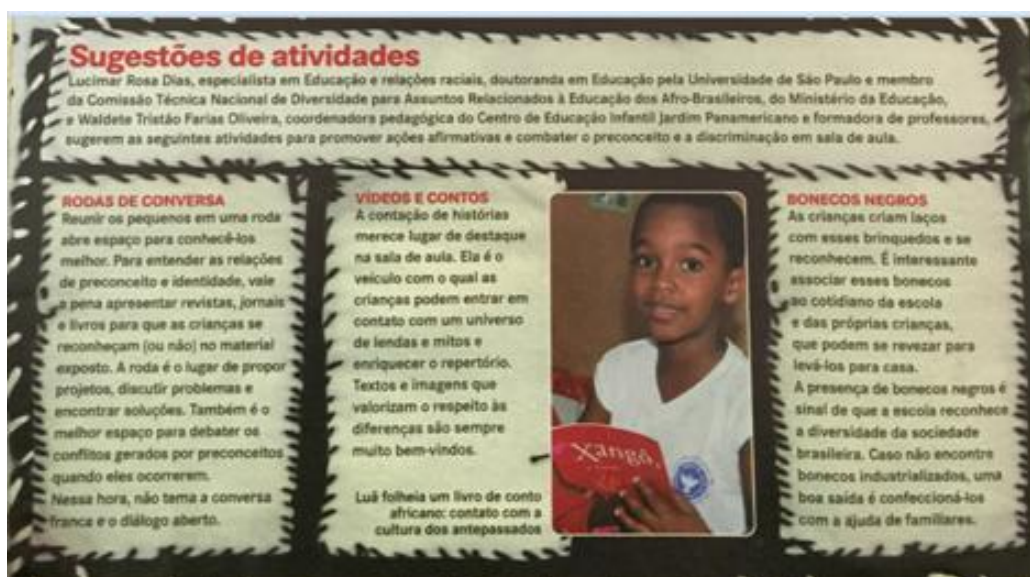
Na segunda página da reportagem, é deixada em evidência a Lei n. 10.639/03 e a obrigatoriedade trazida por ela, além da preocupação com a formação de professores dentro da temática, mostrando exemplos de como ela acontece, via ações do MEC para professores de todo o Brasil. A matéria disponibiliza sugestões de atividades propostas por Lucimar e Waldete Tristão Farias Oliveira⁸¹ para promover ações afirmativas em prol do combate ao preconceito e a discriminação em sala de aula. Essa proposta mostra-se diferente de sugestões presentes em outros exemplares com as crianças da Educação Infantil. Na terceira e última página da matéria, a revista apresenta a experiência de outra professora, Elaine Cassan e Renata Esmi Laureano, que também realizaram práticas de valorização da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. (NOVA ESCOLA, 2007).

⁷⁹ Especialista em Educação e relações raciais e membro da Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados a Educação dos Afro-Brasileiros, do Ministério da Educação.

⁸⁰ Concluído em 2007.

⁸¹ Coordenadora pedagógica do Centro de Educação Infantil Jardim Panamericano e formadora de professores.

Figura 6 – Sugestão de atividades para a Educação Infantil, publicação de janeiro/fevereiro de 2007.



Fonte: Nova Escola. A Revista do Professor. Janeiro/fevereiro de 2007.

Ao final, no canto da revista, com o tópico “Quer saber +”, a matéria oferece contato das duas escolas, onde as professoras citadas atuam, e também disponibiliza sites para consulta que disponibilizam materiais dentro da temática do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e diversos livros dentro da temática, literatura que evidencia a cultura africana e dois livros que possibilitam um suporte ao professor para conhecer, estudar e se aprofundar, sendo assim sugestões teóricas importantes.

Nessa edição podemos perceber a intertextualidade constitutiva e manifesta, pois trazem vozes importantes para a reflexão da temática, chamando atenção para que a discussão tenha início com crianças, já na educação infantil, o que a legislação sugere, tendo assim uma proposta de texto com ordens de discurso em prol da valorização da história e cultura africana e afro-brasileira, mas é importante destacar que mais uma vez o vocabulário esteve centrado nas ações de professoras.

Figura 7 – Bibliografia sugerida na edição de janeiro/fevereiro de 2007.



Fonte: Nova Escola. A Revista do Professor. Janeiro/fevereiro de 2007.

Nas publicações de 2008, percebemos algumas modificações no processo de organização da revista, ela se apresenta dividida em quatro grandes partes: Capa (Formação; Formação Inicial; Formação Continuada e Formação no Mundo), Seções (Caro Educador; Caixa Postal; On-line; Na Dúvida?; Pensadores; Fala, Mestre; Em Dia; Retrato; Estante; Era uma vez; Pense Nisso), Reportagens (Panoramas e perspectivas, Prêmio Victor Civita) e Sala de Aula (Ciências; Linguagem; Arte; História e Língua estrangeira).⁸²

Ao longo do ano de 2008, encontramos somente um artigo publicado na edição de outubro, mas antes de analisarmos o discurso presente na edição citada, gostaríamos de destacar a Capa da edição de Setembro de 2008 que apresenta uma caricatura de Machado de Assis, falando sobre suas obras e como são importantes para todas as idades; mas o que nos chama atenção é o fato de não ficar claro na Capa, que o autor é negro; em outras vezes, como já

⁸² Organização proposta pela edição publicada em outubro de 2008.

citamos na pesquisa, a revista trouxe em sua capa pessoas negras aleatórias. Seria primordial no processo de valorização da identidade negra, de transformação da realidade social, apresentar um autor de tanto renome, evidenciando que ele é negro, uma maneira de mostrar uma pessoa negra em situações muitas vezes vista somente com brancos. Isso demonstrou que a revista tentou apresentar, em outros momentos, em sua estrutura textual que é preciso combater o racismo e o preconceito, mas em um momento bastante oportuno, acaba deixando passar, apresentando uma matriz social do discurso que reproduz relações hegemônicas de não destacar a origem desse grande autor negro.

Segue a capa da edição de setembro de 2008, que apresenta Machado de Assis na capa:

Figura 8 – Capa da edição de setembro de 2008.



Fonte: Nova Escola. A Revista do Professor. Setembro de 2008.

Na edição de outubro/2008, na seção Pense Nisso, inserida na grande área “Seções”, Luiz Carlos de Menezes⁸³ escreve um artigo de opinião com o seguinte título “O preconceito está entre nós”; o autor chama atenção para o fato de que a escola está repleta da presença de atitudes que não contribuem para um bom convívio escolar entre as pessoas, que o professor precisa reconhecer e discutir as situações discriminatórias que podem surgir, vendo a figura dele e do espaço escolar como central nesse processo. Ele apresenta a questão de que o preconceito se manifesta de diversas formas, em vários lugares e está muito presente nos diversos setores da sociedade, que pode ocorrer por questões étnicas, de gênero, sociais, religiosas e que a escola precisa identificar e auxiliar no processo de combate de tais atos, “a escola é um espaço privilegiado para aprender e resolver conflitos e conviver com a diferença” (NOVA ESCOLA, 2008, p. 114).

Figura 9 – Artigo de Luis Carlos Menezes na edição de outubro de 2008.



⁸³ Autor do artigo, sempre escreve artigos na revista Nova Escola, como em outros periódicos, mas não trabalha efetivamente na empresa, é funcionário da USP, com Graduação, Mestrado e Doutorado em Física e experiência no campo educacional. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/9355304/luis-carlos-de-menezes>. Acesso em: 10/08/2019.

Fonte: Nova Escola. A Revista do Professor. Outubro de 2008.

O autor propõe que a atividade de buscar a superação de práticas preconceituosas e discriminatórias deve acontecer nas diferentes disciplinas presentes na escola. Não há um foco específico na questão do preconceito e da discriminação envolvendo a população afro-brasileira e africana, o artigo trabalha de uma maneira mais genérica com o tema preconceito, sendo essa a única presença da temática nas edições de 2008. Essa edição apresenta uma temática de grande importância, mas como se trata de um artigo de opinião, é algo bastante superficial, não apresenta aprofundamento na temática.

Levando em consideração a prática social na análise do discurso, a Revista deveria ter levado em conta os acontecimentos no campo educacional, pois em março de 2008 foi sancionada a Lei n. 11.645/08, que também torna obrigatório o ensino da história e cultura indígena, podendo aqui apresentar um discurso que evidenciasse dados acerca da obrigatoriedade da história e cultura afro-brasileira e africana, que completava cinco anos, por exemplo.

Nas edições de 2009, a organização da revista segue o mesmo padrão de 2008, contendo quatro grandes áreas: Capa, Seções, Sala de Aula e Reportagens. Duas edições contemplam conteúdos referentes à temática que buscamos⁸⁴, História e Cultura Afro-Brasileira, edição de junho/julho, na Seção Sala de Aula para as disciplinas de Geografia e História e de dezembro na seção Pense Nisso.

Na edição de junho/julho de 2009, na seção Sala de Aula, especificamente na disciplina de Geografia é proposta a discussão sobre a favela como importante espaço da cidade, a matéria foi escrita por Ana Rita Martins⁸⁵, com o objetivo de apresentar a importância de compreender essa forma de ocupação do espaço urbano, explicando sua origem histórica, justamente para romper preconceitos, já que (nos anos 2000) por volta de 10 milhões de pessoas moravam em regiões como essa e que a escola está inserida na realidade das pessoas que habitam tais regiões. A reportagem é uma sugestão de trabalho com 4º e 5º anos. A compreensão das favelas é proposta a partir de dados apresentados por três geógrafos, Andreino

⁸⁴ A edição de novembro ainda não foi encontrada e analisada.

⁸⁵ A autora possui diversas publicações na revista, sendo parte da equipe Nova Escola, não encontramos mais informações.

Campos, Jailson de Souza e Roberto Giansanti, que vão desde o processo de busca por trabalho de ex-escravos e outras parcelas da população nas cidades (século XX), até tempos atuais, reconhecendo que o número de favelas cresceu muito e que o Estado não oferece o mínimo de infraestrutura, mas que a própria população se organiza em prol da busca de direitos, buscando trabalhar temas como: luta social, relações familiares, emprego e renda. (NOVA ESCOLA, 2009).

A matéria também apresenta uma prática discursiva em prol da valorização do espaço das favelas, mostrando aos estudantes que elas não são espaços isolados que só apresentam problemas de infraestrutura, sociais e econômicos, para isso a autora apresenta Paulo Lins, autor do livro *Cidade de Deus*, que mostra diversos exemplos de manifestações culturais da sociedade que possuem origem nas favelas, como samba, pagode, rap, funk, a religiosidade afro-brasileira, umbanda e candomblé, mostrando que a pobreza material não necessariamente possui relação com a miséria cultural. É levado em conta o contexto social externo, destacando o fato de que as favelas não são iguais, que a diversidade é presente dentro delas e também quando comparadas a outras favelas presentes em todo o Brasil.

Ao final da matéria é sugerida uma sequência didática, com a consultoria de Francisco Scarlato (professor de Departamento de Geografia da USP) para a disciplina de Geografia, com o intuito de fazer com que os alunos do 4º e 5º anos conheçam o processo de formação das favelas, analisem esse espaço como sendo segregado e conheçam o modo de vida e de produção cultural dos moradores. No espaço “Quer saber mais?” a revista indica os contatos de Francisco Scarlato e Roberto Giansanti; os livros *Cidade de Deus* (Paulo Lins) e *Do Quilombo à Favela – a Produção do Espaço* (Adrelino Campos). A matéria apresenta uma breve bibliografia acerca da temática, também buscou contemplar um discurso de valorização do espaço urbano, especificamente da favela, buscando a superação de estereótipos presentes quando se fala sobre quem mora nesses locais, a forma como vivem, sobre a arte, a cultura presente.

Uma questão que percebemos é que nas ordens de discurso presentes não deixam clara a ligação entre as favelas e seus habitantes, que por maioria são afro-brasileiros, somente no trecho da reportagem que apresenta uma fala

de Paulo Lins, em que é citada a população afro-brasileira presente nas favelas, por mais que estrutura textual da matéria seja voltada para o espaço geográfico, é preciso contemplar também os sujeitos que compõem esse espaço, além de todas as problemáticas vivenciadas por eles. (NOVA ESCOLA, 2009).

Figura 10 – Sequência Didática sobre a diversidade proposta em junho/julho de 2009.

Sequência didática A diversidade na cidade

Objetivos

- « Conhecer o processo de formação das favelas como forma de moradia.
- « Analisar o espaço da favela como um território segregado.
- « Conhecer os modos de vida e de produção cultural dos moradores.

Conteúdo

- « Paisagem urbana.

Anos 4º e 5º.

Tempo estimado Dois meses.

Materiais necessários Jornais, revistas, vídeos, gravadores, máquinas fotográficas, mapas.

Desenvolvimento

« 1ª etapa
Com fotos antigas e recentes de diferentes bairros da cidade em que fica a escola, estimule os alunos a observar as principais mudanças ocorridas no espaço. Peça que, após entrevistar parentes, eles preparem uma apresentação oral sobre a memória das alterações ao longo do tempo.

« 2ª etapa
Com um mapa, mostre que essa modernização urbana criou tipos distintos de construções em vários lugares. É importante debater os níveis sociais pela observação das formas de moradia e das condições da infraestrutura. Um quadro de fotos pode ser montado em uma atividade de colagem para que a turma perceba o mosaico que forma a cidade. Mostre algumas imagens de favelas e oriente os estudantes a debater a localização delas em relação ao centro. Faça com que eles relacionem a presença dessas habitações com as condições físicas do terreno – córregos, encostas de risco, beira de grandes estradas, aterros sanitários etc.

« 3ª etapa
Comece a descrever a favela como uma forma de moradia que se diferencia dos bairros. Aqui, é preciso abrir a discussão para analisar o histórico de formação

desse tipo de moradia. Explique a bibliografia sobre o assunto, escolha capítulos e sugira a leitura de trechos dos livros para aprofundamentos. Depois, abra uma roda de conversa para socializar o que foi consultado. Destaque o processo de modernização das habitações, que no começo são feitas de madeira e plástico, mas que, depois, costumam ganhar tijolos e cimento. O favelado precisa ser visto como transformador do território da cidade.

« 4ª etapa
Debata a localização das favelas. Será que o tipo de trabalho que os moradores executam favorece a localização das favelas próximas ao centro? Domésticas, encanadores, eletricitas, pedreiros e pintores estão mais concentrados nesses bolsões? Explique que a presença dessa mão-de-obra próxima ao centro ajuda a superar o problema do transporte e que, apenas em um processo de redesenho das cidades, esse entrave seria finalmente vencido.

« 5ª etapa
Para finalizar o trabalho, organize uma visita a alguma favela (mesmo se a escola estiver dentro de uma). Localize lideranças de movimentos sociais, em um passeio ou palestra na escola, tente aproximar os alunos da realidade empírica desses bolsões de moradia, com orientação permanente. Peça à turma que monte painéis que registrem as formas de vida, as condições materiais e os serviços disponíveis nesses locais.

Avaliação
Após o debate, proponha que os estudantes escrevam uma carta para as autoridades da cidade, relatando a situação das favelas próximas ou estudadas e pedindo intervenções para melhorar a vida dos moradores. Na hora de examinar as produções, note se os estudantes aprenderam as noções de distância, heterogeneidade e transformação social abordadas.

Consultoria: FRANCISCO SCARLATO, professor do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP).

QUER SABER MAIS?

Contatos
Francisco Scarlato, fscarlato@usp.br
Roberto Glamsanti, robglam@uol.com.br

Bibliografia
Cidade de Deus, Paulo Lins, 404 páginas, Ed. Companhia das Letras, tel. (11) 3707-1300, 52 reais
Do Quilombo à Favela – A Produção do Espaço, Adélio Campos, 208 págs., Ed. Bertrand Brasil, tel. (21) 2516-5401, 31 reais

62 JUNHO/JULHO 2009 www.novaescola.org.br

Fonte: Nova Escola. A Revista do Professor. Junho/julho de 2008.

Ainda na edição de junho/julho de 2009 temos uma matéria específica para a disciplina de História, escrita também por Ana Rita Martins, que trata de discutir semelhanças e diferenças da colonização portuguesa no Brasil, em Angola e Macau. Nos três processos é evidenciada a intertextualidade

constitutiva quanto ao posicionamento da abordagem, pois prevalece a visão e o interesse português e a presença de sua influência nas regiões colonizadas, evidenciando as relações hegemônicas já tão conhecidas e criticadas, que valorizam somente o colonizador europeu. Além da reprodução de tal aspecto, o vocabulário presente, como o termo “colonização necessária” mostra de maneira amena como se deu todo o processo de colonização, destacando uma ideologia eurocêntrica

Para Portugal chegar até o Oriente e comercializar as especiarias tão valorizadas na Europa, navegar era mesmo preciso. E foi com esse objetivo, nos séculos 15 e 16, que as caravelas chegaram a territórios como Angola, Brasil e Macau, transformando-as em fontes de riqueza para a coroa portuguesa. Mas, para proteger esses lugares de invasões e saques, a colonização era necessária. (NOVA ESCOLA, 2009, p. 70).

Assim como na citação acima, toda a estrutura textual presente na matéria segue esse caminho ao falar do processo de colonização, trazendo os aspectos positivos da presença portuguesa nesses locais, evidenciando que a interação entre esses diferentes povos deixou marcas profundas, influenciando o passado e o presente dos povos colonizados. A autora apresenta a importância de estudar como se deu a colonização em diferentes regiões para poder estabelecer diferenças e semelhanças, destacando a visão portuguesa e não dos habitantes das regiões colonizadas, demonstrando como as grandes navegações “influenciaram os rumos não só do Brasil como também de outras partes do mundo” (NOVA ESCOLA, 2009, p. 70). É nítida a presença de um discurso que perpetua a reprodução da superioridade europeia em detrimento dos povos que foram invadidos e colonizados, mesmo tendo uma imensa literatura, inúmeras pesquisas que reiteram o mito da missão civilizadora em relação às regiões vistas como selvagens. (HERNANDEZ, 2008).

Pensando em destacar essa visão de relacionar as regiões colonizadas pelos portugueses, a revista apresenta a ação do professor Herivaldo Pereira⁸⁶ da rede pública do Estado de São Paulo como exemplo. Ele fez um trabalho com os sétimos anos de um colégio no litoral de SP, com o intuito de

⁸⁶ A ação do professor é destacada nessa reportagem pelo fato de ter sido o vencedor do Prêmio Victor Civita - Educador Nota 10, do ano de 2008, por unir o estudo da História local com o contexto mundial. Sua ação foi escolhida por Daniel Vieira Helene, coordenador da área de Ciências Humanas da Escola da Vila.

compreenderem o processo das grandes navegações, sua influencia na constituição do Brasil e relacionar com Macau (China), para isso utilizou a comunicação, através de cartas, entre os alunos dos dois países. A princípio ele levantou a história da cidade em que a escola está localizada, Bertioga, estabeleceu relações com a presença dos portugueses em terras brasileiras (aparece no canto direito da página 70 uma indicação para o leitor consultar o site da revista e acessar um vídeo e informações sobre o trabalho do Educador Nota 10) a seguir fez com que os alunos falassem sobre a história de seu município, pensando na presença portuguesa e depois lessem cartas enviadas por alunos do Ensino Superior de Macau que também contaram sobre sua história, cultura e economia, destacando a presença portuguesa para assim poderem estabelecer relações entre as diferentes regiões. (NOVA ESCOLA, 2009).

Ao longo da matéria é apresentada a relação econômica desse processo de colonização entre as diferentes regiões, o processo de escravização dos povos como sendo rentável para Portugal, significando uma grande contribuição financeira, para regiões como o Brasil e Angola, apresentando semelhanças entre as regiões e sugerindo que brasileiros podem dizer que são descendentes dos angolanos, por serem descendentes de escravizados e tendo sido Angola uma região muito utilizada no processo de escravização de africanos enviados para a colônia brasileira. As ordens de discurso presentes na reportagem em questão não demonstram uma preocupação em mostrar outros aspectos ligados ao processo de escravização, nem ao menos de explicar esse processo relacionando com o Continente africano, evidenciando as grandes diferenças existentes entre a escravidão que existia na África com violento processo de escravização que passou a existir nas Américas.⁸⁷

Ainda nesse processo de comparação, a revista destaca que o Brasil sofreu uma influência portuguesa mais intensa, comparado a Angola, pois a colonização efetiva lá teve início somente no século XIX (presença portuguesa desde o século XV) e aqui desde o século XVI, por apresentar mais riquezas que interessavam a lógica mercantilista portuguesa. Mais um ponto

⁸⁷ Hernandez (2008) apresenta uma discussão dos mecanismos que levavam a escravização no Continente africano, a partir de conflitos internos; raptos de pessoas pertencentes a grupos rivais; a fome que levava as pessoas a vender a si mesmos ou aos filhos e por penhora humana.

interessante colocado, que reproduz a ideologia de superioridade europeia, é que evidenciam a vinda da Família Real como um fator contribuidor para que o Brasil e Portugal passassem a não ter mais uma relação somente de exploração, logicamente por um olhar português, pois para a maioria da população brasileira tal vinda não mudou sua forma de viver. Comparando a Macau, colonizada efetivamente pelos portugueses no século XIX, com um tratado que garantia a colonização perpétua da região (com presença portuguesa desde o século XVI, em disputa com os chineses), Brasil e Angola apresentam uma influência portuguesa muito maior, utiliza-se como exemplo o fato dos dois países terem a maioria da população falando português, enquanto em Macau, a maioria fala mandarim, trazendo diferenças entre as colonizações. (a revista coloca em evidência o site da Nova Escola para que o leitor possa aprofundar essa discussão acessando os panoramas e as perspectivas no Ensino de História).

Finalizando a comparação entre as três colônias, a revista apresenta os anos de independência de cada região, Brasil, 1822, Angola, 1975 e Macau, 1967 (passou a ser subordinada a China) e a presença comum de Portugal na economia das regiões, no caso do Brasil por ser exportador de insumos agrícolas e Angola de cana-de-açúcar e petróleo (mesmo assim sendo um dos países menos avançados em termos sociais) e Macau, por estar em processo de grande desenvolvimento econômico, o qual em grande parte se deu devido à presença de Portugal.

A comparação final evidenciada no discurso da Revista destaca aspectos positivos deixados por Portugal na economia desses países, exceto Angola que é citada como uma região pouco desenvolvida em termos sociais, em nenhum momento merece destaque as consequências da grande exploração praticada por Portugal nessas regiões que deixou enraizada a violência, as grandes desigualdades sociais, étnicas, econômicas, nunca superadas.

Ao final da matéria sugerem uma sequência didática para a disciplina de História com a consultoria de Daniel Helen, com o intuito de compreender o processo das Grandes Navegações para Brasil e Angola, as proximidades existentes, enfatizando a relação entre as regiões no aspecto econômico, permeada pela presença portuguesa, em diferentes situações, mas sem

destacar o processo de exploração sofrido e as graves consequências deixadas pelo olhar dos colonizados.

No item “Quer saber mais?” a revista disponibiliza o contato de Daniel Helene e de Herivaldo Pereira, e da escola em que atua EE Professora Maria Aparecida Pinto de Abreu Magno e uma referência bibliográfica, O Trato dos Viventes – Formação do Brasil no Atlântico Sul de Luis Felipe de Alencastro. O suporte teórico disponibilizado é bastante restrito e percebemos que o discurso central na matéria foi trazer as grandes contribuições portuguesas às três regiões, Brasil, Angola e Macau, tratando-as como meras receptoras, pois em nenhum momento há destaque para os graves problemas, ainda vigentes nessas regiões, iniciados pelo processo de colonização portuguesa.

Essa matéria, como já colocamos, evidencia uma prática social que contribui para a reprodução de uma História do Brasil, de Angola e Macau contada a partir de seus colonizadores e ainda utilizando uma estrutura textual e discursiva que ameniza todo o processo violento de colonização, perpetuando estereótipos ligados à superioridade europeia em detrimento do povo colonizado, africanos e afro-brasileiros, não implicando em mudança social no aspecto da história e cultura afro-brasileira e africana.

Luiz Carlos de Menezes⁸⁸, na Seção Pense Nisso, da publicação de dezembro/09 propõe um artigo de opinião “Diferenças: respeito versus preconceito”, discutindo o papel da escola como um local de respeito a diversidade, mas que muitas vezes acentua tal problemática. Porém, quando a instituição está preocupada em refletir a diversidade, é possível conviver com as diferenças.

⁸⁸ Autor já apresentado em outra edição analisada.

Figura 11 – Artigo de Luis Carlos de Menezes na edição de Dezembro/2009.



Fonte: Nova Escola. A Revista do Professor. Dezembro de 2009.

O autor cita exemplos de escolas públicas que empreendem ações para combater a discriminação política, sexual, étnica, para com os deficientes físicos e intelectuais e trabalhar o processo de inclusão. Especificamente dentro da temática analisada, conseguimos perceber a presença da intertextualidade constitutiva e da manifesta com o intuito de promover uma transformação na prática social, pois a Revista usa como exemplo a ação de uma escola da rede pública de São Paulo que desenvolve um projeto chamado Conviver, que envolve 45 classes e a comunidade escolar. Dentro desse grande projeto há um no qual alunos preparam peças musicais e uma delas seria *Kisomba*, com o intuito de valorizar o convívio étnico-cultural. Mas, ao longo do artigo os exemplos são diversos dentro do campo inclusão.

No ano de 2010, as publicações apresentam a mesma estruturação em termos de organização da edição, contendo Capa, Seções, Sala de Aula e

Reportagens. As edições de abril e maio contemplam matérias que trabalham a temática.

Na publicação de abril, na Seção Sala de Aula, na disciplina de História, apresenta-se a matéria, “A escravidão ainda existe”⁸⁹, escrita por Elisângela Fernandes⁹⁰, que trata da importância de se discutir a escravidão atual, a partir da realidade vivenciada no país e os aspectos legais em prol do fim desse regime de trabalho. Logo no início a matéria enfatiza o fato de que o trabalho escravo não é uma página virada na História do Brasil

A Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, foi, sem dúvida, um passo fundamental para que o Estado brasileiro reconhecesse como ilegal o direito de propriedade de uma pessoa sobre a outra. O problema, no entanto, ainda persiste, embora se apresente de forma diferente da ocorrida até o século 19. Mostra disso são os mais de 36 mil trabalhadores resgatados em situação análoga à de escravo desde 1995, segundo dados do Ministério do Trabalho. (NOVA ESCOLA, 2010, p. 58).

Ao longo da matéria, a estrutura textual enfatiza a importância de trabalhar as formas contemporâneas de escravidão para adentrar a discussão do conceito de trabalho, demonstrando problemáticas vivenciadas, possibilitando ao aluno que ele possa reconhecer diversos problemas ligados a esse campo, permite comparações entre a escravidão do passado e atual, fazendo com que o estudante possa compreender situações atuais de exclusão e desigualdade. (NOVA ESCOLA, 2010). É clara a presença da intertextualidade manifesta ao trazer, por exemplo, a atuação da Escola da Vila, em SP, com a professora Clarice Barreira Camargo, mostrando a maneira como a questão é trabalhada em sala de aula com alunos do 5º ano, partindo de notícias atuais sobre a escravidão, com dados, informações, avanços em termos de combate (Uso da lista suja do Trabalho Escravo), em paralelo os alunos leem diversos documentos históricos que tratam da escravidão durante o período colonial e imperial, para que assim possam compreender a complexidade do que foi e do que é a atrocidade do trabalho escravo para a sociedade. Dando continuidade a matéria, a revista exemplifica o trabalho escravo pelo mundo atualmente, apresentando dados, fala de especialistas da

⁸⁹ Um ponto importante a destacar é que aparece uma nota de rodapé destacando que foi uma leitora da revista que sugeriu a reportagem, Palmira de Oliveira.

⁹⁰ Elisângela Fernandes possui Graduação em Comunicação Social (Jornalismo) e Ciências Sociais, atuou por 3 anos e 7 meses como repórter na Revista Nova Escola, entre os anos de 2010 e 2014, atualmente é Analista de Comunicação na Fundação Carlos Chagas.

área como, Leonardo Sakamoto (presidente da ONG Repórter Brasil) Neide Esterci (professora de Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro), Luis Machado (coordenador do projeto de combate escravo da Organização Internacional do Trabalho⁹¹, no Brasil) que caminham no sentido de mostrar como o trabalho escravo ainda se faz presente, para a OIT

As formas contemporâneas de servidão têm dois elementos básicos: trabalho ou serviço impostos sob a ameaça de punição e aquele executado involuntariamente, sendo que ambos envolvem o cercamento da liberdade. Segundo a última estimativa da OIT, mais de 12 milhões de pessoas em todo o mundo são vítimas do trabalho forçado. (NOVA ESCOLA, 2010, p. 58).

Podemos destacar na prática discursiva a presença também da intertextualidade constitutiva, pois leva em conta o processo histórico, reconhecendo que as formas contemporâneas de trabalho escravo se devem a grande desigualdade e a pobreza presentes na realidade brasileira. Herança justamente de toda a história de exploração praticada no Brasil para com a população afro-brasileira e africana, sendo esses, importantes fatores que levam muitos brasileiros a se submeterem a esse tipo de trabalho, pois necessitam da renda para sobreviverem.⁹² É recente, historicamente, o discurso que reconhece que no Brasil ainda vivenciamos diversos casos de trabalhos análogos à escravidão ou realmente de trabalho escravo, “[...] com a instituição, em 1995, do Grupo Móvel de Fiscalização do Trabalho”. Oito anos depois foi criado o Plano Nacional para a erradicação do Trabalho escravo. Ainda em 2003, surgiu a lista suja do Trabalho Escravo [...]” (NOVA ESCOLA, 2010, p. 60).

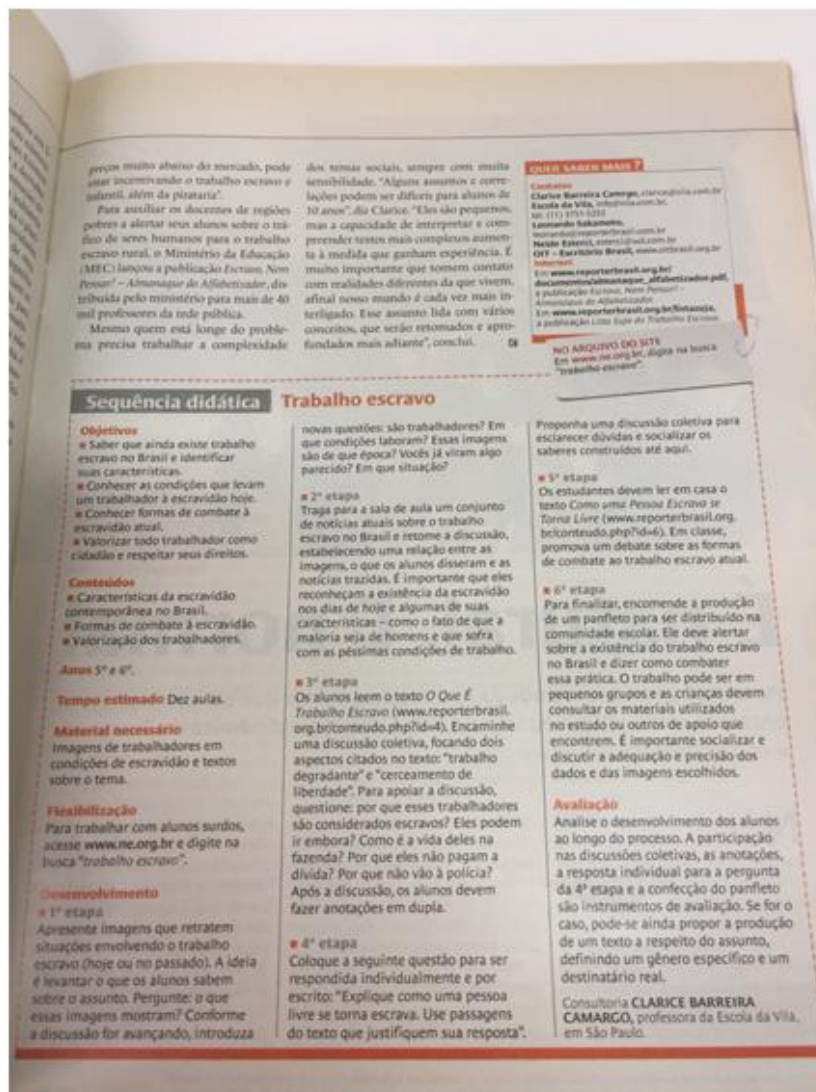
A intertextualidade constitutiva pode ser notada mais uma vez ao final da matéria, quando aparece a indicação de um material distribuído pelo MEC a todas as escolas públicas para auxiliar no processo de conscientização sobre a existência e o combate ao trabalho escravo e oferece uma sequência didática a ser realizada sobre essa questão. No item “Quer saber mais?”, local que costuma aparecer indicações sobre o assunto, só foi indicado contato de

⁹¹ Ao longo do trabalho usaremos o termo OIT para nos referirmos a Organização Internacional do Trabalho.

⁹² Luis Machado, representante da OIT no Brasil, destaca que não só países pobres vivenciam a realidade com esse tipo de trabalho, mas que há uma relação muito próxima entre a pobreza e a presença de trabalho em regime de servidão (NOVA ESCOLA, 2010).

peçoas citadas na reportagem e dois links de locais que discutem o trabalho escravo, sem indicação de livro e/ou artigos pertinentes a discussão efetuada.

Figura 12 – Sequência Didática sobre trabalho escravo da edição de abril/2010.



Fonte: Nova Escola. A Revista do Professor. Abril de 2010.

A imagem acima mostra a sequência didática proposta pela revista com a consultoria de Clarice Barreira Camargo (professora da Escola da Vila), que possui o intuito de mostrar as características da escravidão contemporânea no Brasil, as formas de combate a escravidão e a valorização dos trabalhadores.

Na edição de maio de 2010 o Continente Africano aparece na capa, em grande evidência (sendo a segunda edição analisada tendo a temática como Capa), mostrando a preocupação do texto em destacar o Continente africano.

Continente africano por justamente ser pouco conhecido (NOVA ESCOLA, 2010, p. 8)

A matéria foi escrita por Ana Rita Martins (autora de outras matérias analisadas), com a colaboração de Beatriz Vichessi⁹³ e Camila Monroe⁹⁴, com o intuito de auxiliar o professor a apresentar o Continente africano com informações atualizadas acerca da Economia, Política, História e Geografia. Destacam a importância econômica da África do Sul, o regime do Apartheid vivenciado no século XX e, colocam que hoje, todos seguem unidos pelo desenvolvimento do país; propõem a reflexão para o fato de que a África não deve ser vista somente como um local cheio de miséria, com economias falidas, repleta de animais selvagens, que além da África do Sul, outras regiões estão crescendo economicamente e que o Continente é muito diverso. Evidenciam o processo de urbanização das cidades africanas e que o mundo todo está de olho no Continente, pelo fato dele sediar pela primeira vez a Copa do Mundo. (NOVA ESCOLA, 2010).

Ordens de discurso presentes na matéria demonstram uma preocupação em mostrar que o Continente africano vai muito além de paisagens selvagens e clima quente, desde os anos de 1950 (com o fim da Segunda Guerra Mundial, período de busca por mais matérias-primas e combustíveis) o processo de urbanização está se intensificando, além do fato de que com o fim da Guerra Fria no final do século XX, o capitalismo se consolidou em muitos países africanos e muitas cidades passaram por grandes processos de desenvolvimento econômico. (NOVA ESCOLA, 2010). Temos presente também a intertextualidade constitutiva quando apresentam uma melhoria no Continente pela presença do capitalismo, trazendo assim um determinado posicionamento econômico, ideológico, além do fato de realizarem uma ampla defesa para a diversidade presente no Continente, buscando uma transformação na maneira de olhar para a África.

No início da matéria as autoras destacaram o fato de que ao longo do trabalho apresentariam diversos especialistas para auxiliar na compreensão do

⁹³ Jornalista que atuou na Fundação Victor Civita como redatora entre os anos de 2008 e 2015, possui formação em Comunicação Social (Jornalismo) e Sociologia. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/beatriz-vichessi-2237a111?originalSubdomain=br>. Acesso em: 10/08/2019.

⁹⁴ Estagiária da revista Nova Escola (informação apresentada pela Editora-chefe na abertura da edição).

Continente, apresentam Jean-Pierre Elong-Mbassi, geógrafo e urbanista de Camarões, o qual trata de graves problemas vivenciados na África, destacando um relacionado ao repasse de verbas, que acabam concentrando-se no governo federal, dificultando a administração municipal. Dentre os outros problemas vivenciados, há a falta de transporte público, o que dificulta o trânsito em grandes cidades; moradias precárias, falta de saneamento básico, devido a quantidade intensa de moradores nas cidades, sem que eles estejam preparados para isso, como destaca Rafael Sanzio ⁹⁵.

Mesmo o processo de urbanização sofrendo com vários problemas, muitos buscam lugares nas cidades, fazendo com que haja uma preocupação em investimentos e consolidação de um sistema de ensino, que possa formar mão de obra qualificada, além de precisar de planejamento político e social, assim como destaca Amailton de Azevedo, professor de História da África na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e também Isabel Medeiros, geógrafa e pesquisadora do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. (NOVA ESCOLA, 2010).

As autoras destacam na matéria o processo de ampliação das democracias pelo Continente. Fatores internos como, processos de independência, pressão de movimentos populares e organização de partidos, acentuaram o crescimento de democracias na África, um movimento lento, permeado até por guerras civis, como argumenta Pio Penna Filho (professor de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo – USP). Mais uma vez podemos evidenciar a presença da intertextualidade manifesta, por várias vezes a revista apresenta discursos externos para endossar e enaltecer aspectos da história africana, trazem o historiador Joseph Ki-zerbo dizendo que muitas famílias, antes mesmo da colonização votavam decisões importantes, evidenciando que a prática democrática é muito antiga no Continente e cita também Leila Leite Hernandez, especialista em África Contemporânea e professora do Departamento de História da USP, ao tratar da formação de grupos privilegiados economicamente na época da colonização que depois formaram partidos, criando regimes com partidos restritos e posteriormente, com o processo de abertura política, o qual tem contribuído para a formação de

⁹⁵ Especialista em Geografia africana e docente da Universidade de Brasília (UnB)

novos partidos, citando mudanças nesse sentido em Cabo Verde e Gana. Ainda refletindo sobre o Continente, a matéria chama a atenção para o fato de que se fala sobre a África no campo histórico quando lembrado do surgimento da humanidade em tal Continente ou quando da chegada dos europeus, com as Grandes Navegações, fazendo com que sua história seja vista em segundo plano, mas evidencia que o Continente é muito mais que isso, destacando o Reino do Congo, de Mali, a escrita egípcia, as práticas comerciais e mostrando que os africanos são protagonistas de sua história. (NOVA ESCOLA, 2010).

As ordens de discurso presentes evidenciam uma preocupação em demonstrar aspectos positivos acerca do Continente africano, apresentam, por exemplo, o crescimento econômico de muitos países africanos, depois dos anos de 1960 (período de independências de seus colonizadores) com forte exportação de petróleo e lembrando que o Continente possui uma quantidade destacável de ouro, diamante, urânio, o que o diferencia de outras partes do mundo. Países que exportam petróleo estão, aos poucos, investindo em infraestrutura, para desenvolvimento da economia local, mas, muitos países não possuem jazidas minerais e reservas de petróleo, o que faz com que a muitas nações passem por graves problemas econômicos e sociais. Ao final da matéria, no item “Quer saber mais?” a revista disponibiliza o contato de Amailton de Azevedo, Leila Leite Hernandez e Pio Pena Filho e fornece como bibliografia sete livros:

Figura 14 – “Quer saber mais?” – Edição de maio/2010.



Fonte: Nova Escola. A Revista do Professor. Maio de 2010.

Foi uma preocupação inicial das autoras e consequentemente da Revista, realizar uma matéria que buscasse outra compreensão do Continente africano, assim buscou citar diversos autores e ao final, apresentou uma bibliografia expressiva, diferente de outras publicações da revista. Analisando o discurso presente nessa matéria, por mais que o grande destaque tenha sido dado pelo fato da Copa do Mundo ser na África do Sul, foi uma abordagem que demonstrou a presença da descrição e interpretação com as práticas textual, discursiva e social, demonstrando uma preocupação de transformação de estruturas ideológicas e hegemônicas errôneas acerca da História da África, limitando-se as cadeias intertextuais e a coerência esperada de uma revista comercial que aborda questões educacionais. Ainda precisamos lembrar que a

Revista realiza tal abordagem no momento em que o Continente vai receber a Copa do mundo, ganhando assim um destaque mundial.

Finalizando em 2010 mais um período de análise iniciado em 2007, período de segundo mandato de Luis Inácio Lula da Silva, conseguimos perceber um aumento no número de abordagens da temática, tendo agora oito edições, contendo uma capa, trazendo uma estrutura textual semelhante aos anteriores, vocabulários que se repetem como “diversidade”, “preconceito”, “escravidão”. Conseguimos perceber uma intenção de transformação na forma como o ensino de história e cultura afro-brasileira é visto nas escolas e pela sociedade, como em uma das edições de 2007 que fala da importância da formação de professores para trabalhar de maneira efetiva o conteúdo que englobe a história e cultura africana e afro-brasileira, em outra edição de 2010 que problematiza a presença do trabalho escravo ligando justamente a fatores históricos que endossam a desigualdade vivenciada no país, mas deixam de destacar, por exemplo, a Lei n. 11.645/08 (já tratada anteriormente). Pensando na tridimensionalidade do discurso, não conseguimos perceber uma transformação, não há uma efetiva conexão com todo o ambiente externo que permeia esses anos, como o fato de ter acontecido a Conferência de Promoção da Igualdade Racial, em 2009; a promulgação da Lei Federal nº 12.288, de 20/07/2010, conhecida como Estatuto da Igualdade Racial, pensando somente em ações a nível federal.

Iniciando nosso segundo bloco de análise, com o início no primeiro mandato da presidente Dilma Roussef, no ano de 2011, somente uma publicação contemplou a temática e a revista segue o mesmo padrão da divisão das quatro grandes áreas: Capa, Seções, Sala de Aula e Reportagens. Na edição de outubro de 2011, no item Sala de Aula, na disciplina História é sugerido aos sextos e nonos anos trabalhar “o porquê da escravidão dos africanos no Brasil”, com o intuito de abordar os fatores que levaram os “portugueses a adotarem essa forma abominável de mão de obra, que marcou profundamente a nossa sociedade e deixou como herança o preconceito contra o negro” (NOVA ESCOLA, 2011, p. 76).

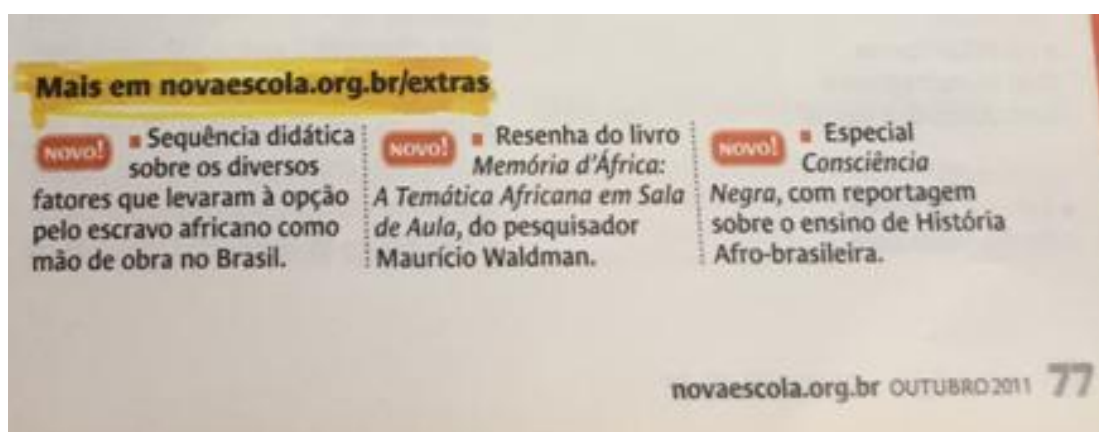
A matéria foi escrita por Heverton Nascimento⁹⁶ e busca auxiliar o professor de História ao tratar do processo de escravidão, explicando que a África não vivia nessa condição, além disso, cita Maurício Waldman, autor do livro *Memória d'África: A Temática Africana em Sala de Aula*, que destaca o fato de que na Baixa Idade Média povos europeus, de origem eslava, eram escravos nos reinos do Oriente Médio, mas que pelo fato do ensino de História ser eurocêntrico, não aborda essa escravidão praticada na Europa com e por europeus. (NOVA ESCOLA, 2011, p. 76).

O autor argumenta que o contexto de escravidão estava inserido na economia mercantilista e que os portugueses queriam obter muito lucro no processo de colonização e para isso precisavam de mão de obra disponível, tentaram escravizar os índios, mas eles não tinham o hábito do trabalho em prol da obtenção de lucro e também sofriam com doenças trazidas pelos europeus. Ele ainda explica a presença da escravidão presente em algumas ilhas africanas dominadas por Portugal e Espanha, Cabo Verde, Açores e Canárias, evidenciando que essa prática existia desde o século VII, com escravidão em pequena escala que acabou se intensificando com a ocupação dos Árabes na região norte do Continente africano, Portugal identificou esse comércio como lucrativo e trazendo esses escravos comercializados para o Brasil, obteria mais lucro ainda. Portugal também recebeu apoio da Igreja Católica, que não condenava a escravização do negro e até possuía escravos, consideravam o negro infiel e o viam como um ser inferior e não uma pessoa. Apresenta dados sobre o número de africanos trazidos “Estima-se que 4 milhões de africanos tenham desembarcado no Brasil entre 1550 e 1850, trazidos à força de seu continente, de regiões onde hoje estão Angola, Benin, Congo, Costa do Marfim, Guiné, Mali e Moçambique” (NOVA ESCOLA, 2011, p. 77).

Ao final a matéria sugere alguns extras presentes no site, como sequência didática, resenha do livro *Memória d'África* e Especial Consciência.

⁹⁶ Heverton Nascimento possui formação em Letras e atua como Jornalista há 21 anos, na revista Nova Escola atuou como freelancer, não foi efetivamente funcionário da revista, ou ao menos, não citou em suas experiências. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/heverton-nascimento-2a800589/>. Acesso em: 10/08/19.

Figura 15 – Extras indicados na edição de outubro/2011⁹⁷.



Fonte: Nova Escola. A Revista do Professor. Outubro de 2011.

Em nossa análise, pudemos perceber, mais uma vez, a presença do termo “escavidão” ao falar do Continente africano, é perceptível também a intertextualidade constitutiva e manifesta, ao trazer aspectos históricos e autores que trabalham com a temática. Mas, por mais que a matéria apresente um discurso que demonstre preocupação em problematizar a escravidão, evidenciando que ela existia na Europa, na África, ela não diferencia os tipos de escravidão existentes, para justamente trazer a grande diferença entre o que havia na África com o que foi vivenciado nas colônias portuguesas. Percebemos que no âmbito da prática social, o discurso não contribuiu para o processo de transformação e sim para a reprodução de hegemonias consolidadas, pois não trouxe as especificidades centrais da temática, seria de extrema importância explicar esse processo, desmistificando o africano como escravo e sim como escravizado, aquele que foi colocado nessa condição ao chegar em terras americanas.

Em 2012, dentre as dez edições publicadas, em nenhuma houve qualquer menção a temática foco dessa pesquisa, História e Cultura afro-brasileira e africana, entre os anos compreendidos em nosso recorte de pesquisa, é a segunda vez que todas as publicações de um mesmo ano não contemplam em nenhum momento a temática buscada para análise.

O ano de 2013 é um dos marcos no processo de reconhecimento, ao menos em termos de avanços nas políticas educacionais, dentro da questão do

⁹⁷ Muitos links disponibilizados nas matérias não estão mais disponíveis para acesso, justamente pelo fato da marca ter sido vendida e reformulada.

ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana, pois a sanção da Lei n. 10.639/03 e a criação da SEPPIR completam dez anos.

A Revista Nova Escola, no ano de 2013, apresenta a mesma estrutura de organização com as quatro grandes divisões, Capa, Seções, Sala de Aula e Reportagens. Duas edições contemplaram a temática, uma publicada em maio e outra em outubro. A edição de maio contempla na Capa (não como matéria de Capa) a grande área Sala de Aula e especificamente a disciplina de História com o seguinte título “Um novo olhar sobre a escravidão”.

A edição apresenta uma matéria com o seguinte título “Um olhar renovado sobre a escravidão”, escrita por Bruna Nicolielo⁹⁸, tendo como sugestão de trabalho a temática com os oitavos e nonos anos. A matéria mostrou a ação de três professores, Juliano Custódio Sobrinho (professor de História da Uninove), Jaqueline de Almeida (professora de História da EMEB Donald Savazoni) e Joicimara Frizarini (coordenadora pedagógica da EMEB Donald Savazoni).

A professora Jaqueline queria trabalhar com o 9º ano, EJA (Educação de Jovens e Adultos), a leitura de imagens sobre formas de trabalho e Juliano (que foi professor de Jaqueline em sua Graduação e atualmente é professor da Universidade Nova de Julho - Uninove) foi até a escola para auxiliá-la. Ele levou imagens que apresentavam quadros de Jean-Baptiste Debret e Johann Moritz Rugendas, com o intuito de desconstruir a imagem do escravo submisso, mostrando que os negros são sujeitos de sua história e que os quadros utilizados representam o olhar europeu acerca da população afro-brasileira e africana e não valorizam o negro como sujeito.

Ao final da matéria os professores se reuniram e refletiram sobre o trabalho realizado, inclusive sobre a importância de trabalhar imagens como fontes históricas e também de levar em consideração a vivência do aluno de EJA para entrar em uma temática histórica. O professor Sobrinho indicou vários sites para buscar imagens e ainda argumentou que trabalhar dessa maneira mostra aos alunos que as imagens são passíveis de interpretação, levando em conta seu autor, ano, contexto. (NOVA ESCOLA, 2013).

⁹⁸ Atua como jornalista na Editora Abril, tendo várias publicações na revista Nova Escola.

Diferentemente de outras edições, não houve ao final o item “Quer saber mais?”, no qual há indicação de contato de pessoas que apareceram durante a matéria e também é um espaço voltado para indicação de bibliografia que possa garantir um suporte teórico ao tema debatido. Percebemos um discurso preocupado em contemplar a prática social, pois apresentou o escravizado como sujeito de suas ações, evidenciando que não havia situação de conformidade com a escravidão praticada nas Américas.

Ainda no ano de 2013, na edição de dezembro⁹⁹, aparece mais uma vez o tema escravidão, dentro de um projeto na disciplina de História que foi campeão do Prêmio Victor Civita – Educador Nota 10 do ano de 2013.

A matéria com o projeto campeão consta na Capa da revista e foi escrita por Wellington Soares¹⁰⁰. O projeto premiado possui o intuito de fazer com que os alunos construam saberes sobre o período da escravidão no Brasil.

O professor João Paulo Pereira de Araújo da escola EE Justiniano Fonseca (distrito de Tebas, Leopoldina – MG), ao realizar uma sondagem em sua turma de 6º ano percebeu que eles possuíam pouco conhecimento acerca da escravidão, mesmo vivendo em um local na qual a história e cultura afro-brasileira é muito presente na história de vida de muitos, por serem filhos, netos e bisnetos de escravizados, nas práticas culturais como no festival de samba, entre outros. Pensando em mudar essa realidade dos alunos do 6º ano, o professor decidiu organizar um processo de exploração ao passado, fazendo com que eles utilizassem a pesquisa na internet, em jornais (usou especialmente exemplares do jornal *O Leopoldinense*, disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional) e entrevistas com a população local. Ao apresentar essa ação do professor, a revista destaca a professora Martha Abreu (Universidade Federal Fluminense) em sua fala de que esse tipo de trabalho permite que as crianças compreendam as origens das diferenças sociais étnicas presentes no Brasil. (NOVA ESCOLA, 2013).

A professora Antonia Terra de Calazans Fernandes (docente da Universidade de São Paulo) atua como selecionadora de projetos para o

⁹⁹ Essa edição contempla dezembro de 2013 e janeiro de 2014.

¹⁰⁰ Jornalista pela Universidade de São Paulo (USP), fez intercâmbio acadêmico para estudar Mídia e Jornalismo na Alemanha e apresentou os podcasts da série Fala Aí, Professor. Ganhou menção honrosa no Prêmio Vladimir Herzog em 2015 pela reportagem "Precisamos Falar sobre Romeo". Foi educador voluntário do Projeto Redigir e também voluntário, na revista Ocas". Foi editor da Revista Nova Escola.

Prêmio Victor Civita Educador Nota 10, ela destaca o fato de que é de extrema importância incentivar os alunos a analisarem diversos tipos de materiais, como fotos, biografias, gravuras, cartas, obras literárias, entre outros, mas é preciso que o professor problematize o contexto de produção das fontes,

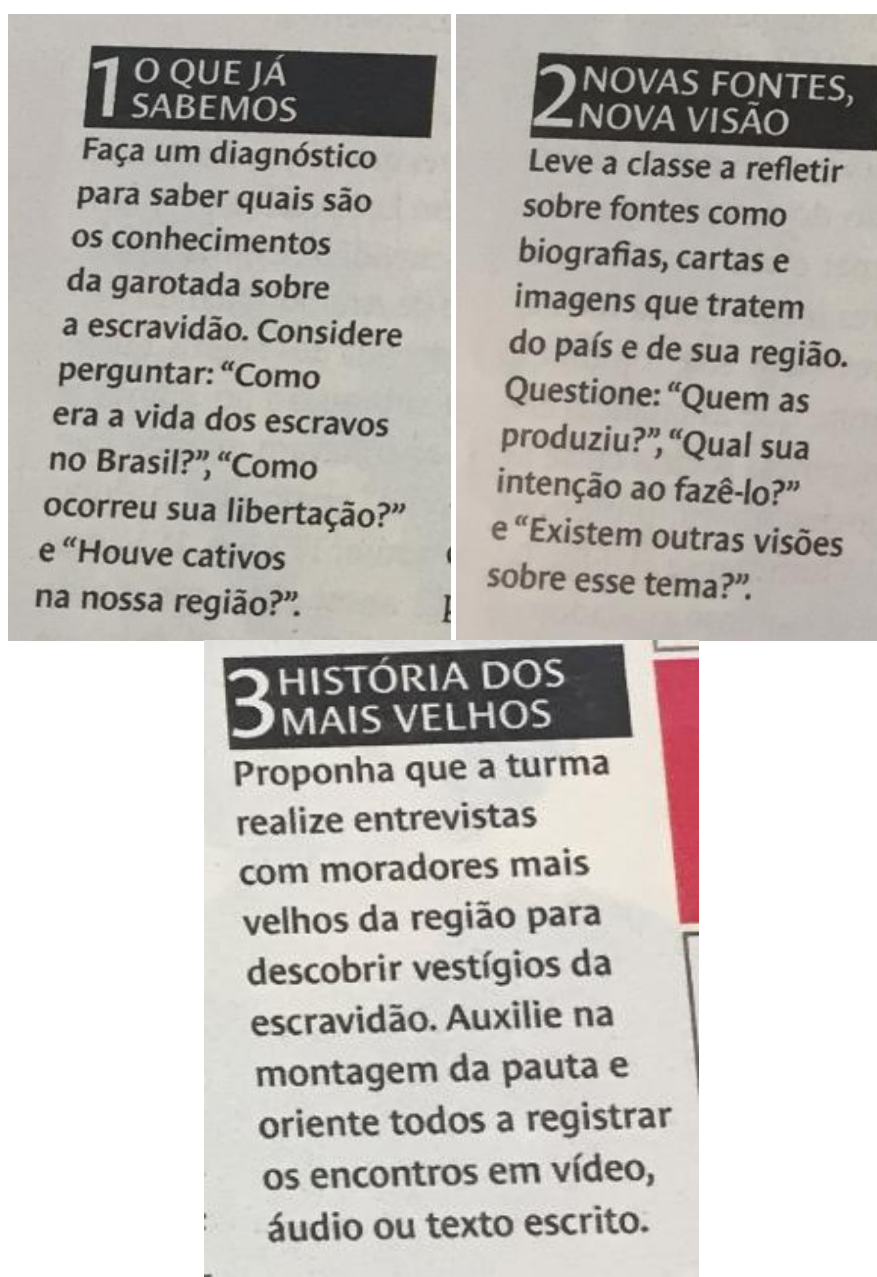
O objetivo é desconstruir o senso comum e aprender, por exemplo, que muitos cativos tinham papel ativo nas decisões sobre seu futuro e nem sempre eram vistos como mercadorias. Devem ser mostradas situações do cotidiano, como as de convívio familiar, sempre convidando a turma a refletir sobre as fontes analisadas, com perguntas como “Qual era a posição social do produtor desse material?” e “Quando ele foi produzido?”. A questão das punições precisa ser tratada com cautela. “Não podemos bombardear as crianças com imagens de sofrimento. Imagine como se sente um aluno negro diante disso”, defende Antonia. (NOVA ESCOLA, 2013, p. 52).

Ao longo do trabalho, os alunos reconheceram a diferença na escrita (com relação ao jornal *O Leopoldinense*), verificaram que em alguns anúncios procuravam escravos que soubessem ler o escrever, o que auxiliou na compreensão de que existia escravizados alfabetizados, ao contrário do que a sala pensava; em outras pesquisas identificaram que em 1888 seu município possuía a segunda maior população de cativos. Após as descobertas, foram organizando em sala, com o professor, as perguntas a serem realizadas nas entrevistas, tendo liberdade de mudanças no decorrer do processo, enriquecendo muito mais a aprendizagem com o que ouviram dos entrevistados,

Ao fim do projeto, o professor constatou que as visões estereotipadas do início tinham sido desconstruídas. O negro passou a ser visto como um ser humano completo, com distrações, afetos capacidade intelectual e desejo de ser liberto (NOVA ESCOLA, 2013, p. 53).

Enfatizando a coerência da prática discursiva da revista, desde o seu início no setor pedagógico, a matéria coloca que a intenção da Nova Escola em realizar a seleção de projetos, premiá-los e apresentar em uma edição da revista é fazer com que a abordagem seja utilizada por outros docentes, assim ao longo dessa publicação, nas laterais da página, a revista sugere três etapas para que a iniciativa do professor João Paulo possa ser colocada em prática.

Figura 16 – Sequência Didática sobre a escravidão.



Fonte: Nova Escola. A Revista do Professor. Dezembro de 2013.

Podemos identificar na matéria a intertextualidade manifesta, pois apresenta a ação de um professor premiado pela revista. A forma como o professor agiu, relacionando a história local com a história do Brasil e também da África mostra um discurso que teve como preocupação aliar a prática textual, discursiva e social. Só destacaríamos o fato de que, como em outras matérias, ao final não houve indicação de bibliografia acerca da temática discutida, somente a demonstração e o incentivo para que outros professores

possam realizar a mesma ação. O discurso presente é de valorização e também de responsabilização do professor, enaltecendo sua ação em prol de uma transformação social, valorizando a história local, ao mesmo tempo em que valoriza a História do Brasil e da África.

No ano de 2014, verificamos que quatro publicações passam pela discussão do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, nas edições de maio, junho/julho, setembro e novembro¹⁰¹. A revista segue com a mesma organização interna dividida em: Capa, Seções, Sala de Aula e Reportagens.

Na edição de maio em dois momentos da publicação a Revista aborda a temática, primeiro na Seção “Fala Mestre”, posteriormente na seção “Educação em Debate”. Na seção “Fala Mestre”, escrita por Rodrigo Ratier¹⁰², com o título “Não nascemos racistas, nos tornamos racistas” realiza uma entrevista com Pap Ndiaye¹⁰³, antes de iniciar as perguntas ele apresenta uma introdução trazendo as garantias constitucionais como o fato do racismo ser crime no Brasil e também existir como garantia o bem de todos os brasileiros, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Mesmo com essas garantias o racismo se faz presente em diversos setores sociais. Logo em seguida já insere o entrevistado, Pap Ndiaye, dizendo que ele já visitou o Brasil e que há muito que se fazer no combate ao racismo nas escolas, desde a Educação Infantil, em ações na rotina escolar e também com políticas públicas.

A entrevista caminha por comparações entre Brasil e França, abordando especificamente a origem do racismo, a presença dele na sociedade, a relação do racismo com a educação e formas de combater o racismo. Ao longo da entrevista Pap Ndiaye coloca diversas problemáticas envolvendo a questão do racismo, em nenhum momento ele apresenta uma solução imediata, ele coloca que é um processo, que ações como estudar a História da África e dos afro-brasileiros é um passo, mas não a solução. Ao ser questionado se é

¹⁰¹ A edição de dezembro de 2013 contempla também a de janeiro de 2014, a qual já trabalhamos anteriormente.

¹⁰² Professor universitário (curso de Jornalismo na Casper Líbero) e jornalista com 21 anos de experiência em mídia impressa (revistas) e digital (websites e redes sociais), com ênfase em educação. Foi editor editor da Revista Nova Escola por 10 anos. Doutor em Educação pela USP, com defesa de tese sobre o jornalismo de educação. Disponível em: <https://novaescola.org.br/autor/10/rodrigo-ratier>. Acesso em: 20 jul. 2019.

¹⁰³ Doutor em História, professor e pesquisador do Instituto de Estudos Políticos (IEP) de Paris, é especialista em Relações Raciais. Informações disponibilizadas na própria revista.

importante trabalhar filmes que abordam a questão da escravidão, ele responde que sim, mas coloca que é preciso “[...] criar situações e falar da atualidade para levantar o debate. O racismo não é o passado do Brasil ou da França, é o presente.” (NOVA ESCOLA, 2014, p.1). Nessa matéria notamos presente uma estrutura textual semelhante a outras edições, mas apresentando ordens de discurso diferentes, não há presente uma responsabilização do professor, ou uma solução imediata para a solução do racismo, mas sim uma proposta de discussão e reflexão. A presença na prática discursiva da intertextualidade manifesta é notada ao trazer a contribuição teórica e conceitual do entrevistado Pap Ndiaye.

Ainda na edição de maio, na Seção “Educação em Debate”, com o título “Combater a discriminação para promover a liberdade”, Leonardo de Sá¹⁰⁴ e Nova Escola trazem um debate acerca da presença da discriminação nos espaços escolares colocando que o combate a ela é uma meta do Plano Nacional de Educação e também um dever do educador como prevê a Constituição. A partir do fato trazido sobre a responsabilidade do educador, evidencia a importância da formação inicial e continuada para que o professor seja habilitado a lidar com diversas manifestações discriminatórias. Ele compara a preparação para discriminações ligadas a questões de sexualidade e a questão racial, colocando que para a questão racial alguns avanços foram dados como a Lei nº 10.639/03, documentações e materiais disponibilizados pelo MEC, mas mesmo assim coloca que ainda há muito a ser feito. Aqui notamos a forte presença da intertextualidade manifesta quando é apresentado um amparo em termos de legislação e documentos oficiais como fundamentais no combate a discriminação.

A edição de junho/julho apresenta um trabalho dentro da grande área Sala de Aula, especificamente na disciplina de Artes, com o seguinte título “O batuque do samba pede passagem”, foi escrita por Fernanda Salla¹⁰⁵.

¹⁰⁴ Leonardo de Sá Fernandes é formado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, em Dramaturgia e Atuação pela SP Escola de Teatro - Centro de Formação para as Artes do Palco. Foi repórter do canal universitário TV USP e das revistas Viva Mais! e Nova Escola. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/2843375/leonardo-de-sa-fernandes>. Acesso em: 20 jul. 2019.

¹⁰⁵ Não encontramos informações acerca da formação da autora, mas consultando seu nome no site Nova Escola verificamos que ela possui muitas publicações na revista e também

A princípio acreditávamos que ficaria em evidência, em algum momento da sequência didática a origem cultural e histórica do samba, mas isso não aconteceu em nenhum momento, houve somente a intenção de trabalhar os sons, a parte musical dos instrumentos e as variações do samba. O único momento que aparece algo relacionado acontece quando colocam que o samba é um ritmo brasileiro e na sequência didática solicitam ao professor que ele faça uma contextualização de sua origem e influências, mas não destacam a questão africana nesse momento, perdendo mais uma vez a oportunidade de valorizar a história e cultura africana e afro-brasileira. O enunciado apresentava as palavras samba, batuque, mas ao longo do texto não trataram de suas origens.

Figura 17 – Página de abertura da matéria.



Fonte: Nova Escola. A Revista do Professor. Junho/Julho de 2014.

Em outra edição de 2014, no mês de setembro, na Seção artigos, um professor de História da Educação da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), João do Prado Ferraz de Carvalho¹⁰⁶, apresenta um artigo “Ensino de História e cultura escolar: resistências no contexto de uma tradição

encontramos seu e-mail institucional, vinculado ao grupo Victor Civita, o que indica que ela era funcionária da Fundação.

¹⁰⁶ João do Prado Ferraz de Carvalho é Doutor em História da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e professor do Departamento de Educação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

inventada”, no qual discute a origem e constituição da disciplina de História no Brasil e também no mundo, enfatizando que ela, a princípio, preocupava-se em valorizar a influência europeia na formação do Brasil, excluindo a diversidade e a presença da população indígena e africana.

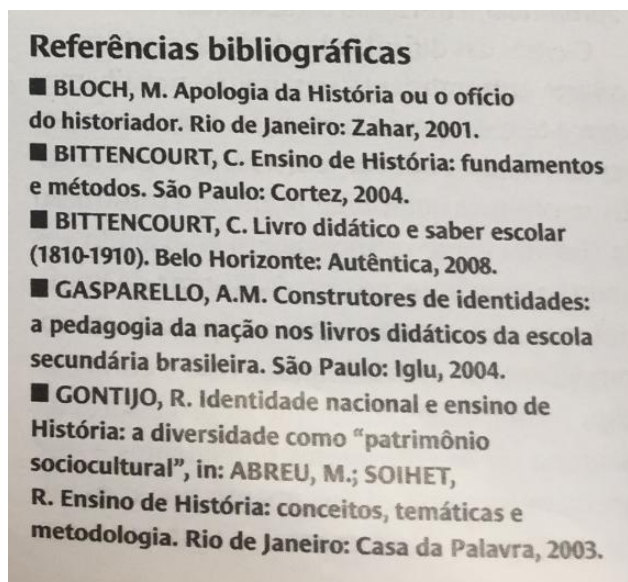
A preocupação do artigo, de acordo com o autor, João do Prado Ferraz de Carvalho, é fazer com que os professores reflitam e levem a reflexão de seus alunos acerca das permanências e mudanças no ensino de História no Brasil, destaca a forte presença do eurocentrismo na disciplina e a busca por superá-lo, já que vivemos em uma sociedade permeada pela diversidade em todos os âmbitos, evidenciando que a História possui como princípio o questionamento dos homens sobre seu presente e não se deve pensá-la presa no passado, mostrando assim que ela compreende um conhecimento dinâmico e que é preciso valorizar a diversidade cultural, citando inclusive a Lei 10.639/03.

Como escreveu Rebeca Gontijo, da negatização de nossa diversidade cultural, vista como problema pelas elites brancas no Brasil imperial, passamos nesse contexto de início do século 21 para um quadro no qual a nossa origem social multiétnica é vista como nossa qualidade, como um patrimônio sociocultural. As leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, que tratam da inclusão da História e da cultura africana, afro-brasileira e indígena no currículo das instituições de ensino, são exemplos das novas exigências da sociedade brasileira. (NOVA ESCOLA, 2014, p. 86).

No artigo, o autor utiliza diversos historiadores ao longo de sua discussão, Bloch, Bittencourt, Gasparello e Gontijo e ao final os apresenta em suas referências bibliográficas. Isso possibilita um importante embasamento teórico para a compreensão da historiografia brasileira, um importante suporte para que os professores compreendam a disciplina que lecionam, as lutas e interesses que fazem parte da sua constituição e a consciência de que é preciso superar o ensino de História pautado na Europa, nos heróis brancos que foram construídos e sim valorizar a presença dos indígenas, africanos e afro-brasileiros no processo de construção do país, de sua cultura, religião, sociedade, economia. O artigo reflete o discurso de um sujeito externo, a intertextualidade manifesta, com um vocabulário que destaca conceitos e termos históricos, demonstrando o professor e toda sua preocupação para com

um novo olhar acerca da historiografia, e a própria mudança de paradigmas dentro do pensamento histórico que passou a evidenciar outros povos e etnias.

Figura 18 – Referências bibliográficas do artigo.



Fonte: Nova Escola. A Revista do Professor. Setembro de 2014.

Já na edição de novembro a revista coloca como capa a Diversidade Étnico-Racial presente no Brasil, mostrando que tal questão "motiva professores e escolas a resgatar a contribuição negra na nossa cultura" (NOVA ESCOLA, 2014, capa).

Figura 19 – Capa da edição de Novembro de 2014.



Fonte: Nova Escola. A Revista do Professor. Novembro de 2014.

A matéria de capa foi escrita por Camila Camilo¹⁰⁷ e logo em sua página de abertura evidencia a Lei n. 10.639/03 e a obrigatoriedade da temática do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e como o professor deve trabalhar esse conteúdo sempre, não somente em datas comemorativas. É importante destacarmos que a revista justamente apresenta um discurso de que o conteúdo precisa estar inserido no contexto escolar, no mês de novembro, mês da Consciência Negra. O discurso proposto pela Revista é da busca por valorizar a história e cultura afro-brasileira, é evidente a intertextualidade manifesta ao trazer a legislação, aspecto externo, mas de grande importância para o contexto da prática discursiva.

Logo no início da matéria a autora chama a atenção para o fato de poucos brasileiros declaram-se negros (8,1%, em comparação a pardos, 45% e brancos 46,1%) e coloca como fator a crença de que por vivermos em uma sociedade com forte herança da escravidão, se declarar de pele clara ou escura colocaria os indivíduos em uma posição mais ou menos privilegiada.

¹⁰⁷ Camila Camilo possui Graduação em Comunicação Social e Mestrado em Educação, dentre suas experiências profissionais atuou como repórter na revista Nova Escola entre os anos de 2012 e 2015, atualmente atua como coordenadora da área pedagógica na Associação Nova Escola, desde 2018. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/477801/camila-neves-camilo>. Acesso em 10/08/19.

Destaca a legislação, a inclusão do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, visando construir relações raciais mais saudáveis. Problematisa a importância da formação (depois de 11 anos da Lei n. 10.639/03) para que o professor possua conhecimentos que possam superar equívocos relacionados ao Continente africano e toda a contribuição possibilitada na construção do Brasil. Aborda o fato de que muitos cursos não oferecem disciplinas na formação inicial e há pouca disponibilidade de formação continuada na rede pública e para isso coloca que muitos núcleos de estudos, grupos de pesquisas possibilitam cursos na área, além de muitos materiais disponíveis na internet, que seria um importante suporte na superação de pensar acerca desse conteúdo somente no dia 20 de novembro. (NOVA ESCOLA, 2014).

Ao longo da matéria a autora chama atenção para o fato de que no Brasil o racismo é muito presente, com características muito fortes e marcantes, que se faz presente nas relações sociais, econômicas, religiosas e culturais. Pensando em toda essa realidade, é preciso ter um novo olhar sobre a real contribuição do povo africano em diversos setores de nosso país, vendo na escola um importante espaço de compreensão e aprendizagem sobre os africanos e afro-brasileiros. Entre as referências citadas na matéria Lilia Schwarz, Suelaine Carneiro (diretora do Geledés Instituto da Mulher Negra), Valter Silvério (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal de São Carlos, UFScar) (NOVA ESCOLA, 2014.)

A revista apresenta exemplos de escolas que passaram a colocar o conteúdo em seu Projeto Político Pedagógico¹⁰⁸, ofertando sequências didáticas para as disciplinas de Geografia e Artes, além de colocar o site da Nova Escola como referência.

Figura 20 – Sugestão de material que pode ser consultado no site da Revista Nova Escola.

¹⁰⁸ Passaremos a colocar somente PPP ao nos referirmos ao Projeto Político Pedagógico.



Fonte: Nova Escola. A Revista do Professor. Novembro de 2014.

Mais uma vez o discurso da revista apresenta sujeitos externos engajados para trazerem especificidades da temática do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e endossar a importância de tal conteúdo, o primeiro exemplo trazido na matéria é da escola EE Malê Debalê que surgiu na sede do bloco Malê Debalê, grupo de afoxé, quando moradores da região buscaram a Secretaria Municipal de Ensino de Salvador devido a demanda por uma escola de Educação Infantil e Fundamental I. Nessa escola a legislação consta do PPP e também é uma preocupação por toda a herança africana vivenciada pelos alunos cotidianamente, além de estar em um contexto de vulnerabilidade social, mostrando a importância de se trabalhar para que possam superar a realidade de exclusão e inferioridades impostas. Buscam trabalhar literatura que trazem o negro como personagem central, autorretratos que enfeitam as paredes, cartazes que demonstram movimentos de luta que envolvem personagens negros, entre outras ações que valorizem a história e cultura afro-brasileira e africana.

Ainda realizaram um projeto sobre blocos de afoxé de Salvador, inclusive do que a escola recebeu o nome, Malê Debalê, trazendo sua origem,

músicas, sons, roupas, fazendo com que os alunos organizem exposições sobre os grupos.

Outro exemplo apresentado é da EE José Calil Ahougi, de Juiz de Fora, Belo Horizonte, que também incluiu em seu PPP, além disso, incluiu no currículo de tempo integral a disciplina Estudos Antropológicos, que busca valorizar a diversidade e demonstrar que há diferentes maneiras de se organizar socialmente, evitando o olhar de exclusão ou exótico para com o diferente; também instituiu um projeto interdisciplinar chamado África Brasil, dentro desse projeto destacam a Congada realizada na escola desde 2007 e que possui forte relação com a cultura local, além de fazer com que em sala as crianças possam realizar leituras e discussões que contribuam para mudar a figura do negro enraizada socialmente, colocando como sujeito ativo de sua própria história. (NOVA ESCOLA, 2014).

Como último exemplo de ações em escolas, a matéria apresenta a EMEF Governador Ildo Meneghetti, em Porto Alegre, especificamente a professora de Geografia, Rúbia Aparecida Cidade Borges, que percebeu observações negativas de seus alunos quando indagados em um formulário entregue por ela sobre o Continente africano. Para superar essa visão, a professora apresentou, com o material dos livros e mapas, a diversidade de paisagem, etnia, idiomas presentes no Continente africano, apresentou o poema *Vozes d'África* de Castro Alves e o filme *Hotel Ruanda* e problematizou o que os materiais abordam. Para finalizar realizou um trabalho com os alunos sobre Sudão (sua cartografia, condições políticas e econômicas) e ao final entregou o mesmo formulário inicial e mostrou uma visão mais madura da turma, não vendo mais o Continente como sendo homogêneo em todos os aspectos.

Para concluir, todos responderam ao mesmo enunciado do começo do trabalho. Se na primeira versão eles citavam a África como um território homogêneo sem questões socioeconômicas relevantes, o texto final mostrou uma visão mais madura da turma. Stephanie Silva, 15 anos, escreveu: “É um continente com predominante clima tropical”, Já sua colega, Lúcia Helena Soares, 15 anos, registrou: “Os colonizadores não respeitaram a diversidade étnica e partilharam o continente” (NOVA ESCOLA, 2015, p. 35)

Figura 21 – Alunos participando do processo de estudos sobre o Continente Africano, Edição de Novembro de 2014.



Fonte: Nova Escola. A Revista do Professor. Novembro de 2014.

Como suporte teórico para a matéria, além dos professores das turmas apresentadas das cidades de Salvador, Juiz de Fora e Porto Alegre, apresenta Juliano Sobrinho (Universidade Nove de Julho - Uninove), Solange Penna (responsável pela Comissão Permanente de Diversidade da Secretaria Municipal de Educação de Pinhais, Paraná), Valter Silvério da UFScar, Sueli Furlan, (professora do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo), que evidenciavam a importância de recorrer a diversos materiais como livros, mapas, vídeos, reportagens que demonstrem o negro como protagonista de sua História no Continente africano e no Brasil, na busca pela superação de preconceitos. (NOVA ESCOLA, 2014).

Pensando no destaque que foi dado a formação de professores, conseguimos perceber presente a prática textual trazendo termos específicos como "diversidade", "racismo", "ensino de história e cultura afro-brasileira",

dentro da prática discursiva é clara a intertextualidade constitutiva e manifesta ao trazer discurso de valorização do conteúdo embasado por teóricos e exemplos de ações de professores, além do processo de cadeias intertextuais, mostrando que a forma de se pensar e trabalhar esse conteúdo apresentado pela revista pode sofrer transformação e de coerência mostrando que o consumo do discurso trazido pela revista levará em consideração a realidade da escola, do professor que utiliza tal material. Refletindo sobre a prática social é evidente no texto a problematização da formação de professores, pois além do conteúdo em termos de legislação mudar, é preciso que o professor possa ter acesso a um suporte teórico para trabalhar o conteúdo, evidenciando assim a presença da prática social. Como já até destacamos é importante perceber que o discurso da revista é de que essa temática precisa estar inserida no cotidiano escolar, sem ser lembrada somente em datas específicas, mas a própria revista apresenta essa discussão no mês de novembro, aqui ainda podemos perceber que o processo de transformação ainda não se faz presente, pois a matriz social de discurso apresenta uma reprodução de hegemonias já consolidadas.

A prática discursiva presente na publicação buscou demonstrar ações em prol de um novo olhar sobre o Continente africano, propondo relações com sujeitos externos que realizaram novas abordagens acerca do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, mas, ao final da matéria, não consta as referências bibliográficas utilizadas e nem indicação de suporte teórico para trabalhar a temática nas escolas.

Finalizando o ano de 2014, ainda na edição de novembro, na seção Sala de Aula, na disciplina de Arte a revista contempla a seguinte matéria “Qual é a cor da cor da pele?”, mostrando alunos que exploram a variedade de tons e feições enquanto discutem diversidade, escrita por Priscilla Cardoso¹⁰⁹.

O professor Anderson Pinheiro Santos, da escola Conviver (Jaboatão do Guararapes, região metropolitana de Recife) iniciou um trabalho com retratos em suas aulas e pediu para que os alunos lembrassem de alguém e buscassem desenhar seu rosto, levando em conta suas características como

¹⁰⁹ Priscilla Cardoso possui Graduação em Comunicação Social (Jornalismo) e atuou como repórter freelance no Grupo Abril entre os meses de novembro e dezembro de 2014. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/cardosopriscilla/?originalSubdomain=br>. Acesso em: 15/08/2019.

olho, boca, pele e com isso veio o problema da cor do rosto e de que cor usar, já que os rostos são tão diversos. O professor aproveitou o momento e discutiu com os alunos sobre a diversidade e possibilidade de reprodução de cores e formatos, leu com a turma *O Livro das Caras* e mostrou ilustrações de gente de diversos tipos e tons que compunham as páginas. Permeando essa discussão, a reportagem insere o discurso de Eliana Gomes Pereira Pougy (especialista em Linguagens da Arte pelo Centro Universitário Maria Antonia e mestre em Educação pela USP) que coloca a problemática de que alguns materiais industrializados acabam reproduzindo estereótipos como quando colocam que a cor de pele corresponde a pele branca e europeia. (NOVA ESCOLA, 2014).

O professor então foi trabalhando a diversidade de rostos, o fato de que cada pessoa possui sua singularidade, fazendo com que pessoas sejam parecidas, mas não exatamente idênticas, possuindo suas características próprias. Aproveitando essa valorização da diferença, o professor inseriu o debate sobre questões raciais, iniciando a discussão sobre o que os alunos entendem por preconceito e como um exemplo do próprio material (que possui cores ligadas aos brancos quando falado sobre tom de pele) que exclui a diversidade racial.

Mais uma vez, o discurso apresentado pela revista possui o embasamento de uma especialista convidada, Laila Sala (coordenadora de projetos educativos do Centro de Convivência Educativa e Cultural de Heliópolis) que justamente enfatiza o fato de que o preconceito tem raízes no período da escravidão vivenciado em terras brasileiras, mas que ainda hoje é um problema grave em nossa sociedade e que a Educação precisa debater essa problemática, além de apresentar a ação de outro sujeito externo, o professor Anderson.

A reportagem continua apresentando o trabalho do professor, que mostra aos alunos produções artísticas que valorizam a diversidade de formatos de rostos, de tons de pele, e insere o discurso de Laila valorizando a ação do professor que aproxima a Arte com questões sociais de seu tempo.

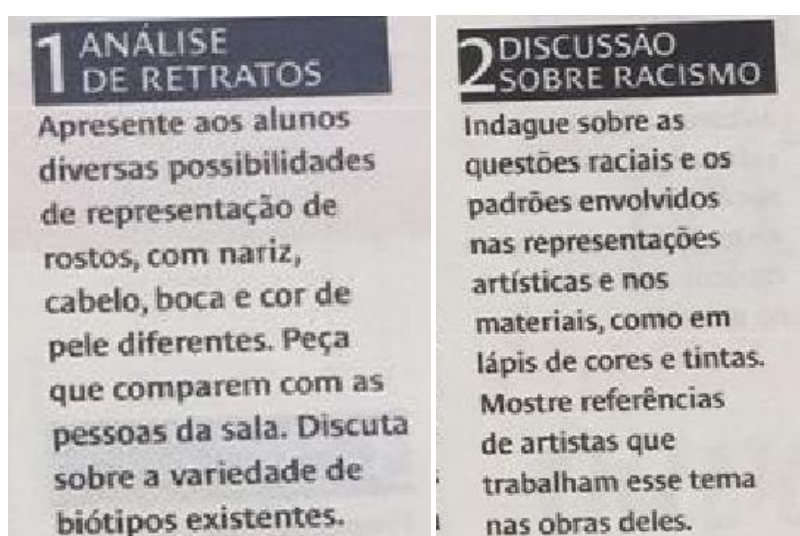
Para finalizar a atividade, os alunos realizaram misturas de tintas e produziram diferentes tonalidades de peles e também diversos formatos de rostos, bocas, narizes, produzindo retratos e autorretratos que depois foram expostos na escola e puderam compreender que usar tons de bege ou rosa

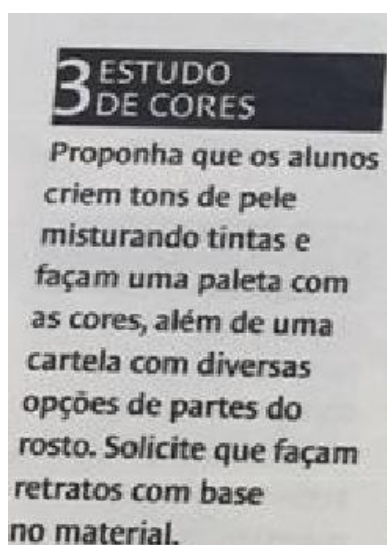
não corresponde a diversidade de tonalidades de peles encontradas na sociedade.

Também aprenderam que por trás desse tipo de padrão existe uma série de questões sociais e culturais envolvidas, que precisam ser debatidas para que preconceitos e estereótipos não sejam perpetuados. Dessa forma, chegaram à resposta para a pergunta-título desta reportagem: a cor da cor da pele é a cor que a pele de cada um tem. (NOVA ESCOLA, 2014, p. 44).

Apresentando a mesma estrutura textual de várias outras edições, a reportagem sugere uma sequência didática para que outros professores possam realizar a atividade na disciplina de Arte e como sugestão de material, somente os que aparecem ao longo da reportagem, não há especificidade de referências bibliográficas.

Figura 22 – Sequência Didática para a disciplina de Arte.





Fonte: Nova Escola. A Revista do Professor. Novembro de 2014.

Em mais uma edição é nítida a intertextualidade manifesta, trazendo discursos externos para a discussão da temática e também ordens de discurso que focalizam na ação do professor.

Encerrando mais um ciclo de análise, agora dentro dos quatro anos do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, conseguimos perceber que o número de edições e de seções que contemplam o conteúdo de História e Cultura afro-brasileira teve um crescimento comparado aos anos anteriores, foram sete edições (ainda que no ano de 2012 a temática não tenha sido abordada em nenhum momento) que em algumas a discussão apareceu mais de uma vez. O termo “escravidão” foi recorrente nas edições analisadas, a estrutura textual seguiu padrões da revista, deixando clara a presença da intertextualidade constitutiva e manifesta. Esteve presente ordens de discurso que buscassem um novo olhar acerca da história e cultura afro-brasileira e africana, como nas edições de 2013, 2014, mas ainda se fez presente hegemonias já consolidadas como em 2011 ao tratar da escravidão, o olhar partiu do europeu, não adentrando na questão da diferença de escravidão existente no Continente africano e na que foi praticada pelos europeus na América. Algo que julgamos relevante em destacar foi a citação da legislação e de suporte teórico disponível em documentos oficiais em várias edições, ligando assim a prática textual, discursiva com a prática social, visto que durante o mandato da presidenta, em continuação ao mandato de Luis Inácio Lula da Silva, ações afirmativas foram implementadas, Lei n. 12.711/2012

conhecida como Lei de Cotas, a terceira edição da Conferência de Promoção da Igualdade Racial, em 2013, que celebrou dez anos de criação da Seppir e da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, fazendo inclusive um balanço desses dez anos, além de trazer para discussão a construção de um Brasil sem racismo e Lei n. 12.990/14 que reserva aos negros 20% de vagas para cargos no funcionalismo público (empresas públicas e empresas administradas pela União) via concursos.

Fechando o ciclo de análises, temos os anos de 2015 e 2016, segundo mandato da presidente Dilma, interrompido pelo processo de impeachment. No ano de 2015, duas publicações contemplaram algo próximo da temática, as edições de junho/julho e setembro.

A edição publicada em junho/julho apresenta uma configuração um pouco diferente, possuindo as seguintes grandes áreas: Capa, Seções, Sala de Aula, Reportagem e como novidade uma parte chamada “No site”, contendo chamada para que os professores acessem planos de aula disponibilizados. Essa edição destaca na disciplina de História para o Fundamental I, a análise dos hábitos alimentares e como eles podem ser importantes documentos históricos.

O discurso presente na Revista é proveniente de um sujeito interno, um jornalista próprio, de Wellington Soares¹¹⁰ que apresenta a alimentação como um importante ponto de partida para conhecer sociedades e suas culturas ao longo do tempo. Alguns estudiosos da área são citados como, Gilberto Freyre e Luís da Câmara Cascudo enfatizando que a alimentação brasileira foi formada pelas tradições de três principais povos: indígenas, europeus e africanos. A referência aos africanos só é feita quando falado da feijoada (mesmo que a revista coloque um adendo considerando que sua origem ainda permanece desconhecida, pois a mistura de feijão com carne já era feita pelos europeus) e quando falam da farinha de milho e mandioca, em outros momentos só é destacada a influência europeia e indígena, essa última ainda em menor proporção. Destaca-se também a influência desses povos nas diversas regiões

¹¹⁰ Jornalista pela Universidade de São Paulo (USP), fez intercâmbio acadêmico para estudar Mídia e Jornalismo na Alemanha e apresentou os podcasts da série Fala Aí, Professor. Ganhou menção honrosa no Prêmio Vladimir Herzog em 2015 pela reportagem "Precisamos Falar sobre Romeo". Foi educador voluntário do Projeto Redigir e também voluntário, na revista Ocas". Foi editor da Revista Nova Escola. Disponível em: <https://novaescola.org.br/autor/11/wellington-soares>. Acesso em: 20 jul. 2019.

brasileiras, evidenciando que no Sul do Brasil a influência europeia é maior e no Nordeste a indígena e africana predominam. Os alimentos destacados na reportagem são o tradicional arroz, feijão, carne e salada, com influência europeia e indígena e hambúrguer de fast-food, com influência norteamericana. (NOVA ESCOLA, 2015).

Figura 23 – Tradicional prato de arroz e feijão trazendo referências asiática, europeia e indígena.



Fonte: Nova Escola. A Revista do Professor. Junho/julho de 2015.

Ao término da reportagem aparece uma ação realizada na EMEF Martinho Lutero, em São Lourenço do Sul na qual a diretora realizou um projeto solicitando aos alunos que trouxessem receitas familiares, os alunos levaram receitas de influência da colonização pomerana (região entre o norte da Alemanha e da Polônia), mostrando que elas serviram para a construção de uma memória importante e conhecimento acerca da história de suas famílias.

O discurso presente nessa edição, no início evidenciou a diversidade na constituição da alimentação do povo brasileiro, possibilitando um processo de transformação, mas ao final, com a representatividade de uma ação realizada em uma escola da região Sul do Brasil, recebeu maior destaque a influência europeia. Por se tratar de uma região do Brasil na qual a influência europeia prevalece, é muito importante a valorização da cultura local, com os pratos

trazidos pelas crianças, mas para buscar uma efetiva valorização da pluralidade existente no Brasil e no cotidiano do brasileiro, seria importante destacar também a influência africana e indígena o que favoreceria o processo de valorização da história e cultura afro-brasileira e africana. Assim, mais uma vez hegemonias consolidadas, como da valorização da cultura e história europeia em detrimento da africana, afro-brasileira e também da indígena (no caso específico). Percebemos também, a intertextualidade constitutiva e manifesta presente, o autor apresenta sua discussão e usa como embasamento autores de referência.

Na edição de setembro, há também uma pequena mudança na organização da revista, apresentam-se as seguintes seções: Capa, Seções, Sala de Aula, Reportagem, Gestão Escolar, Em novaescolaclub.org.br (conteúdo disponibilizado para qualificação de professores e gestores, oferecendo uma palestra) e Correções da edição.

Tratando especificamente do discurso presente nessa edição, consta o seguinte título para a matéria “De onde viemos e como chegamos aqui”, dentro da seção Sala de Aula, disciplina de História (4º ano), escrita por Bruna Escaleira¹¹¹. O discurso presente na reportagem busca tratar a trajetória de estrangeiros e migrantes para colaborar no processo de integração em seu novo país. Logo no início da reportagem aparece o termo “miscigenação” e o fato de que “todo brasileiro carrega em suas raízes um pouco de indígena, africano ou europeu” (NOVA ESCOLA, 2015, p. 29).

A matéria apresenta o fato de que o Brasil possui uma fama de receber bem os estrangeiros, mas a reportagem evidencia que ao longo da história do Brasil podemos encontrar relatos de casos de discriminação contra imigrantes, como com italianos, alemães e japoneses no final do século XIX e início do século XX. É citado o exemplo de Cláudio Marques, diretor da EMEF Infante Dom Henrique, que percebeu situações de bullying dos colegas brasileiros aos alunos estrangeiros e para resolver tal questão, buscou trabalhar com projetos que valorizavam o respeito, a tolerância e também a história de cada aluno e de sua família, ao final, a matéria destaca que todo esse trabalho possibilitou o fim das agressões entre os alunos. (NOVA ESCOLA, 2015.)

¹¹¹ Bruna Escaleira é formada em Comunicação Social (Jornalismo) pela USP e atuou como editora na revista Nova Escola entre os anos de 2015 e 2016.

Notamos que a estrutura textual da matéria é bem semelhante a várias outras e não tratou especificamente da presença do povo africano e afro-brasileiro, inclusive ao citar situações de discriminação, exclusão, não chamou atenção para o grande problema vivenciado no país, a forte presença do racismo entranhado na sociedade brasileira, mas, buscou passar como mensagem principal a importância da valorização da diversidade brasileira. Ao final não há indicação de contatos ou referências bibliográficas que possam auxiliar teoricamente a ação dos professores.

Finalizando a análise, temos o ano de 2016, suas edições apresentam uma estrutura similar, com os seguintes itens: reportagem de capa; sete seções - Caro educador (sempre feita pelo editor da revista ou outro representante da revista); entre colegas (com participação de um professor que atua em escola de Educação Básica); Em dia (convidados são trazidos para discutir alguma questão atual do campo educacional); Imperdível (alguma representante da revista apresenta sugestões de livros, filmes, podcasts, vídeos, exposições para professores); em algumas edições temos uma seção voltada para uma abordagem da Psicologia da Educação, tendo Telma Vinha como responsável¹¹² e também uma de reflexões de Lino Macedo. Além das seções, em toda edição há o item Sala de Aula com orientações específicas para trabalhar em sala com os alunos, tendo em cada edição disciplinas diversas e em algumas ainda disponibilizam algumas reportagens.

Nas edições de maio, outubro e dezembro não verificamos nenhum item que possa ter trabalhado algo que tivesse relação com a temática. Na edição de fevereiro de 2016, somente no item Sala de Aula para a disciplina de Português, voltada para o 9º ano, escrita por Bruna Escaleira¹¹³, Jacqueline Hamine¹¹⁴ e Anna Rachel Ferreira¹¹⁵, aparece como sugestão trabalhar o livro *O Cortiço* (de Aluísio Azevedo (1857-1913), publicado em 1890, e *Fiel*, de Jessé Andarilho, lançado em 2014 e *Fiel* para discutir a História do RJ, por

¹¹² Professora de Psicologia Educacional da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

¹¹³ Autora que apareceu em outras edições, Bruna Escaleira é formada em Comunicação Social (Jornalismo) pela USP e atuou como editora na revista Nova Escola entre os anos de 2015 e 2016.

¹¹⁴ Atua com Design Gráfico, possui formação técnica em Artes Gráficas / pré-impressão pelo SENAI Theobaldo de Nigris, Graduação em Design Gráfico pelo Centro Universitário Belas Artes e Pós-graduação de Design Editorial - IED São Paulo - Istituto Europeo di Design.

¹¹⁵ Citação abaixo. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/jacqueline-hamine-86094113/?originalSubdomain=br>. Acesso em: 10/01/2020.

conta das Olimpíadas. É proposta uma análise e debate com a turma sobre os dois livros, deixando em evidência as favelas, sua origem, características, mas sem se aprofundar na questão histórica e cultural.

Em março 2016 não há abordagem específica da temática, somente na seção Imperdível, por NOVA ESCOLA e Anna Rachel Ferreira¹¹⁶, aparece como sugestão de referência ao professor o clipe da música Formation da cantora Beyoncé, que evidencia diversos marcos do movimento negro nos EUA.

Já na edição de abril de 2016, mais uma vez na seção Imperdível, por Paula Peres¹¹⁷, aparece como sugestão para leitura o livro O rei mocho (que faz parte da série Contos de Moçambique) e apresenta versões de uma história tradicional africana sobre a origem da mentira.

Ainda no mês de abril, além dessa sugestão, no item Sala de Aula, voltado para a disciplina de História com o 8º ano, Wellington Soares¹¹⁸, Patrick Cassimiro¹¹⁹ e Monise Cardoso¹²⁰ com o título “A nova história dos velhos quilombos” discutem sobre o fim de estereótipos sobre comunidades quilombolas. Os autores buscam falas externas para mostrar que quilombos possuem muitas semelhanças com outros ambientes rurais; os quilombolas não ficavam isolados; os quilombos eram grandes lugares de resistência e se tornavam moradias efetivas de diversos escravizados. Os autores apresentam Waldson de Souza que desenvolve um trabalho com crianças e adolescentes quilombolas em oficinas do projeto Autorretrato - O Nordeste Que É a Nossa Cara e essas fotos foram usadas na reportagem. Como suporte teórico trazem a fala Martha Campos Abreu (professora da Universidade Federal Fluminense (UFF) que pesquisa a história do negro no Brasil), de Juliano Sobrinho (doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e que também pesquisa na área) e citam o livro *Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade* (Eliane Cantarino O'Dwyer) (NOVA ESCOLA, 2016). E ao final apresentam uma aula de História para o 8º ano, na escola EM

¹¹⁶ Presente em outras edições, Jornalista, atuou na Revista Nova Escola e em outras da Editora Abril. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/anna-rachel-marques-ferreira-73592643/?originalSubdomain=br>. Acesso em 10/01/2020.

¹¹⁷ Autora que já apareceu em outras publicações, como na de Setembro de 2016.

¹¹⁸ Autor que já apareceu em outras publicações, como na de Novembro de 2016.

¹¹⁹ Autor que já apareceu em outras publicações, como na de Setembro de 2016.

¹²⁰ Autor que já apareceu em outras publicações, como na de Novembro de 2016.

República de El Salvador, no Rio de Janeiro, na qual o professor Eric Brasil se apropriou dessa visão renovada sobre os quilombos no trabalho com a turma.

As edições dos meses iniciais do ano de 2016, exceto uma abordagem de abril, apresentam uma estrutura textual semelhante, inclusive nas três vezes que é tratada a temática, mesmo que de maneira secundária foi na seção Imperdível, como sugestão para leitura e ou para assistir, trazendo uma nova proposta de cadeias intertextuais, comparada a anos anteriores, sugerindo talvez que a temática pudesse estar mais familiarizada entre os leitores da revista. O discurso trazido em abril apresenta um vocabulário com termos inéditos nas abordagens da revista, “quilombos”, “quilombola”, em uma matéria que possui como princípio mostrar um trabalho de valorização da cultura e história local. Foi a primeira vez que é proposta uma reflexão sobre comunidades quilombolas e sobre a história de quilombos brasileiros, e como embasamento teórico apresentaram pesquisadores e seus estudos para um novo olhar dos quilombos e dos quilombolas, deixando evidente a intertextualidade manifesta e também uma prática social em busca de transformação de estruturas sociais.

A edição que contempla os meses de junho e julho de 2016 (momento que as revistas Nova Escola e Gestão Escolar saíram efetivamente da Fundação Victor Civita e passaram a fazer parte da Associação Nova escola) não apresenta uma discussão específica acerca do ensino de história e cultura afro-brasileira, mas sua matéria de capa, com o título “A aula além das ideologias” dos autores Rodrigo Ratier¹²¹, Pedro Annunciato¹²² e Patrick Cassimiro¹²³, propõe uma discussão acerca de ideologias e trata das aulas de História e a grande polêmica que a envolve, quanto à questão de “doutrinação” dos alunos, para isso a matéria aborda maneiras como a disciplina (enquanto ciência) foi sendo delineada ao longo dos tempos e cita o fato de que a partir da Escola dos Annales que negros, por exemplo, começaram a ganhar espaço na História do Brasil. A revista apresenta um discurso que podemos entender como valorização das ciências humanas, especificamente do conhecimento

¹²¹ Autor que já apareceu em outras publicações, como na de Agosto de 2016.

¹²² Jornalista formado na Casper Líbero, foi estagiário na Fundação Victor Civita e atualmente é repórter na Associação Nova Escola. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/pedro-annunciato-aa4166b9/?originalSubdomain=br> Acesso em: 10/01/2020.

¹²³ Autor que já apareceu em outras publicações, como na de Setembro de 2016.

histórico, o que vai em consonância a discussões externas em termos políticos (processo de julgamento do impeachment da presidenta Dilma que teve seu mandato encerrado no mês de agosto de 2016) e toda a discussão que se tornou bastante acirrada em torno do Programa Escola Sem Partido¹²⁴ que entende a escola e suas disciplinas, principalmente as ciências humanas como um lugar de disseminação de práticas ideológicas.

No mês de agosto, Na Seção Imperdível, Rodrigo Ratier¹²⁵ e Anna Rachel Ferreira¹²⁶ escrevem “Quando o funk dá aula de Educação” e não discutem especificamente sobre a história e cultura afro-brasileira, mas destacam o crescimento e a importância do funk, citando um show do grupo Dream Team do Passinho, no meio de um grande evento, o TEDxSãoPaulo, enfatizando que funk também pode ser importante para a educação e que essa manifestação é também um espaço na luta contra o machismo, a cultura de estupro e o preconceito.

Na mesma temática de agosto, no mês de setembro no item Sala de Aula para as disciplinas de Artes e Educação Física, com o título “Por que o funk é proibido nas escolas”, Wellington Soares¹²⁷, Paula Peres¹²⁸ e Patrick Cassimiro¹²⁹ trazem a experiência de um professor que resolveu trabalhar o

¹²⁴ Movimento que surgiu em 2004, criado pelo procurador do estado de São Paulo, Miguel Nagib com o intuito de garantir a liberdade de pensamento e o pluralismo de ideias de escolas brasileiras, já que no próprio site do movimento, afirmam que em muitas escolas estaria presente o processo de doutrinação, que professores não agiriam de maneira neutra, impondo suas ideologias políticas e sociais. (informações obtidas no site: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos/>, acesso em: 10/01/2020). É importante colocarmos que esse movimento propôs um Projeto de Lei em 2014, mas que foi arquivado e outros projetos dentro da temática foram propostos entre os anos de 2015 e 2018. A discussão foi intensificada com a candidatura e posteriormente eleição de Jair Bolsonaro, inclusive no início das atividades da Câmara, Bia Kicis (PSL/ DF) propôs um novo projeto, assegurando aos estudantes o direito de gravar aulas. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190752>. Acesso em 10/01/2020.

¹²⁵ Autor que já apareceu em outras publicações, Professor universitário (curso de Jornalismo na Casper Líbero) e jornalista com 21 anos de experiência em mídia impressa (revistas) e digital (websites e redes sociais), com ênfase em educação. Disponível em: https://www.linkedin.com/in/rodrigoratier/?locale=pt_BR. Acesso em 10/01/2020.

¹²⁶ Jornalista, atuou na Revista Nova Escola e em outras da Editora Abril. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/anna-rachel-marques-ferreira-73592643/?originalSubdomain=br>. Acesso em 10/01/2020.

¹²⁷ Autor recorrente em diversas edições, como na de novembro de 2016.

¹²⁸ Jornalista pela Universidade de São Paulo (USP), trabalhou com Educação antes mesmo de entrar na faculdade e foi educadora voluntária do Projeto Redigir por quatro anos. Disponível em: <https://novaescola.org.br/autor/13/paula-peres>. Acesso em: 10/01/2020.

¹²⁹ Jornalista goiano-brasiliense, formado pela Universidade de Brasília (UnB), se especializou na parte visual de revistas e na experiência da usuária em conteúdos digitais. Disponível em: <https://novaescola.org.br/autor/525/patrick-cassimiro>. Acesso em: 10/01/2020.

funk, Felipe Nunes, que atua na EE Professor Norberto Alves Rodrigues, na M'Boi Mirim, periferia da zona sul de São Paulo e a retaliação que ele sofreu por parte da escola e dos pais. A intenção do professor era analisar de forma crítica essa manifestação cultural, juntamente com seus alunos, já que o funk faz parte do cotidiano deles. Discutem a influência norte-americana da batida do funk, da dança e ao final trazem a fala de Ana Abrahão (doutoranda em música pela Unicamp) que trata da presença da cultura africana no funk e no samba, explicando que os movimentos do quadril originalmente não tinham relação com sexualização, que isso se deu no momento que as letras passaram a mencionar tal questão. Os autores colocam que a Diretoria Regional de ensino chegou a pedir para não expor o nome da instituição, mas a revista já estava sendo impressa, deixam claro que apoiam o funk e que ele deve estar presente nas escolas. (NOVA ESCOLA, 2016). As duas edições que contemplam o movimento cultural e musical do funk trazem um vocabulário inédito para a revista, é a primeira vez que é abordado o termo “funk” (exceto na publicação de junho/julho de 2009, quando trataram das favelas e citaram a presença do funk) relacionado a educação, além de destacarem a cultura africana presente em sua constituição, trazendo ordens de discurso em consonância com diversas pesquisas que buscam a inserção e valorização da cultura negra no Brasil, especificamente nas escolas e na sociedade.

Concluindo as edições de 2016, em novembro, no item Sala de Aula, Wellington Soares¹³⁰, Karina Padial¹³¹ e Lucas Freire¹³², escrevem acerca da escravidão na América latina com o título “Vergonha continental”. Os autores querem chamar atenção para o fato de que a escravidão de africanos não aconteceu somente na América portuguesa, mas também na América Espanhola, destacando a atual Cartagena, como sendo um dos lugares da região que mais recebeu escravizados africanos, realizando uma comparação de quantidade de escravizados, influências da cultura, história e religião negra. No comparativo, mostram também a função dos escravizados nas diferentes

¹³⁰ Jornalista pela Universidade de São Paulo (USP), mesmo autor da edição da matéria de capa de dezembro/2013. Disponível em: <https://novaescola.org.br/autor/11/wellington-soares>. Acesso em: 20 jul. 2019.

¹³¹ Cursou graduação em Jornalismo na PUC de São Paulo, pós-graduação em Jornalismo Multimídia na FAAP e extensão em elaboração e gestão de projetos sociais. Disponível em: <https://novaescola.org.br/autor/14/karina-padial>. Acesso em: 10/01/2020.

¹³² Estagiário na Associação Nova Escola. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/8542/expediente-edicao-288>. Acesso em: 10/01/2020.

regiões. Os autores colocam que esse olhar único para a relação somente entre Brasil e Europa será modificado com a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC)¹³³, que valorizará a relação também de outros países da América Latina com a Europa e a África. Ao longo da proposta trazem dados e utilizam o amparo teórico de Rafael Marquese¹³⁴, que estuda América Colonial e fala na reportagem sobre as formas de trabalho dos africanos na América Espanhola e de Ynaê dos Santos¹³⁵, que aborda o fato de que as tradições culturais e históricas africanas ao chegarem a América são ressignificadas, tendo diferenças entre as diversas regiões do Continente americano. (NOVA ESCOLA, 2016).

Ainda nessa edição, na seção Imperdível, com o título “Novos tempos, velhas opressões”, Larissa Darc¹³⁶, Monise Cardoso¹³⁷ e Gustavo Heidrich¹³⁸, indicam o filme *Chocolate* e partem para uma discussão trazendo o personagem Rafael Padilha, ex-escravo no século XIX que se tornou o primeiro artista circense negro da França, mas que aceitava apanhar em palco, pois as pessoas riam com isso e buscam a comparação com um negro no ano de 2016, colocando que muitos espaços antes não ocupados pelos negros começaram a ser ocupados, como universidades, teatros, mas está longe da igualdade e o que racismo é muito presente em toda a sociedade ainda.

Notamos que ao longo de 2016, as publicações, em grande maioria, foram produzidas por mais de um membro da revista (diferente de outros anos, já acontecia publicações conjuntas, mas não representavam a maioria). Das sete edições analisadas, que em algum momento tratavam de questões ligadas

¹³³ É de grande importância destacarmos que nesse momento o texto final da BNCC ainda não havia sido aprovado, para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, a BNCC só foi homologada no final de 2017.

¹³⁴ Professor de História da América Colonial na Universidade de São Paulo (USP) e autor de *Feitores do Corpo, Missionários da Mente - Senhores, Letrados e o Controle dos Escravos na América*

¹³⁵ Historiadora da FGV que estudou a relação entre espaço urbano e escravidão no Novo Mundo em seu doutorado

¹³⁶ Estagiária na Associação Nova Escola, cursa Jornalismo. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/larissa-darc/>. Acesso em: 10/01/2020.

¹³⁷ Única informação encontrada, estudante da área de Jornalismo, faz parte do blog Mulherias. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/author/monise-cardoso/> Acesso em: 10/01/2020.

¹³⁸ Jornalista formado pelas universidades de Brasília e Sevilla. Na Editora Abril colaborou como repórter e editor em diversos veículos. Participou da criação da revista GESTÃO ESCOLAR. Disponível em: <https://novaescola.org.br/autor/119/gustavo-heidrich>. Acesso em: 10/01/2020.

à história e cultura africana e afro-brasileira, somente três adentraram um pouco mais em discussões, tanto que trouxeram vozes externas para fundamentar o que a revista apresentava, tendo aparecido somente no item Sala de Aula. Pensando no vocabulário, trouxeram termos que quase não apareceram em outras edições como, “ideologia”, “funk”, “quilombo”, com discussões em prol de desconstruções de hegemonias já consolidadas. Foi também a primeira edição a citar a BNCC e sua nova proposta de pensar a escravidão presente na América, destacando não só a relação entre Portugal e África, mas também Espanha e África.

Encerrando mais um ciclo de análise compreendido entre os anos de 2015 e 2016, durante o segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff (encerrado em agosto de 2016 pelo processo de impeachment), notamos que no ano de 2015 as abordagens foram bastante superficiais pensando na temática analisada, em nenhum dos dois números analisados a história e cultura afro-brasileira foi tema central, mesmo tendo espaço para isso (por exemplo, quando trabalhado os hábitos alimentares e a influência africana não foi aprofundada). Já no ano de 2016, a estrutura textual sofreu algumas inovações, nada que destoe totalmente das edições anteriores, mas trouxe ordens de discurso que não foram presentes em outros anos, levando questões dentro da temática para o debate, apresentando pesquisas e posicionamentos que demonstram a valorização da história e cultura afro-brasileira e africana. O que não sofreu modificações foi o uso de termos que partem da ação do professor para resolução da problemática que envolve a população africana e afro-brasileira.

Finalizando o processo, compreendido entre os anos de 2003 e 2016, tendo como média de publicação dez edições anuais, teríamos um total de cento e quarenta publicações, analisamos um total de vinte e cinco revistas (tendo edições com mais de uma seção analisada, caso dos anos de 2009, 2014 e 2016) o que corresponde a uma análise de 17,85% do total de revistas publicadas. Analisando os materiais a luz da Análise Crítica do Discurso, verificamos que ordens de discurso já instituídas em nossa construção teórica (Legislação educacional; literatura acerca da temática; ações afirmativas empreendidas pelo governo; documentos e orientações curriculares oficiais) não estiveram presentes na maioria das edições e quando apareceram foi de

maneira superficial. O discurso da revista foi de apoio à inserção da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas e na sociedade como um todo, mas o que em alguns momentos acabava entrando em grandes contradições. Pudemos notar também a recorrência de textos externos para embasamento teórico.

Percebemos repetidamente durante a análise da prática textual, o uso de termos como “escravidão”, “diversidade”, “racismo” e também um vocabulário voltado para a responsabilização do professor para superação do de tais questões. A estrutura textual presente nas edições analisadas sofreu poucas modificações ao longo dos anos, prevalecendo artigos e reportagens escritos por membros do corpo editorial da Revista Nova Escola que muitas vezes buscaram referências de professores de escolas públicas, particulares renomadas e também de pesquisadores da área discutida; a escrita priorizou textos com palavras mais simples, utilizando manchetes para chamar atenção da temática, caracterizando uma mídia impressa.

Refletindo acerca da coerência presente, como colocamos em nossa análise, contradições se fizeram presentes, como ao trazer um olhar histórico para o processo de escravidão que ainda priorize o europeu e suas ações; sugerir o debate da temática em determinados meses e não inserir no cotidiano de publicações da revista; responsabilizar o professor e sua ação pela superação do racismo ou inserção de conteúdos que destaquem a história e cultura africana e afro-brasileira, sem problematizar e aprofundar a discussão sobre o processo de formação de professores; apresentar, poucas vezes a legislação pertinente, políticas de ação afirmativa e documentos oficiais que embasam a temática, entre outras ações.

Na maioria das edições, a revista acabou trazendo pensamentos hegemônicos de que tal conteúdo ainda é visto como algo exótico, que não faz parte do currículo e do cotidiano escolar, é uma preocupação constante da revista a importância de se discutir tal problemática social, educacional e econômica, afirmando que possui como intuito auxiliar no processo de mudança, mas ao analisar suas publicações ainda mantém uma forma específica de pensar, deixando evidente a presença do racismo estrutural.

Segue uma tabela com dados dos autores e outra com os anos e exemplares analisados.

Tabela 1 – Autores dos exemplares analisados.

<u>Autores</u>	<u>Profissão</u>
Ana Rita Martins	Jornalista
Anna Rachel Ferreira	Jornalista
Antonio Chizzoti	Coordenador do curso de pós-graduação em Educação/Currículo (participação em Fórum)
Beatriz Vichessi	Jornalista
Bruna Escaleira	Jornalista
Bruna Nicolielo	Jornalista
Camila Camilo	Jornalista
Camila Monroe	Estagiária em jornalismo
Débora Menezes	Jornalista
Elisângela Fernandes	Jornalista/Formação em Ciências Sociais
Fernanda Salla	Jornalista
Gustavo Heidrich	Jornalista
Heverton Nascimento	Jornalista/ Formação em Letras
Jacqueline Hamine	Design Gráfica
Jecinaldo Cabral	membro da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
João do Prado Ferraz de Carvalho	Doutor em História da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e professor do Departamento de Educação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)
Karina Padiál	Jornalista
Larissa Darc	Estagiária em jornalismo
Leonardo de Sá Fernandes	Jornalista
Lucas Freire	Estagiário em jornalismo
Lucimas Rosa Dias	Especialista em Educação e relações raciais e membro da Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados a Educação dos Afro-Brasileiros, do Ministério da Educação (participação na matéria de Débora Menezes)
Luiz Carlos de Menezes	Professor de Física na USP (escreve artigos de opinião na revista)
Maria José Feres	Secretária de Educação Fundamental do Ministério da Educação (participação em Fórum)
Monise Cardoso	Jornalista

Paola Gentile	Jornalista/Formação em Direito
Pap Ndiaye	Doutor em História, professor e pesquisador do Instituto de Estudos Políticos (IEP) de Paris, é especialista em Relações Raciais.
Patrick Cassimiro	Jornalista
Paula Peres	Jornalista
Pedro Annunciato	Jornalista
Priscila Cardoso	Jornalista
Rafael Marquese	Professor de História da América Colonial na Universidade de São Paulo (USP) e autor de Feitores do Corpo, Missionários da Mente - Senhores, Letrados e o Controle dos Escravos na América (contribuição na matéria “Vergonha continental”)
Roberta Bencini	Jornalista
Rodrigo Ratier	Jornalista e professor universitário do curso de Jornalismo
Waldete Tristão	Coordenadora pedagógica do Centro de Educação Infantil Jardim Panamericano e formadora de professores (participação na matéria de Débora Menezes)
Wellington Soares	Jornalista
Ynaê dos Santos	Historiadora da FGV que estudou a relação entre espaço urbano e escravidão no Novo Mundo em seu doutorado

Tabela 2 – Distribuição de exemplares analisados por ano e meses.

<u>Meses dos exemplares analisados</u>	<u>Ano</u>
Maio	2003
Novembro	2004
	2005
Setembro	2006
Janeiro/fevereiro	2007
Setembro e outubro	2008
Junho/julho e dezembro	2009
Abril e maio	2010
Outubro	2011
	2012
Maio e outubro	2013

Maio; junho/julho; setembro e novembro	2014
Junho/julho e setembro	2015
Fevereiro; março; abril; agosto; setembro e novembro	2016

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca por colaborar para a discussão sobre o processo de implementação da obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, analisamos a Revista Nova Escola, que esteve presente nas escolas brasileiras, por meio de convênios com Governo Federal, governos estaduais e municipais, nas décadas 1990 e 2000, com o intuito de verificar se o discurso apresentado por essa revista levava em conta o processo de inserção da população africana e afrodescendente na História do Brasil, sua luta contínua por reconhecimento de sua História, Cultura, Religião, a luz das mudanças no campo historiográfico e das políticas públicas educacionais.

No processo de análise das edições da Revista Nova Escola que contemplam as temáticas, julgamos importante apresentar que ao todo analisamos 25 edições de um total aproximadamente de cento e quarenta edições veiculadas entre os anos de 2003 e 2016, tendo assim um percentual de 17,85% de exemplares que contemplam a temática nesse recorte de quatorze anos, tendo dois anos sem publicação alguma dentro da temática, 2005 e 2012.

Dentro da organização própria da publicação, a maioria das vezes que a temática apareceu foi na Seção “Sala de Aula”, tendo predominado a disciplina de História, mas também nas disciplinas de Geografia e Artes, com trabalhos voltados para a Educação Infantil, Fundamental I, Fundamental II e um caso de Educação de Jovens e Adultos. Ao olharmos para a totalidade, vinte e cinco edições em cento e quarenta é um número significativo, mas entre essas publicações, alguns casos somente passaram pelo tema, sem propor discussões aprofundadas, sugestões de materiais teóricos, contemplando a temática como uma obrigação.

Nesses 14 anos a temática aparece como Matéria de Capa três vezes, e pensando na obrigatoriedade do assunto ser contemplado em todo currículo escolar, a Revista Nova Escola aborda tal conteúdo principalmente na disciplina de História, Artes e algumas vezes Geografia, para outras disciplinas não há proposta alguma.

Ao pensarmos nesse cumprimento como uma obrigatoriedade legal, recordamos a longa e intensa parceria entre Grupo Abril e o Estado brasileiro, o que de certa forma seria o grande influenciador para que a temática apareça

nas publicações, mesmo assim, poucas vezes esteve presente a legislação educacional, documentos oficiais e ações afirmativas em prol da história e cultura afro-brasileira e africana, no mesmo contexto que tais acontecimentos permeavam ações do governo federal por resposta a pressão trazida pela luta de diversas entidades do movimento negro e que ao mesmo tempo trazia mais espaço para sua luta.

O discurso presente na Revista Nova Escola, em alguns momentos se apresenta como uma proposta transformadora, levando em conta um novo posicionamento acerca do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Mas, em muitos momentos são perpetuados estereótipos, termos e temáticas que não contemplam a complexidade, nem a riqueza da história do povo africano e afro-brasileiro. Por exemplo, um dos termos presentes na maioria das publicações dentro da temática analisada é “escravidão”, justamente por conta de uma predominância da história europeia que fez com que por muito tempo e acreditasse que o Continente africano estaria vinculado à presença europeia, sendo praticamente inexistente antes desse contato por meio do processo de escravização dos povos africanos pelos europeus. Além disso, não houve a preocupação em problematizar o processo de escravidão que já existia no Continente africano e o processo praticado pelos europeus para com os africanos que eram muito diferentes. Apresentou-se assim, hegemonias já consolidadas e uma matriz social do discurso que reproduz e não transforma.

Outra questão evidenciada em nossa análise é a de que a Revista Nova Escola consolida seu discurso tendo como base a presença de vozes de sujeitos externos (intertextualidade manifesta), normalmente profissionais da área da educação, pois os responsáveis pela produção de conteúdo não são da área educacional, tendo que buscar suportes para o embasamento teórico apresentado na maioria das publicações analisadas.

Um dos pilares da ACD é a de que a prática social é essencial no processo de análise. Em algumas publicações isso não foi identificado, fazendo com que o discurso se apresentasse distante de novas pesquisas e conhecimento produzido, por exemplo, ao tratar do racismo, da escravidão, do preconceito, as reportagens e a maioria dos artigos não destacaram a História da África, apresentaram alguns aspectos da história afro-brasileira de forma isolada, sem levar em conta as transformações vivenciadas na sociedade

brasileira e o protagonismo do negro. Além disso, ações que refletem mudanças importantes no campo das políticas educacionais não foram levadas em consideração, como 2003 (sanção da Lei n. 10.639/03 e criação da SEPPIR), 2008 (sanção da Lei n. 11645/08), 2010 (Lei Federal nº 12.288, de 20/07/2010, conhecida como Estatuto da Igualdade Racial), 2012 (sanção da lei 12.711/2012, “Lei de Cotas”), 2013 (10 anos da Lei n.10.639/03), entre outros.

É presente no discurso da Revista Nova Escola um vocabulário de responsabilização do professor no processo de combate e superação das discriminações, do racismo, do preconceito, de uma nova História do Brasil, que valorize o povo afro-brasileiro e africano, como se tais problemas fossem de cunho pessoal, e não questões que se fazem presentes a todo o momento e em várias dimensões da sociedade. Além dessa responsabilização, na maioria das publicações não há indicação de leituras acerca da temática, mas há muitas indicações de sequências didáticas, de testes, tratando a ausência dessas populações na História como algo simples de ser resolvido.

Verificamos que as publicações da Revista Nova Escola foram ganhando espaço no Brasil, vide a tiragem que chegou a alcançar, ao mesmo tempo em que avanços se deram em termos de políticas públicas educacionais de ação afirmativa, em prol da superação da problemática que envolve a questão étnico-racial no Brasil. As mudanças estão acontecendo, aos poucos, inclusive pela força de diversas entidades do Movimento Negro espalhados pelo país que nunca desistiram de lutar pela inserção e reconhecimento efetivo de seu povo, sua história e cultura, pois ainda temos presente de maneira gritante em nossos discursos e ações o racismo estrutural.

Se pensarmos na quantidade de revistas em que a temática é abordada ao longo de 14 anos, o número de edições é pequeno. Seu discurso apresenta uma preocupação em trazer uma nova postura valorizando o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, mas ainda apresenta ordens de discurso que perpetuam posicionamentos que não deveriam ainda estar presentes em nosso país, que exprimem uma desigualdade étnica, cultural, social em relação à população afro-brasileira e africana.

Utilizando os preceitos da metodologia adotada, Análise Crítica do Discurso, podemos concluir que o material ainda contempla a temática sem

evidenciar a história e cultura afro-brasileira e africana como centrais no processo de construção da identidade brasileira, além de trazer discussões que não auxiliam no processo de transformação de estruturas e relações sociais, que ultrapassem o racismo, a exclusão e o preconceito. Parecendo assim, cumprir a legislação ao incorporar a discussão da temática e propor isso aos seus professores leitores, mas sem trazer uma concepção que reconheça essa História a partir das vivências e relações dos próprios sujeitos e de suas raízes.

Acreditamos que a Revista Nova Escola poderia sugerir vários materiais como suporte para o professor trabalhar com os alunos, já que verificamos que o foco das edições é a transformação proveniente de sua ação, ele precisa de embasamento teórico. Ao se colocar como uma revista pedagógica, seu discurso ainda é bem característico de uma publicação comercial, como quando apresentam em uma edição a realização de um teste, pouco complexo, para saber se sua escola combate a discriminação, ou não e depois apresenta comentários bem genéricos de acordo com o resultado alcançado.

Em muitos momentos verificamos a permanência da forma de pensar e construir a História do Brasil e da África, a partir do europeu, como sendo algo natural, comum e, além disso, consideramos como um grande problema o ato de passar a responsabilidade de uma mudança efetiva somente para o professor, sem demonstrar a complexidade e importância de um trabalho coletivo, social, que envolve formação inicial e continuada, quebra de paradigmas e padrões, que possam auxiliar na produção de abordagens que não privilegiem a presença e o olhar europeu em detrimento do afro-brasileiro e africano. É preciso que as escolas, professores, alunos, pais, comunidade escolar e a sociedade brasileira como um todo possa ter acesso a uma História que contemple o protagonismo negro, evidenciando as diversas lutas e resistências presentes desde que os africanos foram trazidos, a força, para o Continente americano e que se apresentou de diferentes maneiras, em diversas áreas, ao longo da construção do que hoje chamamos de Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRIL Editora. História, Disponível em: <https://grupoabril.com.br/quem-somos/historia/>. Acesso em 20 jul. 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. Feminismos Plurais, coordenação de Djamila Ribeiro.

BARBOSA, Gustavo Guimarães; RABAÇA, Carlos Alberto. Dicionário de Comunicação – 5. ed. Editora Campos. 2002.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BUENO, Sinésio Ferraz. Semicultura e educação: uma análise crítica da revista Nova Escola. **Revista Brasileira de Educação** v. 12 n. 35 maio/ago. 2007

BERLEZE, Michele e PEREIRA, Belinda Silva. O Racismo nas redes sociais: O preconceito real assumido na vida virtual. **Anais do 4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede** [http:// www .ufsm.br/congressodireito/anais](http://www.ufsm.br/congressodireito/anais). 8 a 10 de novembro de 2017 - Santa Maria / RS UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

BIGELI, Maria Cristina Floriano. **Ensino de história e cultura indígena: os discursos do currículo São Paulo faz Escola (2014-2017) e dos docentes de história**. 2018. 239f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. 2018.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **As cotas na universidade pública brasileira: será esse o caminho?** Campinas: Autores Associados, 2005 (Coleção Polêmicas de nosso tempo, 92).

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB passo a passo: Lei de diretrizes e bases da educação nacional, Lei nº 9394/96 comentada e interpretada, artigo por artigo**. 5ª. ed. São Paulo: Avercamp, 2015.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em 15 jul. 2019.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em 20 jul. 2019.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília-DF, 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>. Acesso em 15 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 20 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.639, De 9 De Janeiro De 2003.** Dispõe da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em 20 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em 10 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais / Temas Transversais.** Brasília (DF), 1998.

BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana.** Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_etnicoraciais.pdf. Acesso em 10 jul. 2019.

CAMPOS, Luiz Augusto; DAFLON, Verônica Toste; JÚNIOR, João Feres. Ação afirmativa, raça e racismo: uma análise das ações de inclusão racial nos mandatos Lula e Dilma. **Revista de C. Humanas**, Viçosa, v. 12, n. 2, p. 399-414, jul./dez. 2012

CASTRO, César Augusto; PECEGUEIRO, Cláudia Maria Pinho de Abreu. A imprensa periódica educacional: estudo sobre temas predominantes da Revista Brasileira de Educação. Form@re. **Revista do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica.**/ Universidade Federal do Piauí, Teresina, v. 2, n. 2, p.3-18, jul. / dez. 2014.

CONCEIÇÃO, Manoel Vitorino. **Das Reivindicações à Lei: Caminhos da Lei nº 10.639/03.** 2011. 121f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontífica Universidade Católica de São Paulo, PUC, São Paulo. 2011.

D'ÁVILA, Jerry. **Diploma de Brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945.** Tradução Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Editora: Unesp, 2006.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempos**, vol.12, n.23, pp.100-122, Rio de Janeiro: 2007.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução de M. I. Magalhães. Brasília: UNB, 2001.

FERREIRA, Cleia Simone; SANTOS, Everton Neves. Políticas públicas educacionais: apontamentos sobre o direito social da qualidade na educação. **Labor**, v. 1, n. 11, Fortaleza: 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 314-332.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. 10. ed. Campinas, Papirus, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal / 48. ed. rev. — São Paulo : Global, 2003. — (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil ; 1)

FVC, Fundação Victor Civita. Nossa História. Disponível em: <https://fvc.org.br/especiais/nossa-historia/>. Acesso em: 22 jul. 2019.

GEMAA, Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://gema.iesp.uerj.br/>. Acesso em: 15/01/2020.

GENTILI, Pablo. **Adeus à Escola Pública**: A desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das majorias. In GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na Sala de Aula**: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2008.
KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra**. v.1. Publicações Europa América, LDA. Portugal, 2009.

LIMA, Marcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: as ações afirmativas no governo Lula. **Novos Estudos** 87. Jul. 2010.

MATTOS, Regiane Augusto. **História e cultura afro-brasileira**. 2. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

MELO, Iran Ferreira. Análise Crítica do Discurso: modelo de análise linguística e intervenção social. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 40 (3): p. 1335-1346, set-dez 2011.

MORAIS, Marcus Vinicuis. História Integrada. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Novos temas nas aulas de História**. São Paulo: Contexto, 2009.
MOTA, Bruna Maria Cristina da Silva. **Ensino de história e cultura afro-brasileira**: uma análise do caderno do professor de história do ensino médio público paulista. 2014. 106f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

NOVA ESCOLA. Por que NOVA ESCOLA existe? O passado, o presente e o futuro da marca que está ao lado dos educadores há mais de 30 anos. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/4944/por-que-nova-escola-existe>. Acesso em: 20 jul. 2019.

NOVA ESCOLA. Associação Nova Escola. Disponível em: <https://novaescola.org.br/quem-somos>. Acesso em: 20 jul. 2019.

NOVA ESCOLA. Associação Nova Escola. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/8311/nao-nascemos-racistas-nos-tornamos-racistas>. Acesso em: 20 jul. 2019.

NOVA ESCOLA. Associação Nova Escola. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/8312/combater-a-discriminacao-para-promover-a-liberdade>. Acesso em: 20 jul. 2019

NOVA ESCOLA. Associação Nova Escola. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/8560/uma-viagem-ao-rio-com-o-cortico-e-fiel>. Acesso em: 10 jan. 2020

NOVA ESCOLA. Associação Nova Escola. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/8578/sugestoes-de-livros-filmes-e-sites>. Acesso em: 10 jan. 2020

NOVA ESCOLA. Associação Nova Escola. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/8599/a-nova-historia-dos-velhos-quilombos>. Acesso em: 10 jan. 2020

NOVA ESCOLA. Associação Nova Escola. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/8625/edicao-293>. Acesso em: 10 jan. 2020

NOVA ESCOLA. Associação Nova Escola. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/8651/quando-o-funk-da-aula-de-educacao>. Acesso em: 10 jan. 2020

NOVA ESCOLA. Associação Nova Escola. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/8678/por-que-o-funk-e-proibido-na-escola>. Acesso em: 10 jan. 2020

NOVA ESCOLA. Associação Nova Escola. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/8704/novos-tempos-velhas-opressoes>. Acesso em: 10 jan. 2020

NOVA ESCOLA. Associação Nova Escola. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/8713/vergonha-continental>. Acesso em: 10 jan. 2020

NOVA ESCOLA. A Revista do Professor. Novembro de 2004.

NOVA ESCOLA. A Revista do Professor. Setembro de 2006.

NOVA ESCOLA. A Revista de quem educa. Janeiro/Fevereiro de 2007.

NOVA ESCOLA. A Revista do Professor. Outubro de 2008.

NOVA ESCOLA. A Revista do Professor. Junho/Julho de 2009.

NOVA ESCOLA. A Revista do Professor. Dezembro de 2009.

NOVA ESCOLA. A Revista do Professor. Abril de 2010.

NOVA ESCOLA. A Revista do Professor. Maio de 2010.

NOVA ESCOLA. A Revista do Professor. Outubro de 2011.

NOVA ESCOLA. A Revista do Professor. Dezembro/Janeiro de 2013.

NOVA ESCOLA. A Revista do Professor. Maio de 2013.

NOVA ESCOLA. A Revista do Professor. Dezembro/Janeiro de 2014.

NOVA ESCOLA. A Revista do Professor. Junho/Julho de 2014.

NOVA ESCOLA. A Revista do Professor. Novembro de 2014.

NOVA ESCOLA. A Revista do Professor. Março de 2015.

NOVA ESCOLA. A Revista do Professor. Junho/Julho de 2015.

NOVA ESCOLA. A Revista do Professor. Setembro de 2015.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A história africana nas escolas brasileiras: entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006). **História**, v. 28, n. 2, Franca (SP), 2009.

PEREIRA, Marcia Moreira e SILVA, Mauricio. Percurso da Lei 10.639/03: Antecedentes e Desdobramentos. **Linguagens & Cidadania**, v. 14, jan./dez., 2012.

PEREIRA, Amilcar Araujo. “Por uma autêntica democracia racial!": os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história. **Revista História. Hoje**, v. 1, nº 1, p. 111-128 – 2012.

RAMOS, Francicleo Castro. Socialização e cultura escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. v. 23. 2018.

RAMOS, Márcia Elisa Teté. **O ensino de história na revista Nova Escola (1986-2002) : cultura midiática, currículo e ação docente** / Tese (Doutorado

em Educação) Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba, 2009

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RODRIGUES, Eder Bonfim. Afrodescendentes e ações afirmativas no Brasil: uma análise à luz do paradigma do estado democrático de direito. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, Glauber Salomão (coord.). **Direito à diversidade**. São Paulo: Atlas, 2015.

RUIZ, Maria José Ferreira; PERONI, Vera Maria Vidal. Relação público-privada e gestão escolar: o caso da Fundação Victor Civita. **Laplace em Revista** (Sorocaba), v.3, n.3, set.-dez. 2017, p.147-163.

SILVA, Nathália Delgado Bueno da. **Funções e formas de provimento dos diretores das redes estaduais paulista e paranaense**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016.

SILVEIRA, Fernanda Romanezi da Silveira. **Um estudo das capas da revista Nova Escola: 1986-2004**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: 2006.

SANTOS, Sales Augusto. A Lei no 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SCHWARCZ, Lilia; NETO, Helio Menezes. Quando o passado atropela o presente: notas de um Brasil que insiste no racismo. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 25, p. 31-35, 2016.

SOUSA, Celina. Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Subáreas. **Fundação Luis Eduardo Magalhães**, dezembro/2002.

SOUSA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 16. Porto Alegre, jul-dez/2006.

VAIDERGORN, José. Cidadania e direitos humanos na formação universitária. **Cadernos Cedes**, Campinas (SP), v. 30, n. 81, p. 253-256, mai.-ago./2010.

ANEXOS

ANEXO 1 – Lei nº 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003.

LEI Nº 10,639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o. A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1o. O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o. Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro- Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3o. (VETADO)”

“Art. 79-A. (VETADO)”

“Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como „Dia Nacional da Consciência Negra”.”

Art. 2o. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182o da Independência e 115o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 10.1.2003

ANEXO 2 – Projeto de Lei no 948/93, de autoria de Humberto Costa**Projeto Lei de no 948 do Deputado Estadual Humberto Costa apresentado
à Assembleia Estadual de Pernambuco:****ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO****Ano 1993****Projeto de Lei no 948 - Autor: Deputado Humberto Costa**

Torna obrigatória, a inclusão, no currículo oficial da Rede Estadual de Ensino da disciplina “História da Cultura Afro-Brasileiras” e dá outras providências.

Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco Decreta:

Artigo 1o - Os currículos escolares da rede oficial de ensino do Estado de Pernambuco devem respeitar a pluralidade étnico-cultural, visando a eliminação progressiva dos instrumentos de discriminação e preconceitos étnicos.

Artigo 2o - É obrigatória a inclusão nos currículos escolares do 1o e 2o graus da rede estadual de ensino de Pernambuco da disciplina “História e Cultura Afro-Brasileiras”.

Parágrafo 1o - A programação de ensino dessa disciplina incluirá o estudo da História da África e dos africanos a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resguardando a constituição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à memória do Brasil e de Pernambuco.

Parágrafo 2o - Os currículos do 2o grau incluirão o ensino de noções de dialetos africanos.

Artigo 3o - Caberá à secretaria de Educação do Estado de Pernambuco a habilitação, a reciclagem e o treinamento de professores visando sua capacitação ao atendimento das necessidades de regência da nova disciplina.

Parágrafo Único - A elaboração dos cursos de capacitação para professores deverá ter a participação de entidades do Movimento Afro-brasileiro.

Artigo 4o - Será incluído na disciplina de Educação Física o ensino de capoeira como parte da prática desportiva comum.

Artigo 5o - O currículo da disciplina de ensino Religioso incluirá a experiência afro-brasileira no gênero, com um tratamento de atenção e respeito exigidos pelo ecumenismo.

Artigo 6o - Todo o material didático utilizado pela Rede Oficial de ensino deverá ser revisado e reelaborado para adequar-se as exigências da presente lei.

Parágrafo Único - A revisão a que se refere o presente artigo deverá ser procedida por um Conselho Especial formado por técnicos, da Secretaria Estadual de Educação e representantes do movimento afro-brasileiro em Pernambuco.

Artigo 7o - O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Artigo 9o - A presente lei deverá ser regulamentada no prazo de 90 dias, a contar da data de sua publicação.

Artigo 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Este Projeto Lei procura criar condições para implantação de um currículo na rede de ensino do Estado em todos os níveis – desde o pré- escolar ao nível superior – que inclua disciplinas de história e Cultura Afro-brasileira, visando a restauração da verdadeira contribuição do povo no desenvolvimento do país, ressaltando o fato de que a sociedade dominante discrimina, inferioriza e penaliza o povo negro em relação ao chamado SABER UNIVERSAL.

É urgente e necessário desmistificar o eurocentrismo neste momento em que se quer repensar o novo modelo de sociedade em que todos nós somos apenas brancos, como quer fazer crer o livro didático imposto aos estudantes nas escolas. Podemos captar, compreender os mecanismos de funcionamento que excluem a verdadeira história do povo negro, discriminado e excluído nas escolas e nos livros, alertando os responsáveis pela produção de livros didáticos, bem como professores e alunos, vítimas destas distorções e omissões nas instituições de ensino.

A Educação é um dos principais instrumentos de garantia do direito de cidadania. Por isso torna-se imprescindível que o Estado assumam um compromisso político para a reconstrução dos currículos escolares, adequando-os à realidade étnica brasileira para responder aos diferentes segmentos da população.

O que se vê, porém, é que o sistema oficial de ensino, cada vez mais, apresenta-se como um dos principais veículos da sustentação do racismo, distorcendo o passado cultural e histórico do povo negro.

Assim, torna-se imperioso e de fundamental importância que se resgate a história do povo negro, reformulando o currículo escolar nas suas deformações mais evidentes, que impedem aproximação do negro da sua identidade étnica. E também que se desenvolva um programa de conscientização de todos os agentes envolvidos no processo de educação, para que a escola promova uma educação sem complexos, enriquecida de um senso antropológico, contribuindo para a criação de uma sociedade em que todos tenham direito e possam gozar das mesmas oportunidades, seja no plano social, econômico e político da Nação.

A discriminação racial nas escolas públicas manifesta-se no momento em que os agentes pedagógicos não reconhecem o direito a diferença e acabam mutilando a particularidade cultural de um importante segmento da população brasileira que é discriminado nas salas de aula, nos locais de trabalho e na rua. Não por aquilo que é dito, mas, acima de tudo, pelo que é silenciado.

O Brasil é, fundamentalmente, um país de formação pluriétnica e multicultural. Mas, o povo negro ocupa posições subalternas em relação à classe dominante que considera a cultura Afro-brasileira inferior e primitiva, considerada sob a ótica e os parâmetros da cultura branca, que exclui dos currículos escolares e dos livros didáticos a verdadeira contribuição do povo negro na história, no desenvolvimento e na cultura do País.

Recife, 18 de novembro de 1993.

Deputado HUMBERTO COSTA

ANEXO 3 – Projeto de Lei no 678/88, de autoria de Paulo Paim**CÂMARA DOS DEPUTADOS****PROJETO DE LEI No 678, de 1988****(Do Sr. Paulo Paim)**

Estabelece a inclusão de matérias da História Geral da África e História do Negro no Brasil como disciplinas integrantes do currículo escolar obrigatório.

(Às Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1o - A matéria da História Geral da África e da História do Negro ao Brasil passa a integrar, obrigatoriamente, a disciplina de História em todos os níveis escolares da rede pública e privada.

Art. 2o - O Ministério da Educação elaborará o programa para a matéria, considerando os diversos níveis escolares, a fim de orientar a classe docente e as escolas para as adaptações de currículo que se tornarem necessárias.

Art. 3o - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias contados da data de sua publicação.

Art. 4o - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Há uma vasta literatura sobre a educação no Brasil, que demonstra insofismavelmente as inúmeras informações distorcidas veiculadas pelos currículos escolares.

Não podemos mais admitir que nossas escolas ensinem às crianças negras que, historicamente, elas seriam inferiores a seus pares brancos. Em outras palavras, não mais podemos admitir que a escola seja um poderoso agente de manutenção e perpetuação do racismo.

É fundamental para a construção de um Brasil moderno que a História ensinada nas escolas dê um novo enfoque à participação da população negra na formação social brasileira de forma a resgatar a verdade.

Ao mesmo tempo, é indispensável que um país que possui pelo menos metade de sua população composta de negros, desconheça por completo a história da África.

Portanto entendemos que estaremos dando um grande passo na direção de extirpar o preconceito de nossa sociedade.

Sala das Sessões, 11 de maio de 1988.

Paulo Paim

ANEXO 4 – Projeto de Lei do Senado no 18/95, de autoria de Benedita da Silva

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 18, 1995.

Inclui a disciplina “História e Cultura da África” nos currículos que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É incluída no ensino de 1º a 2º graus, e no de Graduação de História, a disciplina “História e Cultura da África”.

Art. 2º O poder executivo, através do seu órgão competente, regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da sua vigência.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A sociedade brasileira é produto de três etnias: a portuguesa, a africana, e a indígena, e as características básicas que por elas nos foram legadas, contribuíram para a estruturação da nossa cultura e da própria personalidade do homem brasileiro.

Herdamos do português a tendência para o lirismo; do índio o espírito contemplativo; do negro o amor à natureza e a nostalgia.

O perfil cultural da nossa História nos revela a presença do negro em manifestações artísticas, costumes, hábitos, comidas e na própria religiosidade, além de milhares de vocábulos africanos incorporados ao nosso idioma.

O estudo antropológico do brasileiro não pode deixar de vê-lo essencialmente ligado as culturas negras incorporadas à sua própria cultura.

Para se ter consciência do papel que as culturas africanas desempenham na formação da nossa sociedade, e da nossa cultura, é indispensável o conhecimento e a própria restauração dos valores, formas e temas da tradição africana, adaptação aos nossos padrões tradicionais de comportamento, assim a nossa problemática contemporânea.

No complexo cultural histórico, são encontradas influências africanas não só no Brasil e em toda América, como também em todos demais países por onde foram espalhados africanos através dos tempos.

O folclore de origem africana se enraíza por toda América. Os ritmos dos atabaques estão presentes tanto na música afro-brasileira como na afro-americana.

A manifestação do sentimento de africanidade na cultura brasileira aparece em toda sua linguagem e imagens nos elementos musicais, nas práticas rituais e fetichistas, nas artes, na cozinha, no sincretismo religioso, já não apenas como traços de nossa antropologia, mas passando a se constituir, hoje, uma união indissolúvel da realidade nacional.

Na cozinha o azeite-de-dendê, pimentas, ervas e receitas próprias, como o acarajé, caruru, vatapá, efó e tanto outros, são valiosos legados que nos foram trazidos pelos africanos.

Os instrumentos musicais – atabaques, tambores, marimbas, berimbau, agogô, cabaça, maracá – todos de origem africana, movimentam e acompanham variados ritmos e dança típicas, como o maculelê, a capoeira, o caxambu, omaracatu, o coco, o carimbó, o maxixe, a expressão maior do ritmo brasileiro – o samba – que os negros davam o nome de “semba”.

As atuais “escolas de samba”, que hoje constituem a maior atração do nosso carnaval – exibindo as suas baterias, passistas, fantasias alegóricas numa expressiva demonstração coreográfica de arte popular – tem suas raízes africanas.

ANEXO 5 – Projeto de Lei do Senado no 75/97, de autoria de Abdias do Nascimento

PROJETO DE LEI Nº 75/97 DE ABDIAS DO NASCIMENTO

APRESENTADO NO SENADO FEDERAL:

SF PLS 75 / 1997 de 24/04/1997

Autor SENADOR - Abdias Nascimento

Ementa DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE AÇÃO COMPENSATORIA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA SOCIAL DO NEGRO.

Observações (INCLUI NO ENSINO DOS IDIOMAS ESTRANGEIROS, EM REGIME OPCIONAL, AS LÍNGUAS YORUBA E KISWAHILI).

Indexação FIXAÇÃO, NORMAS, COMPENSAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, ISONOMIA CONSTITUCIONAL, NEGRO. OBRIGATORIEDADE, ORGÃOS, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ADMINISTRAÇÃO DIRETA, ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, EMPRESA PÚBLICA, SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA, FIXAÇÃO, PERCENTAGEM, PARTICIPAÇÃO, SERVIDOR, NEGRO, HOMEM, MULHER, EMPRESA, POSTO, TRABALHO, DIREÇÃO, COMPROVAÇÃO, ANO. FIXAÇÃO, PERCENTAGEM, BOLSA DE ESTUDO, DESTINAÇÃO, ESTUDANTE, NEGRO, PARTICIPAÇÃO, INSTITUTO RIO BRANCO, (MRE), CANDIDATO, CURSOS, CURSO DE FORMAÇÃO, MARINHA, EXERCÍTO, AERONÁUTICA, RESERVA, VAGA. COMPETÊNCIA, (MEC), INCORPORAÇÃO, CURSO DE FORMAÇÃO, HISTÓRIA, CONTRIBUIÇÃO, CIVILIZAÇÃO, ÁFRICA, ORGANIZAÇÃO, QUILOMBOS, CONTRA RAZÕES, DISCRIMINAÇÃO RACIAL. INCLUSÃO, ENSINO, ESCOLHA, OPÇÃO, LÍNGUA ESTRANGEIRA, ÁFRICA. IMPEDIMENTO, COMPORTAMENTO, DISCRIMINAÇÃO, SOCIEDADE, NEGRO. OBRIGATORIEDADE, EMPRESA PRIVADA, ESTABELECIMENTO, SERVIÇO, EXECUÇÃO, ATUAÇÃO, COMPENSAÇÃO, FIXAÇÃO, PRAZO, PARTICIPAÇÃO, PERCENTAGEM, NEGRO, HOMEM, MULHER, QUADRO DE PESSOAL, REMUNERAÇÃO, EMPREGO. OBRIGATORIEDADE, FORÇAS ALIADAS, POLÍCIA, POLÍCIA AÉREA, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA DE FRONTEIRA, POLÍCIA ESPECIAL, POLÍCIA FEDERAL, POLÍCIA FLORESTAL, POLÍCIA JUDICIÁRIA, POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR, POLÍCIA MARÍTIMA, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA MONTADA, POLÍCIA NAVAL, POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, INCLUSÃO, CURRÍCULO, CURSO DE FORMAÇÃO, PROGRAMA, TREINAMENTO, CONTEÚDO, ORIENTAÇÃO, IMPEDIMENTO, COMPORTAMENTO, DISCRIMINAÇÃO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL.

Despacho (SF) CCJ - COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Tramitações Inverter ordenação de tramitações (Data Ascendente)

PLS 00075 / 1997 - 29/01/1999 SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA

Situação: ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA MATÉRIA ARQUIVADA NOS TERMOS DO ART. 332 DO RISF. DSF Nº 22-A DE 24 02 PAG 3276. (PUBLICADO EM SUPLEMENTO).

08/01/1999 CCJ - COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - ENCAMINHADO AO SACP, EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NOS ARTIGOS 332 E 333 DO REGIMENTO INTERNO.

18/03/1998 CCJ - COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DURANTE A DISCUSSÃO O SENHOR PRESIDENTE DESIGNA UMA SUBCOMISSÃO COMPOSTA PELOS SEN PEDRO SIMON, LUCIO ALCÂNTARA, JEFFERSON PERES E ROBERTO REQUIÃO PARA, SOB A DIREÇÃO DO SEN PEDRO SIMON, SEJA ELABORADO DENTRO DO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, UMA PROPOSTA NO SENTIDO DE CORRIGIR OS VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE APONTADOS POR ESTE PLENÁRIO.
17/03/1998 CCJ - COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

O RELATOR SEN JEFFERSON PERES, APRESENTA VOTO EM SEPARADO CONCLUINDO PELA REJEIÇÃO DA MATÉRIA, PELA INCONSTITUCIONALIDADE E INJURIDICIDADE.

12/03/1998 CCJ - COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - ENCAMINHADO AO GABINETE DO SEN JEFFERSON PERES, ATENDENDO SUA SOLICITAÇÃO. 11/03/1998 CCJ - COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA O RELATOR, SEN ROBERTO REQUIÃO, CONCLUI PELA APROVAÇÃO DA MATÉRIA; TENDO A PRESIDÊNCIA CONCEDIDO VISTA COLETIVA DA PROPOSIÇÃO.

21/01/1998 CCJ - COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DEVOLVIDA PELO RELATOR, ESTANDO A MATÉRIA EM CONDIÇÕES DE SER INCLUÍDA NA PAUTA DE REUNIÃO DA COMISSÃO.

13/08/1997 CCJ - COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA REDISTRIBUIÇÃO AO SEN ROBERTO REQUIÃO.

20/05/1997 CCJ - COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DEVOLVIDA PELO GABINETE DO SEN IRIS REZENDE, PARA REDISTRIBUIÇÃO.

14/05/1997 SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS RELATOR SEN IRIS REZENDE.

14/05/1997 CCJ - COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA ENCERRAMENTO PRAZO SEM APRESENTAÇÃO DE EMENDAS.

24/04/1997 MESA - MESA DIRETORA DESPACHO A CCJ (DECISÃO TERMINATIVA), ONDE PODERÁ RECEBER EMENDAS, APOS PUBLICAÇÃO

E DISTRIBUIÇÃO EM AVULSOS, PELO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS. DSF 25 04 PAG 8480 A 8484. 24/04/1997 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO LEITURA. 24/04/1997 PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO.

24/04/1997 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO LEITURA. 24/04/1997 MESA - MESA DIRETORA DESPACHO A CCJ (DECISÃO TERMINATIVA), ONDE PODERÁ RECEBER EMENDAS, APÓS PUBLICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO EM AVULSOS, PELO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS. DSF 25 04 PAG 8480 A 8484. 14/05/1997 CCJ - COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA ENCERRAMENTO PRAZO SEM APRESENTAÇÃO DE EMENDAS.

Secretaria-Geral da Mesa - Atividade Legislativa - Tramitação de Matérias

Impresso em 03/06/2009 16:08h Sistema de Tramitação de Matérias - PLS 00075 / 1997 1 14/05/1997 SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

RELATOR SEN IRIS REZENDE.

20/05/1997 CCJ - COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DEVOLVIDA PELO GABINETE DO SEN IRIS REZENDE, PARA REDISTRIBUIÇÃO.

13/08/1997 CCJ - COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA REDISTRIBUIÇÃO AO SEN ROBERTO REQUIÃO.

21/01/1998 CCJ - COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DEVOLVIDA PELO RELATOR, ESTANDO A MATÉRIA EM CONDIÇÕES DE SER INCLUÍDA NA PAUTA DE REUNIÃO DA COMISSÃO.

11/03/1998 CCJ - COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA O RELATOR, SEN ROBERTO REQUIÃO, CONCLUI PELA APROVAÇÃO DA MATÉRIA; TENDO A PRESIDÊNCIA CONCEDIDO VISTA COLETIVA DA PROPOSIÇÃO.

12/03/1998 CCJ - COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA ENCAMINHADO AO GABINETE DO SEN JEFFERSON PERES, ATENDENDO SUA SOLICITAÇÃO. 17/03/1998 CCJ - COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA O RELATOR SEN JEFFERSON PERES, APRESENTA VOTO EM SEPARADO CONCLUINDO PELA REJEIÇÃO DA MATÉRIA, PELA INCONSTITUCIONALIDADE E INJURIDICIDADE. 18/03/1998 CCJ - COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DURANTE A DISCUSSÃO O SENHOR PRESIDENTE DESIGNA UMA SUBCOMISSÃO COMPOSTA PELOS SEN PEDRO SIMON, LUCIO ALCANTARA, JEFFERSON PERES E ROBERTO REQUIÃO PARA, SOB A DIREÇÃO DO SEN PEDRO SIMON, SEJA ELABORADO DENTRO DO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, UMA PROPOSTA NO SENTIDO DE CORRIGIR OS VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE APONTADOS POR ESTE PLENARIO.

08/01/1999 CCJ - COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA ENCAMINHADO AO SACP, EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NOS ARTIGOS 332 E 333 DO REGIMENTO INTERNO.

29/01/1999 SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA Situação: ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA MATÉRIA ARQUIVADA NOS TERMOS DO ART. 332 DO RISF. DSF No 22-A DE 24 02 PAG 3276. (PUBLICADO EM SUPLEMENTO).

ANEXO 6 – Projeto de Lei no 859/95, de autoria de Humberto Costa**CÂMARA DOS DEPUTADOS****PROJETO DE LEI No 859, DE 1995****(Do Sr. Humberto Costa)**

Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da Rede de Ensino, da disciplina “História da Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências.

(ÀS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54 - ART. 24, II)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Nos estabelecimento de ensino de 1º e 2º graus oficiais e particulares torna-se obrigatório o ensino sobre a HISTÓRIA DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA.

§ 1º - O ensino a que se refere o caput deste artigo deverá ser ministrado junto às disciplinas de História do Brasil e Educação Artística do Brasil no 2º grau, abrangendo, pelo, menos 10% do conteúdo programático no ano ou semestre em que for a matéria incluída.

§ 2º - O conteúdo programático incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resguardando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à memória do Brasil.

Art. 2º - A elaboração dos cursos de capacitação para professores deverá ter a participação de entidades do movimento afro-brasileiro.

Art. 3º - O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional de Consciência Negra”.

Art. 4º - A presente lei deverá ser regulamentada no prazo de 90 dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei procura criar condições para implantação de um currículo na rede oficial de ensino - que inclua o ensino de História da Cultura Afro-brasileira, visando a restauração da verdadeira contribuição do povo negro no desenvolvimento do país, ressaltando o fato de que a sociedade dominante

discrimina e inferioriza e o povo negro em relação ao chamado SABER UNIVERSAL.

É urgente e necessário desmistificar o eurocentrismo, neste momento em que se quer repensar o novo modelo da sociedade em que todos não somos apenas brancos, como quer fazer crer o livro didático imposto aos estudantes nas escolas. Podemos captar, compreender os mecanismos de funcionamento que excluem a verdadeira história do povo negro, discriminado e excluído nas escolas e nos livros, alertando os responsáveis pela produção de livros didáticos, bem como professores e alunos, vítimas destas distorções e omissões nas instituições de ensino.

A educação é um dos principais instrumentos de garantia do direito de cidadania. Por isso toma-se imprescindível que o estado assuma um compromisso político para a reconstrução dos currículos escolares, adequando-os à realidade étnica brasileira para responder aos anseios dos diferentes segmentos da população.

O que se vê, porém, é que o sistema oficial de ensino, cada vez mais, apresenta-se como um dos principais veículos da sustentação do racismo, distorcendo o passado cultural e histórico do povo negro.

Assim, toma-se imperioso e de fundamental importância que se resgate a história do povo negro, reformulando o currículo escolar nas suas deformações mais evidentes, que impedem a aproximação do negro da sua identidade étnica. E também que se desenvolva um programa de conscientização de todos os agentes envolvidos no processo de educação, para que a escola promova uma educação sem complexos, enriquecida de um senso antropológico, contribuindo para a criação de uma sociedade em que todos tenham direitos e possam gozar das mesmas oportunidades, seja no plano social, econômico e político da Nação.

A discriminação racial nas escolas públicas manifesta-se no momento em que os agentes pedagógicos não reconhecem o direito à diferença e acabam mutilando a particularidade cultural de um importante segmento da população brasileira que é discriminado nas salas de aula, nos locais de trabalho e na rua, não por aquilo que é dito, mas, acima de tudo, pelo que é silenciado.

O Brasil é, fundamentalmente, um país de formação pluriétnica e multicultural. Mas, o povo negro ocupa posições subalternas em relação à classe dominante que considera a cultura afro-brasileira inferior e primitiva, considera sob a ótica e os parâmetros da cultura branca, que exclui dos currículos escolares e dos livros didáticos a verdadeira contribuição do povo negro na história, desenvolvimento e na cultura do País.

Sala das Sessões,

Deputado HUMBERTO COSTA PT/PE

ANEXO 7 – Projeto de Lei no 259/99, de autoria de Esther Grossi e Ben-Hur Ferreira

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI No 259-B, DE 1999

(Da Sra. Esther Grossi e do Sr. Ben-Hur Ferreira)

Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da Rede de Ensino, da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, pela aprovação (relator: Dep. EVANDRO MILHOMEM); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda (relator: Dep. ANDRÉ BENASSI).

(ÀS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54 - ART. 24, II))

SUMÁRIO

I - Projeto Inicial

II - Na Comissão de Educação, Cultura e Desporto: - termo de recebimento de emendas

- parecer do relator

- parecer da Comissão

III - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação: - termo de recebimento de emendas

- parecer do relator

- emenda oferecida pelo relator

- parecer da Comissão

- emenda adotada pela Comissão

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o “caput” deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a

cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro- Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º As disciplinas História do Brasil e Educação Artística, no ensino de 2º grau, deverão dedicar, pelo menos, 10% de seu conteúdo programático anual ou semestral à temática referida nesta lei.

Art. 2º Os cursos de capacitação para professores deverão contar com a participação de entidades do movimento afro-brasileiro, das universidades e de outras instituições de pesquisa pertinentes à matéria.

Art. 3º O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Art.4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Este projeto de lei, originalmente de autoria do Deputado Humberto Costa, procura criar condições para implantação de um currículo na rede oficial de ensino que inclua o ensino de História da Cultura afro-brasileira, visando a restauração da verdadeira contribuição do povo negro no desenvolvimento do país, ressaltando o fato de que a sociedade dominante discrimina e inferioriza o povo negro em relação ao chamado SABER UNIVERSAL.

É urgente e necessário desmistificar o eurocentrismo, neste momento em que se quer repensar um novo modelo de sociedade em que todos não somos apenas brancos, como quer fazer crer o livro didático imposto aos estudantes nas escolas. Podemos captar, compreender os mecanismos de funcionamento que excluem a verdadeira história do povo negro, discriminado e excluído nas escolas e nos livros, alertando os responsáveis pela produção de livros didáticos, bem como professores e alunos vítimas destas distorções e omissões nas instituições de ensino.

A educação é um dos principais instrumentos de garantia do direito de cidadania. Por isso torna-se imprescindível que o Estado assuma o compromisso político de reconstrução dos currículos escolares, adequando-os à realidade étnica brasileira para responder aos anseios dos diferentes segmentos da população.

O que se vê, porém, é que o sistema oficial de ensino, cada vez mais, apresenta-se como um dos principais veículos de sustentação do racismo, distorcendo o passado cultural e histórico do povo negro.

Assim, torna-se imperioso e de fundamental importância que se resgate a história do povo negro, reformulando o currículo escolar nas suas deformações mais evidentes, que impedem a aproximação do negro da sua identidade étnica. E também que se desenvolvam programas de conscientização de todos os agentes envolvidos no processo de educação, para que a escola promova uma educação sem complexos, enriquecida de um senso antropológico, contribuindo para a criação de uma sociedade em que todos tenham direitos e possam gozar das mesmas oportunidades, seja no plano social, econômico e político na Nação.

A discriminação racial nas escolas públicas manifesta-se no momento em que os agentes pedagógicos não reconhecem o direito à diferença e acabam mutilando a particularidade cultural de um importante segmento da população brasileira que é discriminado nas salas de aula, nos locais de trabalho e na rua, não apenas por aquilo que é dito, mas, acima de tudo, pelo que é silenciado.

O Brasil é, fundamentalmente, um país de formação pluriétnica e multicultural. Mas o povo negro ocupa posições subalternas em relação à classe dominante, que considera a cultura afro-brasileira inferior e primitiva, sob a ótica e os parâmetros da cultura branca, que exclui dos currículos escolares e dos livros didáticos a verdadeira contribuição do povo negro na história, desenvolvimento e na cultura do País.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1999.

ESTHER GROSSI Deputada Federal - PT/RS